

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

ANA PAULA MACIEL SOUKEF MENDES

**NARRATIVAS DE VIDA: REFLEXÕES SOBRE JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E
GÊNERO A PARTIR DE HISTÓRIAS DE JOVENS INSERIDAS NO PROGRAMA
PEMSE – PONTA GROSSA – PR.**

PONTA GROSSA

2012

ANA PAULA MACIEL SOUKEF MENDES

**NARRATIVAS DE VIDA: REFLEXÕES SOBRE JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E
GÊNERO A PARTIR DE HISTÓRIAS DE JOVENS INSERIDAS NO PROGRAMA
PEMSE – PONTA GROSSA – PR.**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Linha de Pesquisa: História, Cultura e Cidadania.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros
Co-orientação: Prof. Dr. Marcelo Engel Bronosky

PONTA GROSSA

2012

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

M538 Mendes, Ana Paula Maciel Soukef
Narrativas de vida : reflexões sobre juventude, violência e gênero
a partir de histórias de jovens inseridas no programa PEMSE – Ponta
Grossa – PR. / Ana Paula Maciel Soukef Mendes. Ponta Grossa,
2012.
142 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas –
linha de pesquisa : história, cultura e cidadania), Universidade
Estadual de Ponta Grossa.
Orientador: Profa. Dra. Solange A. B. de M. Barros.
Coorientador: Prof. Dr. Marcelo Engel Bronosky.

1. História oral. 2. Mulheres infratoras 3. História de mulheres.
3. Violência praticada por mulheres . II. Barros, Solange A. B. de
M. III Bronosky, Marcelo Engel. IV. Universidade Estadual de
Ponta Grossa. Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. V. T.

CDD: 364..374

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA PAULA MACIEL SOUKET MENDES

"NARRATIVAS DE VIDA: REFLEXÕES SOBRE JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E GÊNERO A PARTIR DE HISTÓRIAS DE JOVENS INSERIDAS NO PROGRAMA PEMSE – PONTA GROSSA - PR."

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Assinatura pelos Membros da Banca:

Solange Ap. Barbosa

Dr. Solange Ap. Barbosa de Moraes Barros - (UEPG) – Presidente

Fátima G. Cavalcante

Dra. Fátima Gonçalves Cavalcante – (UVA-RJ)

José Augusto Leandro

Dr. José Augusto Leandro – (UEPG)

Karina Jarz Woitowicz

Dra. Karina Jarz Woitowicz - (UEPG)

Jussara Ayres Bourguignon

Dra. Jussara Ayres Bourguignon – (UEPG) – Suplente

AGRADECIMENTOS

À minha família (Lúcia Soukef, Venâncio Mendes Neto, Ana Carolina Soukef e Geovani Moretto), pelo apoio incondicional.

À minha amiga e irmã Ana Carla Bellon, por nunca me deixar esquecer que a vida é uma viagem fantástica para aqueles que escolhem se aventurar pela toca do coelho branco.

Aos amigos Andressa Benini Mendes, Clayton Silva, Éderson Rausis, Fabrício Cunha, Lucas Bellon, Raquel Stadler e Duda Matta, pelo companheirismo e irmandade.

Ao Sensei Ricardo Soares, querido mestre, cujos ensinamentos sobre corpo, mente e espírito carregarei por toda minha vida.

Aos colegas de mestrado Rodrigo Guidini, Andressa Kolody e demais, pelas experiências compartilhadas.

À professora e orientadora Solange Ap. Barbosa de Moraes Barros, pelo carinho com que sempre me acolheu e pela dedicação a este trabalho.

Aos professores Karina Janz Woitowicz, Jussara Ayres Bourguignon e José Augusto Leandro, pelas contribuições à pesquisa.

À coordenadora do Programa de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (PEMSE – Ponta Grossa), Adriane do Rocio Viechnieski, pela atenção e apoio à pesquisa, pelo respeito e humanismo com que executa seu trabalho.

Às jovens participantes da pesquisa, por confiarem a mim suas histórias, seus medos, seus sonhos, suas lágrimas.

Cada um que passa em nossa vida, passa sozinho, pois cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra. Cada um que passa em nossa vida, passa sozinho, mas não vai só nem nos deixa sós. Leva um pouco de nós mesmos, deixa um pouco de si mesmo.

(Antoine de Saint-Exupéry)

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo construir um diálogo entre os temas juventude marginalizada, violência e gênero, a partir das histórias e experiências de jovens do sexo feminino inseridas no Programa Municipal de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (PEMSE), na cidade de Ponta Grossa, Paraná, Brasil. As entrevistas foram estruturadas e trabalhadas tendo como referencial teórico-metodológico a história oral e a história das mulheres, formas de produção do conhecimento que ganham força principalmente a partir da década de 1960. Tanto a história oral quanto a história das mulheres reconhecem a importância da subjetividade dos indivíduos, rompendo com muitos dos preceitos da racionalidade científica moderna. O texto está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo discute as potencialidades do trabalho com a oralidade e a importância da valorização das narrativas femininas. O segundo capítulo apresenta as seis narrativas de vida propulsoras da pesquisa, além disso realiza breve caracterização da instituição e apresenta o perfil dos jovens inseridos no Programa PEMSE. O terceiro capítulo consiste na análise das entrevistas, a partir da percepção da violência como elemento que permeia as histórias e a realidade desta juventude. A violência é discutida não apenas em sua dimensão mais visível: a prática do ato infracional pelas jovens, mas também como violência estrutural que incide sobre este segmento.

Palavras-chave: Juventude. Violência. Gênero. Oralidade.

ABSTRACT

The present work aims to put into question the relations among marginalized youth, violence and gender from the stories and experiences of young women entered in the Municipal Program of Social-Educational Measures in Open (Programa Municipal de Medidas Sócio Educativas em Meio Aberto – PEMSE), in the city of Ponta Grossa, Paraná, Brazil. The interviews have been structured and have had as theoretic metodological reference the oral history and the women's history, forms of knowledge production which gained strength primarily from the 1960s. Both oral history and women's history recognize the importance of subjectivity of individuals, breaking with many rules of modern scientific rationality. The essay is divided into three chapters. The first one discusses the potential of working with orality and the importance of valuing women's narrative. The second chapter presents the six stories of life which lead the research, also it contains a brief description of the institution and introduces a profile of the young people placed in the program. The third chapter is composed by an analysis of the interviews, from the perception of violence as an element inserted in the stories and reality of these young people. Violence is discussed not only in the visible extent: the practice of infraction by youth, but also as structural violence that focuses on this segment.

Keywords: Youth. Violence. Gender. Orality.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – FAIXA ETÁRIA DOS ADOLESCENTES INSERIDOS NO PEMSE48

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DAS INTERNAÇÕES NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO
NO BRASIL 111

GRÁFICO 2 – TIPOS DE ATOS INFRACIONAIS COMETIDOS POR
ADOLESCENTES EM PONTA GROSSA – PR ENTRE 2005 E 2007 114

LISTA DE SIGLAS

ABHO	Associação Brasileira de História Oral
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
COMAD	Conselho Municipal Antidrogas
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LA	Liberdade Assistida
PEMSE	Programa de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
RD	Obrigação de Reparar o Dano
SECJ	Secretaria de Estado da Criança e da Juventude
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
 CAPÍTULO 1 – ORALIDADE, GÊNERO E SUBJETIVIDADE	15
1.1 HISTÓRIA ORAL EM DEBATE	15
1.1.1 A Nova História	17
1.1.2 Definições e conceitos.....	19
1.1.3 Estatuto da história oral.....	21
1.1.4 Histórias de vida.....	24
1.1.5 Nosso modo de ver a história oral.....	26
1.2 UM MERGULHO NAS NARRATIVAS FEMININAS	29
1.2.1 Corpo e Sexualidade	32
1.2.2 As mulheres e o saber.....	33
1.3 FEMINISMO E TRANSFORMAÇÃO	34
1.3.1 Feminismo no Brasil	37
1.4 UMA CRÍTICA À CIÊNCIA MODERNA.....	41
 CAPÍTULO 2 – POR ENTRE AS HISTÓRIAS: VOZES E SILÊNCIOS.....	44
2.1 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA E PERFIL DOS JOVENS.....	44
2.2 CAMINHOS TRILHADOS.....	46
2.2.1 Alguns dilemas de pesquisa.....	48
2.2.2 História e Literatura: diálogos.....	49
2.3 SEIS HISTÓRIAS	50
2.3.1 Alice.....	50
2.3.2 Sofia	59
2.3.3 Flora	67
2.3.4 Coraline	73
2.3.5 Isabel.....	78
2.3.6 Yvaine	83
 CAPÍTULO 3 – VIOLÊNCIA E JUVENTUDE: UM OLHAR PARA ALÉM DAS ESTATÍSTICAS	88

3.1 A CONSTRUÇÃO DA JUVENTUDE	88
3.2 VIOLÊNCIA ESTRUTURAL	91
3.2.1 Pensando democracia e cidadania no Brasil.....	92
3.2.2 Direitos da infância e adolescência	94
3.2.3 Pobreza e exclusão social	97
3.2.4 Escolarização	99
3.2.5 Uso de drogas	101
3.2.6 Estrutura familiar	105
3.3 DA VIOLÊNCIA VIVIDA À PRÁTICA DA VIOLÊNCIA.....	110
3.3.1 Juventude e violência.....	110
3.3.2 Violência e gênero.....	115
3.4 VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL	120
3.4.1 Violência Policial	120
3.4.2 Perspectivas.....	121
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129
 APÊNDICE E ANEXOS	137

INTRODUÇÃO

Este trabalho, de caráter qualitativo e interdisciplinar, tem por objetivo discutir as relações existentes entre juventude marginalizada, gênero e violência. A análise se constrói a partir das histórias de vida de seis jovens, do sexo feminino, inseridas no Programa de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (PEMSE), na cidade de Ponta Grossa – PR.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo *Oralidade, Gênero e Subjetividade* aprofunda a discussão sobre história oral e história das mulheres, referencial teórico-metodológico que norteia a pesquisa. Inserida em um debate complexo, a história oral divide opiniões. Alguns pesquisadores, ancorados em uma visão positivista da ciência, refutam a história oral por considerá-la demais subjetiva. Outros a reconhecem como uma ferramenta de pesquisa, destinada a preencher lacunas deixadas pelas fontes escritas. Em uma vertente diferente, alguns estudiosos defendem a legitimidade e importância das narrativas orais como forma de produção do conhecimento, ao lado dos quais nos posicionamos. Tem-se como principal referência em história oral a produção de Meihy (2005, 2006, 2007).

Também neste primeiro capítulo procura-se traçar as expressivas relações entre a história oral e a história das mulheres, mostrando a relevância das narrativas femininas, a partir de autoras como Perrot (2005, 2008), Rago (1998, 2002), Salvatici (2005), Davis (1997), entre outras. Estas autoras, ao colocarem em evidência experiências femininas, realocam o universo das mulheres no âmbito da História, quebrando silêncios e questionando normatizações. Por fim, o primeiro capítulo destaca a importância do movimento feminista para o ‘repensar’ da ciência, e discute as mudanças que esta tem atravessado rumo a uma nova forma de racionalidade, não mais centrada em um sujeito universal clássico (homem, branco, heterossexual, de primeiro mundo).

O segundo capítulo *Por entre as histórias: vozes e silêncios* apresenta inicialmente uma caracterização da instituição em que a pesquisa foi realizada, além de um breve relato sobre os caminhos trilhados para a construção deste estudo. O segundo capítulo contempla as narrativas de vida das seis jovens participantes da pesquisa. Mais que uma simples transcrição das entrevistas, a pesquisa em história oral, como defende Meihy (2005, 2007), opera uma **transcriação**. Para o autor, o

texto final deve conter não apenas as palavras ditas, mas também os não-ditos, os silêncios, os gestos e as emoções despertadas no momento de interação entre pesquisador e sujeito de pesquisa, com intuito de fornecer ao leitor toda a complexidade e riqueza do encontro. No momento de escrita das narrativas, procuramos levar em conta a crítica de Bourdieu (2006) às histórias de vida. Para o sociólogo, compreender a vida como uma história, um relato coerente e linear, é conformar-se com uma ilusão retórica. A vida, um emaranhado de complexidades, deve ser pensada para além da cronologia e da coerência.

O terceiro capítulo *Violência e Juventude: um olhar para além das estatísticas* consiste na análise das entrevistas. Esta análise se estrutura a partir da percepção da violência como elemento que perpassa as experiências de vida sob diferentes formas. A violência, para Minayo (2002), é um fenômeno polissêmico, que se apresenta sob diferentes expressões. A violência é abordada neste trabalho para além de sua dimensão mais visível: a prática de ato infracional pelos jovens. Ela também é apreendida como um mecanismo invisível de dominação e sujeição, que incide sobre a vida dos sujeitos de maneira naturalizada. Esta faceta da violência, Minayo (2002) denomina violência estrutural. Entendemos que a violência estrutural está ligada à prática de atos violentos pelos jovens, mas não somente ela. Sob certo aspecto, é possível dizer que a criminalidade juvenil, para além de um reflexo, é uma denúncia da violência estrutural vivida. A análise também aponta para um paradoxo: ao passo que a lei avança para um humanismo cada vez maior, as práticas sociais continuam a caminhar sobre os trilhos da repressão e da punição.

Esta pesquisa pretende contribuir para a humanização da discussão sobre violência urbana e criminalidade juvenil. Como alerta Bauman (2009) vivemos em uma sociedade marcada pelo medo e pela insegurança. Essas marcas repercutem na fragilidade dos laços sociais que se estabelecem. A desconfiança modifica nosso olhar sobre o outro. Para Bauman (2009) o medo faz ressurgir o velho preconceito contra as “classes perigosas”, legitimando a exclusão e reforçando estigmas.

Reproduzem-se cotidianamente vários preconceitos enraizados séculos atrás. Preconceitos estes presentes nos mais variados contextos, da configuração urbana (com suas periferias e favelas) à ciência moderna (com seus “discursos de verdade”). A própria História, como será discutido no primeiro capítulo, durante muitos séculos privilegiou apenas as histórias e visões dos “vencedores”, deixando

relegados e esquecidos tantos outros, como Bertold Brecht retratou em seu poema *Perguntas de um trabalhador que lê*.

*Quem construiu a Tebas das sete portas?
Nos livros constam os nomes dos reis.
Os reis arrastaram os blocos de pedra?
E a Babilônia tantas vezes destruída.
Quem a ergueu outras tantas?
[...] Uma vitória em cada página.
Quem cozinhava os banquetes da vitória?
Um grande homem a cada dez anos.
Quem pagava suas despesas?
Tantas histórias.
Tantas questões.*

Apesar das mudanças vivenciadas principalmente a partir dos anos 1970, a ciência hoje ainda se assenta nos pilares da racionalidade científica dos séculos XIX e XX, com seus “heróis” e seus critérios de objetividade. Socialmente e cientificamente, aqueles que por séculos estiveram à margem continuam invisíveis. Acreditamos que ‘contar histórias’ desperta uma possibilidade não apenas de inserção de novas vozes e perspectivas, mas, mais que isso, contribui para a humanização do conhecimento e da ciência. Conhecer a história do outro nos permite reconhecer que, apesar das diferenças dos caminhos trilhados, todos nós somos humanos...choramos, rimos, e, acima de tudo, temos uma história, nem melhor nem pior, mas nossa.

Dentre infinitas possibilidades, esta pesquisa optou por seguir este caminho, na trilha das histórias. Esta é a nossa forma de contribuir, lembrando que todo estudo é apenas uma, dentre milhares, formas possíveis de ler/traduzir o mundo. Concordamos com Morin (2000, p.17) ao dizer que: “A compreensão mútua entre os seres humanos, quer próximos, quer estranhos, é daqui pra frente vital para que as relações humanas saiam de seu estado bárbaro de incompreensão”.

CAPÍTULO 1

ORALIDADE, GÊNERO E SUBJETIVIDADE

Caminhante, são teus rastros o caminho, e
nada mais; caminhante, não há caminho, faz-
se o caminho ao andar.

(Antônio Machado)

As palavras do poeta espanhol Antônio Machado podem ser compreendidas como o próprio trajeto da pesquisa em história oral. Trabalhar com narrativas orais é trabalhar com o imprevisível, o inusitado, o não-dito, enfim, tudo o que é humano. O caminho da pesquisa em história oral nunca está dado, pronto e acabado, mas está em eterna construção; construção de significados, construção de tramas entre falas que se cruzam e construção de identidades, não só daqueles que contam suas histórias, mas também daquele que as escuta: o pesquisador.

Este capítulo pretende aprofundar o debate sobre história oral: suas origens, características, conceitos, possibilidades e limites. Coloca em pauta as relações entre a história oral e a história das mulheres, na perspectiva de valorização das narrativas femininas. Por fim, traz reflexões sobre a crise do paradigma científico moderno e as transformações que a ciência tem atravessado.

1.1 HISTÓRIA ORAL EM DEBATE

É difícil determinar exatamente quando a história oral nasce. As diferentes sociedades, desde o início, e principalmente antes da ascensão da escrita, são marcadas pela tradição oral. Sabe-se, por exemplo, que grandes narrativas ocidentais, como a *Ilíada* e a *Odisséia*, têm sua origem na oralidade. Segundo Meihy (2007) os primeiros registros de relatos pessoais nascem na China há mais de três mil anos. A prática de registro de histórias transmitidas oralmente, nas diferentes sociedades, servia não apenas como forma de conhecimento, mas também para normatização de comportamentos e como estratégia de dominação. É importante destacar que a palavra escrita e a palavra dita recebem valorações diferentes. Desde a antiga sociedade egípcia a palavra escrita era valorizada em detrimento do oral. Durante a Idade Média a distância que se estabelece entre o falado e o escrito é ainda maior.

Para Meihy (2007, p. 94) “a hegemonia do saber escrito pelos chamados escribas [...] decretaram uma espécie de polarização dos dois códigos”. Resulta disso uma descrença na oralidade, um sentimento reforçado pelas primeiras universidades e pelo processo de letramento da sociedade. A sociedade contemporânea carrega, sem dúvida, as marcas de uma história de primazia do escrito sobre o oral, tanto que muitos pesquisadores ainda hoje desacreditam da oralidade como fonte possível de pesquisa e produção do conhecimento.

A longa viagem da palavra escrita em seu percurso triunfante sobre o oral determinou combinação de poder, subversão e interferências. A grande constatação, contudo, corre por conta da imperiosa necessidade de se perceber que se tratam de dois códigos diferentes e que um não pode ser confundido com o outro. (MEIHY, 2007, p. 101).

Essa discussão é fundamental para a compreensão do que hoje denominamos história oral. Não há como pensar a história oral sem pensar em tradição oral. Porém, é necessário compreender que a história oral, como forma de produção do conhecimento histórico, tal como a conhecemos hoje, é recente. Como aponta Meihy (2005), foi depois da Segunda Guerra Mundial que a história oral se armou de métodos e critérios que a diferenciam de outras formas de pesquisa. Para o autor, a moderna história oral surge em 1948 na Universidade de Columbia, em Nova York, pelas mãos de Allan Nevins, que organizou um arquivo e oficializou o termo. Os avanços tecnológicos da época foram utilizados como forma de resgatar experiências e dar visibilidade principalmente às histórias da guerra. Lozano (2006) lembra que a oralidade, muito antes de ser incorporada pela História, já era utilizada por antropólogos como um meio de aproximação e interpretação das culturas. Mas a oralidade ultrapassou o campo específico da Antropologia.

Joutard (2006) fala de três gerações da história oral. A primeira, nos anos 50, período em que historiadores norte-americanos empenham-se em recolher material para os historiadores futuros. De início, preocupam-se apenas com os “homens notáveis”. A segunda geração, nos anos 60, surge em meio ao clima de mudanças promovidas pelos movimentos sociais. Segundo Joutard (2006, p. 45), “não mais se trata apenas de uma simples fonte complementar do material escrito, e sim “de uma outra história” [...] que valoriza os vencidos, os marginais e as diversas minorias, operários, negros, mulheres”. A partir de 75, pode-se identificar uma terceira geração, quando grupos começam a se constituir em diferentes países.

Surgem neste período revistas, associações e eventos/colóquios (nacionais e internacionais) para discussão da história oral. Este foi um período de reflexões epistemológicas e metodológicas sobre a produção do conhecimento histórico. Os projetos ganham maior profissionalização e se passa a contestar a idéia de que a entrevista permite acessar diretamente a realidade. Alguns autores ainda falam de uma quarta geração da história oral, na década de 90, influenciada pelos movimentos críticos pós-modernistas, que tem como principal marca a valorização da subjetividade.

Em países de tradição democrática a prática da história oral aconteceu e acontece de forma mais livre. No entanto, em países marcados por interrupções autoritárias, como o Brasil e outros países da América Latina, esse processo acontece de maneira diferente. Segundo Meihy (2007), como que por vingança, a história oral se fortalece no Brasil após a ditadura, justamente para suprir os anos de silenciamento e repressão.

Sem dúvida, pode-se dizer que a história oral brasileira é, inclusive, uma das alternativas para a afirmação da democracia. Vale, pois, dizer que a história oral tem dupla função política, posto que se compromete tanto com a democracia – que é condição para sua realização – como com o direito de saber – que permite veicular opiniões variadas sobre temas do presente. (MEIHY, 2007, p. 111).

Amado e Ferreira (2006) afirmam que embora a introdução da história oral no Brasil date dos anos 70, foi somente no início dos anos 90 que ela teve uma expansão mais significativa. Multiplicaram-se os encontros e seminários sobre história oral. Cursos surgiram em programas de pós-graduação em História e em 1994 foi criada a Associação Brasileira de História Oral (ABHO). Porém, como afirmam as autoras: “Trabalhar com história oral no Brasil em geral ainda consiste em gravar entrevistas e editar os depoimentos, sem explorá-los suficientemente, tendo em vista um aprofundamento teórico-metodológico”. (AMADO; FERREIRA, 2006, p. XI).

1.1.1 A Nova História

O processo de revalorização da oralidade surge para a História como uma entre tantas outras mudanças vindas com a perspectiva da Nova História. Durante

vários séculos, e (em certa medida) ainda hoje, a História tem sido o relato dos “grandes” feitos dos “grandes” homens. O paradigma tradicional de se pensar e fazer a História teve forte influência do historiador alemão Leopold von Ranke (1795 – 1886). A chamada história rankeana foi por muito tempo interpretada como a única e verdadeira forma de se pensar a História, ao invés de ser vista como uma entre as várias abordagens possíveis.

A emergência de novas questões e a ânsia por diferentes abordagens vai levar ao surgimento do que hoje conhecemos por Nova História, que para Burke (1992) não é tão nova assim. A chamada Nova História está associada às transformações ocorridas principalmente nas décadas de 1970 e 80. Porém, muito antes disso, vários estudiosos em diferentes partes do mundo já refletiam sobre a necessidade de mudanças. Importante neste contexto a fundação da revista *Annales* em 1929, por Lucien Febvre e Marc Bloch. Para muitos historiadores, a história da Nova História é a história da Escola dos *Annales*.

De acordo com Burke (1992) o contraste entre a antiga e a Nova História pode ser resumido em alguns pontos. Primeiro, no paradigma tradicional a História diz respeito essencialmente à política. Historiadores que se interessavam por outras temáticas eram marginalizados. A Nova História, por sua vez, se interessa por toda a atividade humana, partindo do princípio de que “tudo tem uma história”. Temas como infância, morte, loucura, corpo, gênero e muitos outros são colocados em pauta. “O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma ‘construção cultural’, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço”. (BURKE, 1992, p.11).

Para este autor, outros pontos de contraste entre a antiga e a Nova História referem-se ao fato de que a história tradicional oferece uma visão de cima, centrada nos “heróis”. A Nova História, por sua vez, preocupa-se com a chamada “história vista de baixo”, procurando valorizar as opiniões e experiências de pessoas comuns. Também é importante destacar a questão das fontes. No paradigma tradicional a História deveria ser baseada nos registros oficiais. A Nova História reconhece uma pluralidade de fontes, entre elas a oral e imagética.

Outro aspecto importante diz respeito à objetividade. Hoje o ideal de objetividade é considerado irrealista. “Nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra”.

(BURKE, 1992, p.15). No modo tradicional de se pensar a História, busca-se e defende-se a objetividade, acreditando que esta é uma característica necessária para toda disciplina que almeja a cientificidade.

Para este autor, a preocupação da Nova História em abranger toda a atividade humana leva os historiadores às práticas interdisciplinares, no sentido de dialogar com antropólogos, economistas, críticos literários, sociólogos, psicólogos e outros profissionais. É importante destacar que não é fora de propósito falar de crise do paradigma tradicional, já que este não contempla grande parte das novas demandas existentes no campo da História. No entanto, é necessário reconhecer que o novo paradigma também tem seus problemas, que são problemas de definições, fontes, métodos entre outros.

Para Burke (1992) a Nova História, por contemplar diversas tendências, é de difícil definição. Segundo o autor, é mais fácil defini-la pelo que ela não é do que pelo que ela propriamente é. Ou seja, pode-se defini-la pensando naquilo a que ela se opõe. Segundo Burke (1992, p. 10) “a nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional”. Entre as diversas manifestações da Nova História é possível enfatizar: a história vista de baixo, a micro-história, a história das imagens, do corpo, da leitura, do pensamento político e, em especial para esta pesquisa, a história oral e a história das mulheres.

É, sem dúvida, de fundamental importância reconhecer a influência e as mudanças trazidas pelos *Annales* e pela Nova História no modo de compreender a historiografia e também no reconhecimento e valorização de diferentes formas de produção do conhecimento.

1.1.2 Definições e Conceitos

A história oral abarca diferentes definições e conceitos. É essencial compreender que a história oral não se reduz à realização de entrevistas. Para Meihy (2007) a história oral é uma prática complexa, que integra diferentes etapas e procedimentos, que vão desde a elaboração de um projeto de pesquisa, ao planejamento, execução e transcrição/transcrição das entrevistas, sem esquecer a autorização para o uso das falas. Em história oral a palavra não existe como uma ação isolada. Os gestos, os risos, os silêncios e as expressões são de fundamental importância.

Meihy (2005; 2007) resgata vários conceitos de história oral, formulados por diferentes estudiosos da área. Vale destacar: história oral como prática de apreensão de entrevistas, destinada a recolher testemunhos e promover análises de processos sociais do presente. Outra importante definição: “A formulação de documentos através de registros eletrônicos é um dos objetivos da história oral. Tais documentos, contudo, podem também ser analisados a fim de favorecer estudos de identidade e memória cultural”. (MEIHY, 2005, p. 17). A história oral moderna depende de recursos eletrônicos. Porém, nada substitui o contato direto. A entrevista não pode ser compreendida como uma simples reunião de frases. A performance existente no momento do contato, o olhar nos olhos, perceber as emoções e sensações presentes é essencial para se fazer história oral.

Para Meihy (2007) a história oral não pode ser pensada exclusivamente para tapar buracos ou lacunas deixadas pelos documentos. Ela possui uma dinâmica própria, revela e constrói uma forma diferenciada de História, reconhecendo a importância da subjetividade, percepções e experiências dos indivíduos. Desde seu nascimento, a história oral sofre críticas. A visão rankeana histórica dominante a classifica como uma segunda opção, ou seja, apenas deve ser usada quando não existirem disponíveis fontes oficiais, escritas. Esse modo tradicional de pensar não reconhece todo o potencial e pluralidade proporcionados pela história oral. Paul Thompson, certamente um dos maiores defensores da história oral, rebatia as críticas dizendo:

[...]a oposição à evidência oral é muito mais fundamentada no sentimento do que no princípio. A geração mais velha dos historiadores que ocupam as cátedras e detêm as rédeas é instintivamente apreensiva em relação ao advento de um novo método. Isso implica que eles não mais comandem todas as técnicas de sua profissão. Daí os comentários depreciativos sobre os jovens que percorrem as ruas com gravadores de fita. (THOMPSON, P. *The voice of the past: oral history*, 1978, p.63 apud PRINS, G., 1992, p.165).

Para Prins (1992), a relação entre as fontes escritas e orais é vista por historiadores tradicionais como a relação entre a prima-dona e sua substituta na ópera. Na falta da primeira, a segunda sobe ao palco. Para o autor, a relação não deve ser esta. “As fontes orais corrigem as outras perspectivas, assim como as outras perspectivas as corrigem”. (PRINS, 1992, p. 166).

Guarinello (1998) em sua *Breve arqueologia da história oral* defende que ela é inevitavelmente uma zona de fronteira, entre a academia e o mundo real, entre a

memória cientificamente produzida dos historiadores e as memórias individuais, no que elas têm de pessoal e coletivo. Comparando o trabalho do arqueólogo ao do oralista, o autor diz que enquanto o arqueólogo trabalha com vestígios dados, fixos, os oralistas trabalham com vestígios fluídos, e em grande parte são responsáveis pela produção dos próprios vestígios, são co-autores. A história oral não se debruça sobre arquivos mortos, mas sim sobre memórias vivas, dinâmicas, humanas e confusas, e para a maior parte dos defensores da história oral, essa subjetividade é o que há de mais fascinante, inovador e encantador.

Guarinello (1998) acredita que outro fascinante aspecto da história oral é que o universo vestigial é infinito, inesgotável, renovável e recriável a cada geração. Um risco apontado pelo autor é o da fragmentação e do particularismo. Porém, para ele, os oralistas “têm-se mostrado capazes de criar problemáticas coletivas e de estabelecer linhas de diálogo entre si e com outros especialistas”. (GUARINELLO, 1998, p. 65). Importante a reflexão que este autor faz sobre a história oral. Para ele, esta prática

[...] oferece um campo de experimentação sem par, uma zona de fronteira [...] na qual as Ciências Humanas se defrontam com um novo tipo de fluidez conceitual, difícil de lidar, sem dúvida, mas talvez mais adequado à realidade contemporânea que nossas antigas certezas cartesianas. (GUARINELLO, 1998, p.65).

Lozano (2006, p. 16) a define como “um espaço de contato e influência interdisciplinares [...] com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais”. Para o autor, fazer história oral significa produzir conhecimentos históricos e científicos.

1.1.3 Estatuto da história oral

Há um debate muito grande em torno do estatuto da história oral. Afinal, qual é o lugar dessa prática no mundo moderno? Meihy (2007) aponta cinco possibilidades: história oral como ferramenta, como técnica, como metodologia, como forma de saber e como disciplina. A história oral como ferramenta é um mero instrumento, recurso adicional, acessório, algo a mais para reforçar argumentos. A

história oral como técnica prevê o uso de entrevistas como simples mecanismo capaz de guiar a pesquisa no caminho de resultados premeditados.

Como método, mais que uma técnica, a história oral é um recurso organizado e rígido de investigação, no qual as entrevistas são o epicentro, tudo gira em torno delas, são o ponto fundamental. Vista como método, “os oralistas centram sua atenção, desde o estabelecimento do projeto, nos critérios de recolha das entrevistas, no seu processamento, na passagem do oral para o escrito e nos resultados analíticos”. (MEIHY, 2007, p. 72).

A história oral como forma de saber está menos preocupada com os enquadramentos técnicos, já que seu enfoque é no conhecimento da experiência alheia. Assim entendida, a história oral afasta-se da categoria do conhecimento científico, e em certo momento pode se confundir com a literatura. Por fim, a história oral como disciplina é para o autor uma tendência radical, e nesse caso a academia se assume como o espaço privilegiado de sua existência. Os estudiosos que postulam sua independência disciplinar a encaram como um campo político, que dá lugar aos debates, reivindicações e leva à transformação social.

Amado e Ferreira (2006), assim como Joutard (2006) e vários outros autores, defendem a história oral como uma metodologia de pesquisa. Essa discussão é fundamental. Para as autoras, se considerarmos a história oral como uma técnica, a produção ficará muito aquém das possibilidades ofertadas. Se a considerarmos como uma disciplina surgem dois caminhos problemáticos: esquecer as questões teóricas e deixar de abordá-las ou buscar respostas apenas no âmbito da história oral. Para as autoras, a história oral vista como metodologia reconhece a necessidade da teoria da História. A história oral não pode resolver/responder todas as questões por si só, sem um respaldo na teoria. Por isso, não pode ser entendida como uma disciplina isolada.

As soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram: na boa e antiga teoria da história. Aí se agrupam conceitos capazes de pensar abstratamente os problemas metodológicos gerados pelo fazer histórico. O entrevistado “se esquece” sempre de um conjunto específico de acontecimentos que vivenciou? Cada grupo de informantes situa em datas diferentes determinado fato histórico? Sendo uma metodologia, a história oral consegue enunciar perguntas como essas; mas, exatamente por ser uma metodologia, não dispõe de instrumentos capazes de compreender os tipos de comportamento descritos (bastante comuns, aliás). Apenas a teoria da história é capaz de fazê-lo, pois se dedica, entre outros assuntos, a pensar os *conceitos* de história e memória, assim como as complexas *relações* entre ambos. (AMADO;FERREIRA, 2006, p. XVI).

Lozano (2006) fala de duas facetas da história oral: a faceta técnica e a faceta metódica. Como técnica a história oral significa criar e organizar arquivos. Como método a história oral pode adquirir um estilo reducionista ou um estilo analista completo. Para o autor, o estilo reducionista entra em cena quando usamos as entrevistas como mero apêndice, como ilustração, como forma de comprovar argumentos estabelecidos *a priori*. Lozano (2006, p. 23) afirma que “essa forma de utilizar ou recorrer à evidência oral é uma das práticas mais difundidas na atualidade, visto que se trata de pôr na boca dos outros os nossos pensamentos”. Já no estilo analista completo, os historiadores

[...] consideram a fonte oral em si mesma e não só como mero apoio factual ou de ilustração qualitativa. Na prática, eles colhem, ordenam, sistematizam e criticam o processo de produção da fonte. Analisam, interpretam e situam historicamente os depoimentos e as evidências orais. Complementam suas fontes orais com as outras fontes documentais do trabalho historiográfico. Não se limitam a um único método e a uma técnica, mas a complementam e as tornam mais complexas. Explicitam sua perspectiva teórico-metodológica da análise histórica e, sobretudo, estão abertos e dispostos ao contato com outras disciplinas. (LOZANO, 2006, p. 23).

Essa postura sustenta que as fontes orais são tão válidas quanto as fontes documentais. O autor também destaca que o processo de reflexão teórica, o trabalho de campo, o vínculo com os sujeitos estudados, enfim, o processo de produção do conhecimento em história oral, leva também à constituição/transformação da própria identidade do pesquisador. Para ele, a melhor forma de aprender sobre a história oral é vivenciá-la, experimentá-la, sempre com disposição para rever conceitos e olhar criticamente o próprio projeto.

Os debates existentes em torno da história oral são múltiplos. Assim como diferentes pesquisadores entendem o campo da história oral de maneira variada, também suas características e modos de fazer são plurais. Para Meihy (2007) um conceito muito importante dentro da história oral é o de **transcriação**. É importante compreender que, a partir das entrevistas feitas, a “tradução” do oral para o escrito não se opera como uma simples transcrição.

A transcrição literal, apesar de fundamental, pode ser entendida como apenas uma etapa para se chegar ao texto final. O texto final da história oral, em alguns casos, é uma recriação, uma recriação que se realiza dentro de regras. Não se podem inventar elementos. Porém, na tentativa de fornecer toda a subjetividade da entrevista, o pesquisador intervém sim no produto final.

Porque toda entrevista escrita materializa os atos da fala, ela deve conter, no máximo possível, incorporações de situações das entrevistas. Por exemplo, se o colaborador chora, mas não diz, isso deve transparecer no texto como parte integrante da performance. (MEIHY, 2007, p. 137).

Outro importante conceito dentro da história oral é o de **colaborador**. Os entrevistados, justamente por cederem suas entrevistas, são parte integrante do projeto, por isso é justo considerá-los como colaboradores. Porém, alguns cuidados devem ser tomados. Em alguns casos, os colaboradores se sentem tão donos do projeto que querem determinar seu curso. Cabe ao pesquisador, com profissionalismo e ética, conduzir o projeto da melhor forma, tendo clareza de seu papel e colocando limites nas interferências.

Por fim, refletir sobre a história oral é refletir sobre os cuidados éticos necessários ao se trabalhar com uma “matéria viva”. O colaborador (entrevistado) deve ter claro, desde o início, quais são as intenções da pesquisa, e deve ter o livre arbítrio de participar ou não. Se concordar em ceder a entrevista, esta deve ser posteriormente revisada e autorizada pelo colaborador. Um alerta importante: “Projetos que trabalham com situações de risco, de vexames, de impressões sobre outros, ou de denúncia, podem valer-se da “invisibilidade”. Contudo, na apresentação do trabalho devem ficar claros o nível e as razões do “disfarce”. (MEIHY, 2007, p. 62).

1.1.4 Histórias de Vida

Para Meihy (2007) existem três tipos de história oral: a história oral temática, a tradição oral e a história oral de vida. Este pesquisa centra sua atenção na última. Muitos se referem à história oral de vida como biografia ou relato biográfico. Para Dosse (2009) e Momigliano (1993), pode-se dizer que as narrativas biográficas surgem na idade antiga. Em V a.C. já é possível encontrar manifestações do gênero biográfico na Grécia. Na discussão sobre biografia, impossível não falar nas contribuições deixadas por Plutarco e Suetônio, e o debate e transformação do conceito de herói ao longo do tempo. Segundo Meihy (2007) foi apenas no século XX, sob influência da Escola de Chicago, que as práticas acadêmicas passaram a incorporar as histórias de vida como documento. Esses referenciais históricos são importantes para compreender o que hoje chamamos história de vida.

É necessário reconhecer que desde Plutarco as narrativas de vida mudaram muito, inclusive a questão de virtuosidade e exemplaridade das vidas relatadas. Se antes as figuras “grandiosas” eram centrais, hoje a História se preocupa com aqueles que Foucault (2009) chamava de infames¹, ou seja, os indivíduos sem fama, anônimos. De acordo com Loriga (1998) a redescoberta das biografias e o interesse pelos fatos cotidianos acabam por estender o campo da história àqueles que historicamente ficaram à margem. No final dos anos 70 e começo dos anos 80, a atenção dos pesquisadores se desloca das atividades econômicas e políticas para as subjetividades dos indivíduos.

Decepcionados e insatisfeitos com o uso de categorias interpretativas predeterminadas, os próprios historiadores sociais, tradicionalmente mais atentos à dimensão coletiva da experiência histórica, começam a refletir sobre os destinos individuais. (LORIGA, 1998, p. 226).

É importante destacar que não apenas a História faz uso das narrativas biográficas, mas também outros campos de conhecimento, entre eles a Antropologia e a Psicologia. Cada área possui seu próprio modo de trabalhar e refletir sobre as histórias de vida. As histórias de vida

[...] tem vocação a valorizar o indivíduo em detrimento do exclusivismo da estrutura social. A origem dessa preocupação também é antiga e remonta à noção de cuidado despertada por Heidegger em relação “a ser no mundo”. Essa noção leva a considerar o que Platão definiu como “em si” e que modernamente Foucault redefiniu em sua “hermenêutica do presente” como “a arte de se autogovernar”, e assim o conhecimento e controle da narrativa sobre si mesmo teriam papel fundamental. (MEIHY, 2007, p. 37).

Bourdieu (2006) critica duramente a noção de história de vida. Para ele, compreender a vida como uma história é conformar-se com uma ilusão retórica, é acreditar que a vida pode ser vista como uma sequência linear de fatos, unidirecional e cronológica. Acreditar na vida como uma história significa aceitar o fato de que “a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma “intenção” subjetiva e objetiva,

¹ Em *A vida dos homens infames*, Foucault (2009) realiza o que ele chama de “antologia de existências”. O autor resgata arquivos policiais e petições ao rei datadas de 1660-1760. Neles Foucault recupera pequenas histórias de indivíduos anônimos que, paradoxalmente, sobreviveram ao tempo por seu efêmero contato com o poder. Foucault (2009) destaca esta contradição: ao passo que o poder real e policial queria apagar estas existências transgressoras, foi através destes documentos oficiais que estas silenciosas vozes acabaram por sobreviver. O autor também discute o controle disciplinar sutil e invisível que perpassa essas vidas.

de um projeto” (BOURDIEU, 2006, p. 184). Para o autor, a vida é muito mais do que isso, e deve ser compreendida em toda sua complexidade. É necessário reconhecer que o real é descontínuo, atravessado por elementos sem razão, fora de propósito, aleatórios. A vida e as decisões que os indivíduos tomam estão além de uma relação causa e efeito. Geralmente, critica o autor, a preocupação do pesquisador frente a uma história de vida é ordená-la de maneira lógica e razoável para o leitor, o que leva, nas palavras de Bourdieu (2006) a uma “criação artificial de sentido”.

1.1.5 Nosso modo de ver a história oral

É possível olhar um mesmo objeto por vários ângulos, a imagem dependerá de quem olha, como olha e porquê olha. Assim é a História. Onde alguns estudiosos vêem problemas, outros enxergam vantagens. Inúmeros pesquisadores falam de um distanciamento necessário para a análise histórica, Chartier (2006), por sua vez, vê a proximidade como um benefício, visto que:

[...] o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e portanto partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais. (CHARTIER, 2006, p.216).

Neste tópico sobre história oral trouxemos as opiniões de diversos autores sobre o assunto. O debate que atravessa a história oral é complexo, desde sua origem ao seu estatuto tudo parece ser controverso. Enxergamos a história oral como uma forma complexa de produção do saber, que está muito além de uma simples ferramenta ou técnica de pesquisa. É importante enfatizar que para esta pesquisa as narrativas de vida não são mero complemento, mas o eixo da pesquisa. Pelo modo como se estrutura esta dissertação, a história oral é para nós uma metodologia, já que fornece um caminho possível de pesquisa, através da valorização das narrativas e do reconhecimento do outro como um sujeito importante para a História.

Concordamos com Amado e Ferreira (2006) ao pensar que a história oral não é uma disciplina autônoma, pois precisa da teoria da História e dos conhecimentos de outros campos de saber. Em nosso trabalho, gostaríamos de nos aproximar ao que Lozano (2006) define como estilo [metodológico] analista completo, aquele que valoriza a fonte oral em si mesma, sem, contudo, deixar de

situá-la historicamente, e mais importante: adota uma postura crítica em relação ao próprio trabalho e à produção das fontes, além de estar aberto ao contato interdisciplinar. Loriga (1998) faz uma análise muito interessante sobre a construção de relatos biográficos. Para a autora, a morte do herói histórico clássico não elimina a importância de se estudar os indivíduos. E acrescenta:

Hoje, a aposta não é mais no grande homem (conceito banido e às vezes menosprezado), e sim no homem comum. Este último é o objetivo principal dos estudos sobre a cultura popular, dos trabalhos de história oral ou de história das mulheres. O caminho foi aberto, nos anos 60, por Edward Thompson que, em oposição tanto ao marxismo ortodoxo quanto ao estruturalismo, devolveu sua dignidade aos vencidos da história, às vítimas do passado. Desde então, a noção de experiência começou a erodir a de estrutura. Em 1976, Carlo Ginzburg invocava a célebre pergunta de Bertold Brecht (“Quem construiu Tebas das sete portas?”) para dar a palavra a um moleiro friulano do século XVI; nos anos seguintes alguns historiadores foram ainda mais longe [...]. (LORIGA, 1998, p. 244).

Loriga (1998) aposta em um estilo de produção que denomina biografia coral. A biografia coral é, para ela, uma forma de exprimir a multiplicidade das experiências, sem enclausurá-las em uma lógica linear e cronológica, permitindo que as existências sejam descontínuas e provisórias. A biografia coral é uma forma de indagar a História, é pensá-la a partir das experiências dos indivíduos – é o sujeito quem conduz, **as categorias analíticas emergem das narrativas**. Nas palavras de Loriga (1998, p. 249), enquanto a biografia heróica toma como óbvia a harmonia entre o particular e o geral, “a biografia coral concebe o singular como um elemento de tensão: o indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular”.

A discussão realizada pela autora, sobre a biografia coral, nos ajuda a compreender como as histórias e experiências dos indivíduos são únicas e, como em sua singularidade, nos dizem muito sobre a sociedade em que vivemos e sobre a própria História. É importante ressaltar que os textos, por mais que tentem exprimir a multiplicidade da existência (e a nosso ver devem tentá-lo), nunca são capazes de dar conta de uma vida. É impossível à narrativa escrita conter todo o significado de uma existência. O que ela contém são fragmentos, partes, mas não a existência em si. Mas nem por isso o pesquisador/escritor deve deixar de buscar a riqueza, multiplicidade e complexidade das vidas narradas.

É tendo como referencial essas idéias (em especial sobre a pluralidade do que chamamos histórias de vida) que buscamos encontrar nosso caminho. Como

caminho metodológico seguimos o trajeto proposto por Meihy (2005; 2007), que se resume em basicamente cinco etapas. A primeira etapa é a elaboração do projeto. Como aponta o autor, a elaboração do projeto é essencial para o desenvolvimento da pesquisa, é o que norteia todo o restante. Porém, é importante destacar que o projeto não é uma camisa-de-força, e está sempre sujeito a mudanças. É como um mapa que indica caminhos e possibilidades a seguir, mas não os fecha.

O segundo momento da pesquisa é o de gravação das entrevistas. Os recursos eletrônicos são essenciais à história oral. As entrevistas realizadas devem ser cuidadosamente gravadas, para a posterior transcrição/trans**criação** e também para o arquivamento dos dados da pesquisa. As estruturas das entrevistas variam conforme os objetivos do projeto. Deve-se sempre prezar para que o colaborador fique à vontade. Um cuidado especial que se deve ter com relação às entrevistas é não colocar palavras na boca do entrevistado. Não induzir a fala é um cuidado ético do pesquisador.

O terceiro momento da pesquisa em história oral refere-se à produção do documento escrito. Isto também varia de acordo com os objetivos do projeto. O pesquisador pode operar apenas a transcrição das entrevistas com fim de arquivamento e/ou publicação, ou pode operar a trans**criação**, que, como foi dito, deve conter outros elementos, visuais e sensoriais. Em nosso caso, prezamos pela trans**criação** das falas.

A quarta etapa apontada é a análise das entrevistas. Esta etapa pode ou não acontecer, dependendo da proposta da pesquisa. A análise consiste em costurar as falas dos colaboradores, relacionando-as a documentos externos, informações, documentos históricos e outras narrativas; ou pode também ser uma análise focada apenas na entrevista em si. A análise das entrevistas pode ser uma forma de inserir as falas dos entrevistados em um contexto mais amplo, situando-os historicamente, contribuindo para estudos de identidade, memória, comunidade e muitos outros. Sugere-se que a análise seja efetuada somente após o processo de transcrição, para que o pesquisador tenha mais claro como as informações podem dialogar e como se relacionam a outros elementos. Em nosso processo de análise, procuramos localizar historicamente as vidas narradas, sem contudo tentar torná-las representativas de todas as outras vidas. Buscamos manter e valorizar sua singularidade.

A devolução é a última etapa da pesquisa em história oral, sendo tão ou mais importante que as outras etapas. A devolução da pesquisa à comunidade é um compromisso ético do pesquisador. Se considerarmos que a história oral está diretamente associada à democratização, transformação social e defesa da cidadania, simplesmente não existe história oral se não houver retorno à comunidade.

Nesta pesquisa buscou-se seguir este trajeto, reconhecendo a pesquisa em história oral como um processo aberto, em constante transformação. É importante lembrar a crítica feita pela estudiosa Gayatri Spivak em seu contundente livro *Pode o subalterno falar?*. Neste texto, Spivak (2010) critica arduamente o papel do intelectual/ pesquisador em “dar voz” ao outro. Ela alerta para o fato de que, muitas vezes, este tipo de relação apenas reproduz e intensifica um processo histórico de dominação. Esperamos que o nosso trabalho não seja assim! Queremos acreditar em seu poder transformador.

1.2 UM MERGULHO NAS NARRATIVAS FEMININAS

É preciso reconhecer a existência de uma profunda ligação entre a história oral e a história das mulheres. Salvatici (2005) defende que desde o início a história oral e a história das mulheres têm apresentado significativas proximidades. Ambas foram amplamente disseminadas pelos movimentos sociais e políticos dos fins dos anos 60, e partem da idéia de resgate de uma história oculta. Ambas atuam na perspectiva de inserção de novas vozes na História. Podem-se pensar estes movimentos como que “crescendo juntos”. Para a autora, o objetivo político do movimento feminista era dar valor e visibilidade às experiências femininas, e a história oral forneceu um caminho teórico e metodológico para isso.

A história oral de mulheres permitiu e continua a permitir a produção de um novo material histórico, a partir de novas perspectivas, valorizando e dando visibilidade às experiências femininas, escassas na história tradicional. A simbiose entre a história oral e a história das mulheres (desde o início tão próximas) se tornou mais complexa a partir dos anos 80.

O reconhecimento da pluralidade foi (e ainda é) um alerta aos pesquisadores contra quaisquer assertivas abrangentes nas relações entre gênero e memória; isso, de certa forma, fragmentou a simples celebração

de narrativas orais de mulheres que caracterizou os anos 1970. O conceito de pluralidade destacou a possibilidade de haver diferenças fundamentais em estruturas de gênero entre classes sociais, grupos étnicos, ocupações, religiões, regiões, ou nações. O que era considerado “a voz das mulheres” transformou-se em plural: narrativas femininas [...].(SALVATICI, 2005, p.32).

Outra importante pesquisadora que traça significantes relações entre a história oral e a história das mulheres é Margareth Rago. Em um de seus trabalhos ela utiliza a história oral para resgatar as memórias de Luci Fabri, militante italiana anarquista, valorizando a subjetividade e as percepções da militante. Para Rago (2002, p.32):

O contato com essa senhora erudita e reflexiva, profundamente aberta à vida, fez-me inevitavelmente pensar na utilidade da história, na importância da preservação da memória, sobretudo daquela silenciada pelos jogos de poder e, mais ainda, levou-me a valorizar os aportes da história oral.

A autora ainda enfatiza que a possibilidade despertada pela história oral através das narrativas (as cores, os cheiros e as emoções que o texto permite) são possibilidades que dificilmente se encontram nos textos históricos tradicionais, já que a maior parte deles insiste em uma pretensa objetividade histórica. Nesta mesma direção, a história das mulheres rompe com a dimensão masculina/falocêntrica predominante nas narrativas, despertando assim novas sensações e percepções da História.

Não apenas a história oral é utilizada como meio de valorizar as experiências femininas. Principalmente a partir dos anos 60 vários historiadores vão voltar a atenção para documentos antes considerados sem relevância histórica, entre eles as cartas, os diários, as anotações cotidianas. A historiadora francesa Michelle Perrot, em seu belíssimo trabalho com cartas e diários femininos, vem romper com o que chama de “um oceano de silêncio”. De acordo com Perrot (2005, p. 09) para as mulheres “o silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento”. Em seus estudos ela debruça-se sobre os arquivos privados, já que os grandes arquivos públicos centram sua atenção sobre os homens e o pouco que se diz sobre a mulher não foge ao que foi denunciado por Simone de Beauvoir em 1949 (“toda a história das mulheres foi feita pelos homens”).

Perrot (2005) destaca que a existência de poucos documentos sobre as mulheres é um problema histórico, acentuado pelas próprias mulheres ao longo dos

séculos, já que muitas delas destruíam suas próprias produções, queimavam seus diários e livravam-se de seus escritos. Nas palavras da autora, “por pudor, mas também por autodesvalorização, elas interiorizavam, de certa forma, o silêncio que as envolvia”. (PERROT, 2005, p.13). A autodestruição dos registros foi, e talvez ainda seja, uma prática comum entre as mulheres, como se a aparição pública de documentos femininos fosse uma ameaça à ordem. A historiadora interpreta isto como uma negação de si, que está arraigada na educação feminina. É necessário reconhecer, como alerta a autora, que os documentos privados têm limites estreitos desenhados pela possibilidade de acesso à cultura escrita.

Perrot (2005) destaca que a consolidação da História como disciplina científica no século XIX vai reforçar ainda mais seu caráter viril. No século XIX há uma recusa da fala feminina, já que a História vai centrar sua atenção majoritariamente nos “grandes” eventos políticos, universo em que a participação feminina era muito restrita. As mulheres pouco aparecem. Para a historiadora, as mulheres na cidade do século XIX aparecem apenas sob duas vertentes: a mulher burguesa, a partir da moda, da aparência e do cuidado; e as mulheres do povo, que se tornam visíveis quando seus murmúrios quebram a ordem estabelecida. O rompimento do silêncio histórico das mulheres vai se dar principalmente a partir dos anos 60 e 70 do século XX, com a crise dos grandes paradigmas explicativos, por fatores científicos, sociológicos e políticos. A autora acredita que o desenvolvimento da história oral, e a prática de valorização das narrativas femininas no século XX, é de certa maneira uma revanche das mulheres.

Perrot (2008) alerta que a revolução historiográfica trazida pelo *Annales*, em seu início, não reconheceu a importância das mulheres na História, pois não cogitou falar das diferenças entre os sexos. Para a historiadora o nascimento da história das mulheres dá-se na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos (nos anos 60) e na França, uma década depois. Diferentes fatores contribuíram para a emergência das mulheres na História. Entre os fatores científicos apontados pela autora estão: a crise dos sistemas de pensamento tradicionais (marxismo, estruturalismo), a modificação das alianças disciplinares (em especial a relação entre a História e a Antropologia) e o reconhecimento da subjetividade. Entre os fatores sociológicos que levaram às mudanças, a historiadora reconhece como central a presença das mulheres nas universidades. Entre os fatores políticos pode-se apontar o movimento de liberação das mulheres a partir dos anos 70 (com forte crítica aos saberes

constituídos que se davam como universais), além do corte epistemológico que afetou as Ciências Sociais e Humanas nos anos 70-80. A Nova História, que a historiadora reconhece como a terceira geração dos *Annales*, multiplica os objetos e o modo de escrever a História.

Perrot (2008) fala que a dificuldade de resgate da história das mulheres se dá não apenas pela escassez das narrativas femininas ao longo da História, mas também pela própria língua (“*eles* dissimula *elas*”) e pelo fato de as estatísticas serem quase sempre assexuadas. Como lembra a historiadora, após o casamento as mulheres perdiam seus sobrenomes, mais uma dificuldade para o trabalho do pesquisador. As mulheres pouco podiam dizer, mas em compensação muito se dizia sobre elas:

[...] existe uma abundância, e mesmo um excesso, de discursos sobre as mulheres; avalanche de imagens, literárias ou plásticas, na maioria das vezes obras dos homens, mas ignora-se quase sempre o que as mulheres pensavam a respeito, como elas as viam ou sentiam. (PERROT, 2008, p. 22).

No entanto, ainda que escassa, existem fontes que emanam das próprias mulheres, através das quais é possível ouvir suas vozes. São estas fontes que Perrot (2005; 2008) busca. É importante destacar que ela investiga a história das mulheres a partir da pluralidade. A historiadora reconhece que “o objeto ‘mulheres’ é necessariamente plural, multiforme, pluridisciplinar; ele destrói as divisões tradicionais do saber, tão fortes entre nós [...]”. (PERROT, 2005, p. 469). A chamada história das mulheres só encontra sentido na análise, desconstrução e relação com o outro sexo. Nesse sentido, a discussão sobre gênero, como uma construção social e cultural das relações entre os sexos, e o reconhecimento das diferentes masculinidades e feminilidades, é essencial.

1.2.1 Corpo e sexualidade

Perrot (2008) nos diz que de Aristóteles a Freud o sexo feminino é representado como uma carência, um defeito, uma fraqueza. Aristóteles vê a mulher como um homem incompleto, um ser defeituoso. A hierarquia sexual está presente nos postulados religiosos (primeiro veio Adão, depois Eva, e foi esta que seduzida caiu em transgressão), mas também a ciência se apropriou desta hierarquia. Muitos

filósofos buscaram nas Ciências Sociais e na Medicina argumentos para provar a inferioridade feminina, passando por Rousseau, Auguste Comte, Proudhon e vários outros.

Ao resgatar diferentes concepções sobre as mulheres ao longo do tempo, a autora nos mostra que o corpo tem uma história; uma história que é física, estética, política, cultural. A historiadora traz alguns exemplos históricos interessantes, com intuito de desvendar um pouco desta história do corpo. Por exemplo, a virgindade, tida quase como uma obsessão para as mulheres. A mulher, uma vez deflorada, ninguém a quereria como esposa. “A virgindade das moças é cantada, cobiçada, vigiada até a obsessão. A Igreja, que a consagra como virtude suprema, celebra o modelo de Maria, virgem e mãe”. (PERROT, 2008, p. 45). A mulher “desonrada” está condenada à prostituição. No século XIX, na França, somente o estupro coletivo é passível de punição por lei, pois se cometido por um homem só, a mulher é considerada complacente. É interessante notar que o estupro é julgado como “agressão com ferimentos”. Pela lei, só se tornará crime em 1976. Outra questão interessante diz respeito ao adultério. O adultério foi por muito tempo tolerado para os homens (cuja sexualidade seria incoercível) e para as mulheres era passível de ser julgado no tribunal.

Também é essencial, quando se fala do corpo e sexualidade feminina, refletir sobre a maternidade. Historicamente constituiu-se a idéia de que a mulher só pode se completar pela maternidade. Durante vários séculos, a esterilidade torna legítimo o repúdio à mulher. Esta idéia foi quebrada por Beauvoir (1968) em *O segundo sexo*, ao colocar a maternidade como uma opção, e não uma obrigação feminina. Beauvoir (1968) rompe com o naturalismo e convida à desconstrução de definições e categorias tradicionais. “Corpo desejado, o corpo das mulheres é também, no curso da história, um corpo dominado, subjugado, muitas vezes roubado, em sua própria sexualidade”. (PERROT, 2008, p. 76).

1.2.2 As mulheres e o saber

De acordo com Perrot (2008) diferentes religiões (judaísmo, cristianismo, islamismo) instituíram o saber como um domínio de Deus e do Homem, seu representante na terra. O saber foi por muito tempo considerado contrário à feminilidade. A Igreja católica vai reservar aos clérigos os conhecimentos. Neste

sentido, a reforma protestante foi uma ruptura, ao tornar a leitura da bíblia uma obrigação de homens e mulheres. De certa forma, contribuiu para a instrução das meninas. É importante lembrar que algumas mulheres, pela religião, conseguiram exercer um papel social, como pode ser percebido em *Nas Margens*, livro da historiadora Natalie Zemon Davis².

Também a ciência das Luzes foi muito restritiva às mulheres. Perrot (2008) resgata o pensamento de Rousseau, para quem “toda a educação das mulheres deve ser relativa aos homens. Agradá-los, ser-lhes úteis, fazer-se amar e honrar por eles [...] eis os deveres das mulheres em todos os tempos”. (PERROT, 2008, p. 92). As mulheres, nesta concepção, devem ser educadas, não instruídas. Os obstáculos vão sendo transpostos pouco a pouco. Nos séculos XIX e XX, elas conquistam território na Literatura e nas Artes. Algumas fronteiras, como aponta a historiadora, são mais resistentes que outras, por exemplo os domínios das Ciências Exatas. É importante lembrar que em diferentes épocas muitas mulheres sempre resistiram, ainda que nas sombras. É inegável a importância do feminismo para a inserção das mulheres em diferentes espaços. Se hoje é possível escutar as vozes femininas em diferentes produções isto tem tudo a ver com o feminismo. É o que procuramos mostrar no próximo tópico.

1.3 FEMINISMO E TRANSFORMAÇÃO

A chamada primeira onda do feminismo surgiu nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, primeiramente na Inglaterra. As mulheres organizaram-se para lutar por direitos iguais, em especial o direito ao voto. O movimento sufragista foi duramente reprimido e muitas militantes presas, como

² Davis (1997), em seu livro *Nas margens: três mulheres do século XVII*, reconstrói a trajetória e as experiências de três mulheres: uma judia comerciante (Glikl bas Judah Leib), uma freira ursulina fundadora da primeira escola para mulheres ameríndias na América do Norte (Marie de l'Incarnation) e uma naturalista protestante que realizou boa parte de suas pesquisas no Suriname (Maria Sibylla Merian). Ao reconstruir parte da história destas mulheres, Davis (1997) mostra como elas romperam com uma marginalidade histórica e foram em busca de seus sonhos e do autoconhecimento. Não apenas nesta, mas em várias outras produções, Natalie Zemon Davis mostra grande preocupação em revelar as experiências de vida de mulheres e outros indivíduos marginalizados pela História. Com extrema sensibilidade, Davis (1997) reconstrói as trajetórias a partir de arquivos privados, escritos autobiográficos, livros raros, pinturas e outros documentos. É importante ressaltar o cuidado da pesquisadora para não reduzir suas personagens. Davis (1997) mostra a complexidade daquelas existências, perpassadas por conflitos, angústias, decisões difíceis e também realizações. Além disso, dá ao leitor um panorama sobre a Europa do século XVII e as condições da mulher no início do mundo moderno. A autora nos mostra a marginalidade como possibilidade de criação e liberdade.

conta a pesquisadora Pinto (2010), em seu artigo *Feminismo, História e Poder*. A primeira onda do feminismo enfraqueceu a partir da década de 30 e só restaurou suas forças na década de 60, quando tem início a chamada segunda onda.

Um livro que vai influenciar o ressurgimento do movimento feminista é certamente *O Segundo Sexo*, da francesa Simone de Beauvoir. O livro de Beauvoir (1968) desconstrói uma série de tabus referentes às mulheres. Na primeira parte de *O Segundo Sexo*, intitulada *Destino*, a autora faz um resgate de inúmeros dados da biologia para machos e fêmeas de diferentes espécies animais. Para ela, comparar dados para animais cujo único sentido da existência é a reprodução talvez seja viável. Porém, para os seres humanos isso não é viável. O ser humano deve ser entendido a partir de sua existência enquanto indivíduo. Nesse sentido, a biologia se torna uma ciência abstrata, que muito pouco diz sobre homens e mulheres. Nossa existência está atravessada e condicionada pelos elementos sociais, culturais, por tabus e preconceitos. Nas palavras de Beauvoir (1968, p. 54), “a mulher não é uma realidade imóvel, e sim um vir-a-ser”. Ou seja, para a francesa o significado de ser mulher é uma construção, por isso a importância de sua célebre frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Neste livro ela rejeita a questão da maternidade como uma necessidade feminina e relativiza toda e qualquer determinação que se possa construir sobre a mulher.

O Segundo Sexo causou grande controvérsia quando foi lançado. Era inaceitável a penetração da palavra crítica de uma mulher no espaço público, um espaço “naturalmente” pertencente aos homens. É inegável a influência desta obra na história.

Queiramos ou não, somos as descendentes desta mulher sem filhos, desta velha senhora de turbante fora de moda, de olhar tenso, que, obstinadamente, durante mais de 60 anos, apesar das calúnias, insultos e do desprezo, afirmou que nascer mulher não é um erro. (SAVIGNEAU, Josiane apud LOBO, Beth, 1999, p. 58).

Para além da influência desta obra, vários outros elementos levaram ao surgimento da segunda onda do feminismo, entre eles: a Guerra do Vietnã e a morte de inúmeros jovens americanos, o surgimento do movimento hippie a questionar a moralidade americana e romper tabus sobre a sexualidade, o “Maio de 68” em Paris, o surgimento da pílula anticoncepcional e, em meio a esta efervescência, o lançamento do livro *A mística feminina*, de Betty Friedan, em 1963.

Neste livro, Friedan (1971) vai falar de um “problema sem nome” enfrentado pelas mulheres nos Estados Unidos na década de 50. Para a autora, “o problema sem nome” refere-se à falta de perspectiva da mulher sobre o próprio destino, uma incompletude, uma sensação de vazio. Friedan diz sobre a realidade das mulheres na época: “Sua única luta, conquistar e prender o marido” (1971, p.20). Ainda para a autora: “Em pleno século XX ninguém sugeriu um novo caminho para a realização da mulher americana. A maioria adaptou-se ao papel e sofreu ou ignorou o problema sem nome” (1971, p. 26). Assim, ela aponta a necessidade de se romper com a prisão imposta sobre a feminilidade, aponta para a necessidade da mulher pensar não apenas em uma escolha, mas em uma infinidade de escolhas. Enfim, ser mãe e esposa não é a única possibilidade.

A segunda onda do feminismo vai além da luta por direitos. Vai questionar os tabus sobre a sexualidade, a submissão feminina, a rara presença das mulheres no espaço público, as relações de poder e vários outros temas até então colocados em segundo plano.

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. (PINTO, 2010, p.16).

É importante destacar no contexto do feminismo de segunda onda o surgimento dos chamados grupos de consciência. Pedro (2008) destaca que estes grupos tiveram início nos anos 60 nos EUA e se espalharam para diversos países posteriormente. Os grupos aconteciam nos mais diversos lugares (casas, bares, clubes etc.), reuniam mulheres interessadas em discutir a natureza da opressão que viviam, com vistas a desenvolver a autoconsciência e estratégias de ação contra o machismo. Do trabalho de autoconsciência se passava a uma consciência coletiva. Segundo a autora, vários grupos tornaram-se verdadeiras coletividades revolucionárias.

Os grupos de consciência proporcionavam espaços para que as mulheres pudessem contar suas histórias e compartilhar experiências. Essas mulheres acreditavam que o primeiro passo para vencer a opressão era através da palavra. As reuniões tinham como fio condutor um importante lema do movimento feminista: “o pessoal é político”. Mais que troca de experiências, as narrativas pessoais

femininas eram sim uma manifestação política. Os grupos de consciência foram fundamentais na configuração da segunda onda do feminismo, pela força transformadora que tiveram e pelas mudanças que trouxeram à história das mulheres e do movimento feminista, ontem e hoje.

Hoje, o chamado pós-feminismo agrega novas questões às reivindicações históricas, e vai além. Tendo como referência acadêmica as produções pós-estruturalistas, o pós-feminismo vem reivindicar o reconhecimento das diferenças e a pluralidade das identidades feministas: o feminismo negro, o feminismo lésbico etc. No campo da sexualidade são referências as produções de Michel Foucault e Judith Butler, entre muitos outros estudiosos.

1.3.1 Feminismo no Brasil

Em *Breve história do feminismo no Brasil*, Teles (1999) aponta para a necessidade de reconstruir a história do Brasil a partir do reconhecimento da importância da presença feminina. A autora alerta para a dificuldade de se fazer este resgate histórico, já que quase a totalidade dos documentos são registros elitistas e masculinos. Para ela, os poucos registros históricos sobre as mulheres ou referem-se a elas como loucas, desajustadas, ou como heroínas que deram suas vidas por seus maridos.

Como aponta o livro, uma das primeiras feministas brasileiras foi Nísia Floresta Brasileira Augusta, defensora da abolição da escravidão, da educação feminina, da emancipação da mulher e da instauração da República. Em 1838, no Rio de Janeiro, fundou um colégio exclusivo para meninas. Posteriormente, mudou-se para a Europa, devido às inúmeras críticas que recebia por suas idéias libertárias no Brasil.

O período da primeira república (1889 – 1930) foi marcado pelos movimentos operários. A mulher operária, além de enfrentar uma dupla jornada (na fábrica e no lar), ainda recebia menores salários e tinha jornadas de trabalho maiores. Em 1907, aconteceu a greve das tecelãs. Em 1917, a greve das operárias têxteis da fábrica Crespi, que paralisou São Paulo. As principais reivindicações femininas nestes protestos eram: a equiparação salarial e a redução da jornada de trabalho. Também em 1917, no Rio de Janeiro, houve uma passeata feminina pelo direito ao voto.

Em 1920, a professora Maria Lacerda de Moura e a bióloga Bertha Lutz fundaram a Liga para a Emancipação Internacional da Mulher, no Rio de Janeiro, com intuito de lutar pela igualdade política. Em 1922, surge a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, na luta pela conquista do voto feminino. Porém, o direito ao voto feminino só se tornou realidade no Brasil após a Revolução de 30. Após esta conquista, a luta feminina passou a questionar principalmente o trabalho feminino e a questão da proteção à maternidade. Em 37, com o golpe de estado de Getúlio Vargas, a luta feminina fundiu-se com a luta de resistência à ditadura.

Em 1945, período pós-guerra, surgiu no Rio de Janeiro o Comitê de Mulheres pela Democracia, mais um esforço pela conquista de igualdade de direitos. Em 1947 foi criado o jornal *Momento Feminino*. Outro fato histórico para as mulheres foi a realização em 1952 da Primeira Assembléia Nacional de Mulheres, pela defesa dos direitos e pela paz mundial. De 60 a 64 eclodiram vários movimentos. Porém, com o golpe em 64, as associações femininas praticamente desapareceram. Tem início aí a participação em organizações clandestinas.

Segundo Teles (1999), em meio às manifestações contra a ditadura, muitas mães se uniram na defesa de seus filhos, em sua maioria estudantes, perseguidos, presos e assassinados pelos militares. Estas mulheres deram início à União Brasileira de Mães. Com o AI-5 fecharam-se todas as vias políticas legais e as mulheres passam a se incorporar à luta armada das organizações de esquerda. Pela falta de registros, é difícil precisar quantas mulheres participaram da luta armada. Importante o destaque feito pela autora de que mesmo dentro das organizações revolucionárias de esquerda a visão corrente sobre as mulheres era muito conservadora. Praticamente todas essas organizações estavam sob liderança masculina. Ao participar da luta armada, as mulheres puderam sentir o preconceito de seus próprios companheiros, e frente ao inimigo, tornaram-se vítimas de tortura e violência sexual. Também era notável a negação da sexualidade da mulher guerrilheira, como destaca a pesquisadora:

Desta vez as mulheres não precisavam vestir-se como homens para ir à guerra, como fez Maria Quitéria em outros tempos. Mas os comandantes esperavam que as guerrilheiras se comportassem como homens. Criméia Almeida (ex-guerrilheira da região do Araguaia, hoje com 46 anos) afirma que a expectativa do comando guerrilheiro era de que a mulher tivesse a mesma força física, os mesmos costumes e a mesma frieza para lidar com as emoções e duvidavam de nossa capacidade para desempenhar as tarefas militares. (TELES, 1999, p.71).

O primeiro movimento após o AI-5 foi o Movimento do Custo de Vida, dirigido por mulheres de periferia, cujas principais reivindicações eram: moradia, escola, transporte, reforma agrária e melhores salários. Também foi muito importante a luta feminina pela anistia. Em 1975, Ano Internacional da Mulher, elas prepararam um abaixo-assinado acompanhado do *Manifesto da Mulher Brasileira*, em prol da anistia. De acordo com o livro, 1975 tornou-se um marco na difusão de idéias feministas no Brasil. Em outubro de 75, é lançada a primeira edição do jornal *Brasil Mulher* e em junho de 76 a primeira edição do *Nós Mulheres*. Essas publicações tiveram grande importância no combate à discriminação. Para a pesquisadora Costa (2009, p. 59), “a partir de 78, estes dois jornais se converteram nos principais porta-vozes do movimento feminista brasileiro”. Os anos 70 foram marcados por intensas movimentações de mulheres. A história registra várias greves, mobilizações, encontros e congressos realizados pelas mulheres e para as mulheres. De acordo com Costa (2009), o movimento feminista brasileiro dos anos 70 é caracterizado pela luta contra as formas de opressão da mulher e luta pela redemocratização. O Estado, neste contexto, era o inimigo comum.

A partir dos anos 80 ampliam-se os dilemas, os debates e as reivindicações. Os partidos passam a incorporar as demandas feministas. Há a criação dos conselhos de direitos da mulher. A incorporação de parte do movimento pelos partidos políticos e pelas instituições, como os conselhos, resulta em um novo dilema para o feminismo, dilema que ainda hoje persiste: é possível a afirmação da autonomia do movimento quando dentro de uma instituição ou dentro de partidos políticos? Também nos anos 80 o movimento feminista brasileiro começa a colocar em destaque a questão da violência contra a mulher. Várias entidades de amparo e proteção surgem. Começa um debate mais profundo sobre temas como a sexualidade e a saúde da mulher.

Os anos 90, segundo a pesquisadora, são marcados pela fragilidade dos organismos de governo para as mulheres, em função de um clima conservador dominante no Estado. Algumas mulheres vão fundar organizações não-governamentais, as ONGs feministas, com intuito de exercer pressão junto ao Estado por melhores condições e para garantir mais conquistas para as mulheres, em diversos âmbitos. Há também nos anos 90 o início da afirmação de vários feminismos e o reconhecimento da pluralidade da identidade feminina. Também nos anos 90 começa a acontecer, principalmente através dos encontros acadêmicos e

não-acadêmicos, uma maior articulação entre diferentes movimentos e entre o próprio movimento feminista latino-americano, em suas diferentes vertentes e reivindicações.

Para Teles (1999) é possível destacar algumas das principais tendências da política feminista latino-americana dos anos 90: 1) ampliação dos espaços e da visibilidade de diferentes identidades feministas, 2) incorporação do discurso em instituições e organizações da sociedade civil, 3) nascimento de diversas ONGs feministas, 4) formação de redes de articulação, 5) transnacionalização dos discursos e das práticas do movimento.

Mais recentemente, uma importante conquista política das mulheres no âmbito institucional foi a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Também recentemente outra significativa conquista foi a *Lei Maria da Penha*, Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006.

A defesa dos direitos e afirmação da cidadania das mulheres hoje nos parece algo natural. Porém, nem sempre foi assim. É importante compreender como se estabelecem historicamente as relações entre cidadania, política e universo feminino. Brito (2001) resgata alguns conceitos tradicionais. Segundo a autora, os gregos concebiam a cidadania como um atributo de homens livres, ficando excluídas assim as mulheres e os escravos. Ou seja, aqueles que deveriam ficar à margem dos assuntos de interesse público por sua “condição natural”. Historicamente, a identidade masculina e feminina tem sido discutida a partir da dicotomia público *versus* privado, político *versus* doméstico.

Essa forma tradicional de conceber o masculino e o feminino começa a ser questionada principalmente a partir dos anos 70. Para Brito (2001) é necessário analisar o feminino e o masculino de forma relacional, e não de forma polarizada. Compreender essa relação na totalidade da vida social. Além disso, a autora alerta para a necessidade de se ampliar o que entendemos como político. Vários estudos feitos por sociólogos e historiadores nos últimos 30 anos passam a considerar como políticos temas antes tidos como exclusivamente privados. As redefinições propostas pelas feministas também foram uma forma de alargar nossas perspectivas de análise. As feministas, em suas críticas à visão androcêntrica, redefiniram os espaços de atuação da mulher, traçando novas formas de conceber o público e o privado. Como a pesquisadora destaca:

Não se trata apenas da reivindicação feminista de politizar o privado, mas de considerar a mulher como um sujeito político, presente na esfera pública, através de espaços de visibilidade que podem ser os movimentos sociais, as campanhas e/ou os protestos políticos [...]. (BRITO, 2001, p.296).

Para Teles (1999, p. 10), “em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras”. Além disso, propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade em que vivemos.

O movimento feminista, em tantos anos de história, mudou muito, e mudou muita coisa. Mudou a política, a história e a ciência. Rago (1998) fala de uma (ou seriam várias?) epistemologia feminista. Para ela, a característica principal deste projeto é a crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, focado em um sujeito universal (homem-branco-heterossexual-civilizado-de primeiro mundo). A crítica feminista evidencia as relações de poder que constituem a produção dos saberes e mostra como a ciência e toda a história está impregnada por valores masculinos. Propõe, enfim, uma forma diferente de produção do saber, na qual o discurso não é neutro, mas é produtor e instituinte de idéias, conceitos, realidades. Se existe, como afirma Rago (1998), uma ou várias epistemologias feministas, é ao lado delas que queremos nos colocar.

1.4 UMA CRÍTICA À CIÊNCIA MODERNA

Todas as transformações apontadas neste primeiro capítulo, a exemplo da emergência da história oral e da história das mulheres como perspectivas de pesquisa, são reflexo de mudanças que a própria ciência tem vivenciado. Santos (2008) em *Um discurso sobre as Ciências* aponta que a crise do paradigma científico moderno é um processo irreversível.

Segundo o autor, o modelo de racionalidade em que se assenta a ciência moderna tem suas origens no século XVI. No século XIX este paradigma, dominante no campo das ciências naturais, se estende às ciências sociais. Ele estabelece verdades científicas com base na experimentação e na formulação de leis. Esta perspectiva que vigorou por tantos séculos começa a ruir no século XX. Para Santos (2008, p. 41), a crise do paradigma científico moderno é resultado de uma

pluralidade de condições, sociais e teóricas: “O aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda”.

Para o autor, a perspectiva teórica de Einstein constituiu o primeiro rombo no paradigma moderno, já que relativizou a noção de tempo e espaço absolutos. Outro aspecto do rompimento veio por meio da mecânica quântica, ao mostrar que é impossível observar ou medir um objeto sem interferir nele. Começa a emergir na ciência um novo paradigma, no qual os objetos e as disciplinas têm fronteiras cada vez menos definidas. Um paradigma que pretende deixar de lado posturas dicotômicas, reconhecendo que todo conhecimento científico natural é também social.

Montenegro (2006) destaca que no campo das ciências humanas e sociais a crise do paradigma moderno leva os pesquisadores a questionarem não apenas suas fontes, majoritariamente oficiais, mas a reavaliar a própria escrita. Outro aspecto destacado pelo autor é: o foco deixa de ser a verdade do objeto em si e passa a ser as relações que se estabelecem. Constituem-se outras formas de compreensão. Em suas palavras:

A partir do estudo das relações, das práticas, dos fios, das ligações, que são associados a acontecimentos, é que podemos construir formas de entendimento histórico. Ou ainda, como afirma Deleuze, a questão não é mais de estudar a origem ou a causa, nem a finalidade ou a consequência, mas o *que se passa entre*. (MONTENEGRO, 2006, p. 46).

Nesta perspectiva a linguagem deixa de ser compreendida como um código neutro e passa a ser considerada uma prática, reconhecidamente política, subjetiva e sujeita às mudanças no tempo e espaço. Também a memória é um registro híbrido e subjetivo. Não há percepção pura. Para Montenegro (2006, p. 53) é preciso compreender que “a partir da memória enquanto passado se alcança ou se apreende o presente; ao mesmo tempo, este presente atua relativizando ou deslocando significados acerca daquele passado”. Ou seja, é impossível pensar a memória como reflexo do mundo. Ela se constitui como leitura e ressignificação.

É nesta mesma perspectiva que Morin (2000) defende que entre os saberes necessários à educação do futuro está reconhecer que todo conhecimento comporta o risco do erro e da ilusão, pois o conhecimento não é reflexo direto da realidade, mas uma tradução que subjetivamente fazemos do mundo. Todas as percepções

são reconstruções, daí a importância de aceitar as mudanças que a ciência viveu e que ainda irá viver.

Encerramos este capítulo com as belas palavras de Santos (2008, p. 58):

[...] a crise do paradigma da ciência moderna não constitui um pântano cinzento de cepticismo ou de irracionalismo. É antes o retrato de uma família intelectual numerosa e instável, mas também criativa e fascinante, no momento de se despedir, com alguma dor, dos lugares conceituais, teóricos e epistemológicos, ancestrais e íntimos, mas não mais convincentes e securizantes, uma despedida em busca de uma vida melhor a caminho doutras paragens onde o optimismo seja mais fundado e a racionalidade mais plural e onde finalmente o conhecimento volte a ser uma aventura encantada.

CAPÍTULO 2

POR ENTRE AS HISTÓRIAS: VOZES E SILÊNCIOS

A beleza não está na partida, nem na chegada,
mas na travessia.

(Guimarães Rosa)

Este segundo capítulo apresenta uma breve caracterização da instituição em que a pesquisa foi realizada, seguida do perfil dos jovens inseridos no programa, com relação ao gênero, faixa etária, renda familiar, medida socioeducativa e ato infracional cometido. O texto faz um resgate da história do projeto, desde o contato com a instituição à realização das entrevistas, enfatizando as experiências vividas, os dilemas e as escolhas, tanto no trabalho bibliográfico quanto no trabalho de campo. O segundo capítulo também contempla as seis histórias de vida, respectivamente, de Alice, Sofia, Flora, Coraline, Isabel e Yvaine³.

2.1 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA E PERFIL DOS JOVENS

O Programa de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Ponta Grossa (PEMSE) é um programa de cooperação entre a Secretaria Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Juízo da Vara da Infância e Juventude de Ponta Grossa. O PEMSE foi implantado no município em 2003, com objetivo de fornecer maior estrutura no atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais, em conformidade com o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O programa acompanha a execução de três medidas: Obrigação de Reparar o Dano (RD), Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA). RD refere-se ao ato infracional com reflexos patrimoniais. O juiz pode determinar, se for o caso, que o adolescente promova o ressarcimento do dano ou de outra forma compense o prejuízo da vítima. PSC consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas, bem como em programas comunitários ou governamentais. As tarefas são atribuídas conforme as aptidões dos adolescentes, devendo ser cumpridas aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis em

³ Nomes fictícios.

jornadas máximas de quatro horas, de modo a não prejudicar a frequência na escola ou no trabalho. LA consiste em acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, sendo adotada sempre que se afigurar como a medida mais adequada. É prevista pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida.

O PEMSE atende adolescentes de ambos os sexos, e tem por objetivos: encaminhar os adolescentes para a PSC em entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos do gênero; encaminhar os adolescentes para avaliação da necessidade de tratamento de dependência química junto ao COMAD e junto à psicóloga do programa; encaminhar os adolescentes à rede de ensino e acompanhar sua frequência e rendimento escolar; firmar convênios com entidades e órgãos do município para execução da PSC; acompanhar, auxiliar e orientar os adolescentes em LA, através de visitas domiciliares e atendimentos individuais e promover reuniões de orientação junto aos adolescentes e às famílias, com objetivo de reintegração e reeducação⁴.

No ano de 2003, quando de sua implantação em Ponta Grossa, o programa era composto por duas assistentes sociais, um assistente administrativo, seis estagiárias do curso de Serviço Social, uma servente e um motorista, desenvolvendo as atividades nas instalações da Usina do Conhecimento. Atualmente a equipe que compõe o PEMSE é formada por uma assistente social, uma psicóloga, uma estagiária de pedagogia, três educadoras sociais, um auxiliar administrativo e uma servente. Hoje o programa possui uma sede própria e é coordenado pela assistente social Adriane do Rocio Viechnieski.

O PEMSE conta atualmente com um total de 457 adolescentes (dados referentes ao mês de Maio/2011), sendo 381 do sexo masculino e 76 do sexo feminino. Com relação à medida que cumprem, dividem-se assim:

Liberdade Assistida (Masculino): 75

Liberdade Assistida (Feminino): 14

Prestação de Serviços à Comunidade (Masculino): 250

Prestação de Serviços à Comunidade (Feminino): 51

Cumulativa LA e PSC (Masculino): 56

Cumulativa LA e PSC (Feminino): 11

⁴ Objetivos definidos pela coordenação do programa em documento cedido à pesquisadora.

Com relação à faixa etária observa-se:

QUADRO 1 – Faixa etária dos adolescentes inseridos no PEMSE

Masculino	Feminino
12 anos – 00	12 anos – 00
13 anos – 03	13 anos – 00
14 anos – 23	14 anos – 04
15 anos – 57	15 anos – 05
16 anos – 61	16 anos – 18
17 anos – 62	17 anos – 21
18 anos – 90	18 anos – 22
Acima dos 18 – 85	Acima dos 18 – 06

Fonte: Programa Municipal de Medidas Sócio Educativas em Meio Aberto (PEMSE).

Quanto à renda familiar dos/das adolescentes observa-se que a maioria (276) recebe de um a dois salários mínimos. De dois a quatro salários registram-se 168 adolescentes. Acima de quatro salários, 10 adolescentes. Sem renda, 03 adolescentes. Entre os principais motivos das medidas socioeducativas o PEMSE elenca: agressão física, brigas na escola, desacato, dirigir sem CNH, furto, roubo, homicídio, latrocínio, porte ilegal de armas, tráfico e estupro. Sobre o uso de drogas pelos/as adolescentes, o programa registrou casos de uso de cigarro, álcool, maconha e crack.

2.2 CAMINHOS TRILHADOS

É difícil delimitar exatamente quando começa e quando termina um projeto. Para além da obsessão acadêmica por prazos, quando há envolvimento do pesquisador, o projeto nos acompanha por toda a vida. Afinal, não há interação sem aprendizado. Cada pesquisador tem suas motivações. Certamente a minha motivação foi uma grande paixão...uma paixão por escutar e contar histórias.

Fui pela primeira vez ao PEMSE no início de março/2011. Apresentei o projeto para a coordenadora do Programa, Adriane, que me recebeu de braços

abertos e foi sem dúvida quem abriu todas as portas para que essa idéia se concretizasse. Em 29 de março foi marcada minha primeira reunião com as meninas do PEMSE, para apresentar o projeto e ver quem gostaria de participar. Das 76 meninas convidadas, apenas cinco apareceram, e esse dado é muito significativo (como pretendo discutir mais à frente). As cinco meninas que compareceram se interessaram e quiseram participar. Uma delas, por dificuldades de freqüentar a instituição, não pôde continuar. Ficaram então quatro meninas. Logo depois, surgiram mais duas meninas interessadas em participar, que não puderam estar presentes na primeira reunião. Ficaram assim seis meninas. As entrevistas aconteceram individualmente, no próprio PEMSE, nos meses de abril e maio, às terças-feiras pela tarde.

Procurou-se conduzir as entrevistas de maneira bastante livre. Trabalhar com histórias de vida exige bastante flexibilidade. As entrevistas foram pensadas de maneira a abordar experiências do passado, relações no presente e perspectivas para o futuro. Mas com cada uma das meninas o diálogo aconteceu de um jeito peculiar, a partir das respostas oferecidas e da liberdade que cada uma das entrevistadas sentiu e proporcionou. Desde o início procurei deixar claro que responder às perguntas não era uma obrigatoriedade, mas uma escolha, sempre dizendo “você não tem que me responder o que não quiser. É só me dizer *não quero falar sobre isso*”. Também procurei deixar visível que minha intenção não era julgá-las, mas simplesmente ouvir suas histórias. Preferi não ter acesso aos processos e fichas das entrevistadas, pois minha intenção nunca foi avaliar se elas falavam ou não a verdade. Minha intenção era mergulhar na subjetividade das jovens, e por alguns instantes, “tomar seus olhos”⁵ e olhar o mundo de outra perspectiva. Tento aqui, neste trabalho, colocar em palavras o que pude aprender e apreender deste mergulho.

De maneira geral, as entrevistas foram tranquilas. Algumas meninas se mostraram mais tímidas, outras se soltaram mais. Procurei estabelecer as perguntas de modo a não induzir as respostas. Por exemplo, ao invés de perguntar “Você gosta da escola?”, eu dizia “Me conte um pouco sobre a escola”. Acho que essa estrutura permitiu a construção de uma relação de respeito e proximidade entre

⁵ “Um encontro entre dois: olho no olho, cara a cara. E quando estiveres próximo, tomarei teus olhos e os colocarei no lugar dos meus, e tu tomarás meus olhos e os colocarás no lugar dos teus. Então, eu te olharei com teus olhos e tu me olharás com os meus” (J. L. Moreno).

pesquisador e sujeitos de pesquisa. Recriar essas histórias exigiu um grande cuidado ético, para não expor nem prejudicar as participantes da pesquisa. Talvez este tenha sido o maior desafio...

2.2.1 Alguns dilemas de pesquisa

A pesquisa com histórias de vida exige muito cuidado ético. Este foi um dos dilemas que enfrentamos no processo de transcrição das entrevistas. Optamos por retirar de algumas histórias acontecimentos que poderiam comprometer ou prejudicar as entrevistadas. Ainda que protegidas pelos nomes fictícios, fizemos esta escolha. Esta pesquisa tem várias metas: humanizar a discussão sobre criminalidade juvenil a partir da valorização das histórias de vida, colocar em debate o sistema de socioeducação no país, contribuir para a formulação de políticas públicas para juventude, entre outros. Porém, acreditamos que nenhuma meta será atingida se não houver, em primeiro lugar, respeito e preocupação com a integridade das participantes da pesquisa.

Outro dilema vivenciado no processo de pesquisa diz respeito à história oral. Não se trata exatamente de um dilema, mas mais de um processo (que considero natural) de encantamento, desencanto e, por fim, uma redescoberta das potencialidades desta metodologia. O contato inicial com a história oral me fez acreditar que tudo seria possível através de seus aportes. O aprofundamento da discussão foi pouco a pouco trazendo vários questionamentos para a pesquisa (*Em que medida se trata realmente de 'uma outra história'? ; Como utilizá-la sem reproduzir as relações de dominação denunciadas por Spivak? ; Como a história oral pode, de fato, contribuir para mudar realidades?*). Essas e outras questões produziram uma espécie de desencanto. Esse desencanto foi seguido de uma reelaboração, ressignificação da história oral, uma espécie de reencantamento menos inocente.

Reconhecemos a história oral como uma metodologia de pesquisa plural (como tentamos expor no primeiro capítulo), podendo ter potencial transformador e humanizador, assim como outras metodologias, dependendo de como se conduz a pesquisa. Acreditamos que conhecer as histórias é uma forma de respeitá-las, e através do respeito ao outro é que se operam mudanças na realidade histórico-social.

2.2.2 História e Literatura: diálogos

Optamos por tirar os nomes fictícios da Literatura, porque a Literatura nos lança sobre novos mundos, nos lança para dentro da subjetividade dos personagens, tal como a história oral. A Literatura questiona os limites entre ficção e realidade e assim nos permite construir um novo modo de olhar para o outro e para si. Buscamos personagens femininas da literatura infanto-juvenil que de alguma forma expressassem esse mergulho interior, essa maravilhosa viagem de descoberta. Concordamos com Llosa (2009, s/p) ao dizer:

A literatura, ao contrário, diferentemente da ciência e da técnica, é, foi e continuará sendo, enquanto existir, um desses denominadores comuns da experiência humana, graças ao qual os seres vivos se reconhecem e dialogam, independentemente de quão distintas sejam suas ocupações e seus desígnios vitais, as geografias, as circunstâncias em que se encontram e as conjunturas históricas que lhes determinam o horizonte. Nós, leitores de Cervantes ou de Shakespeare, de Dante ou de Tolstoi, nos sentimos membros da mesma espécie porque, nas obras que eles criaram, aprendemos aquilo que partilhamos como seres humanos, o que permanece em todos nós além do amplo leque de diferenças que nos separam. E nada defende melhor os seres vivos contra a estupidez dos preconceitos, do racismo, da xenofobia, das obtusidades localistas do sectarismo religioso ou político, ou dos nacionalismos discriminatórios, do que a comprovação constante que sempre aparece na grande literatura: a igualdade essencial de homens e mulheres em todas as latitudes, e a injustiça representada pelo estabelecimento entre eles de formas de discriminação, sujeição ou exploração.

2.3 SEIS HISTÓRIAS

2.3.1

Alice

Alice e a Lagarta ficaram se entreolhando por algum tempo em silêncio. Finalmente, a Lagarta tirou o cigarro da boca e perguntou, com voz lânguida e sonolenta:

– Quem é você?

Não se pode dizer que esse foi um começo de conversa muito animador. Alice respondeu, meio encabulada:

– Não estou bem certa, senhora...Quero dizer, nesse exato momento não sei quem sou...Quando acordei hoje de manhã, eu sabia quem eu era, mas acho que já mudei muitas vezes desde então...

(Alice no País das Maravilhas – Lewis Carroll)

Alice foi o nome escolhido para a primeira das entrevistadas. A escolha não foi por acaso. Nada o é. Tal como a garotinha de Lewis Carroll, a nossa Alice apresenta a fantástica capacidade de se reconstruir a cada momento, a cada experiência que vive, a cada nova aventura. Lançadas em um mundo desconhecido, essas Alices se olham, se questionam, mudam, transformam o que está ao redor e a si mesmas. Alice me contou sua história com muita liberdade. Sem meias-palavras. Sem medo. Foi divertido, mas também triste. Divertido porque é inevitável não rir das próprias experiências. Triste porque há coisas no passado que não podemos mudar. Alice tem 17 anos. Fala baixinho, com doçura e tranquilidade. Tem um sorriso contagiante.

E assim começou essa aventura pelas histórias...

Alice, eu queria que você me contasse um pouco da sua história.

Pra falar a verdade a minha infância foi de um jeito que eu não queria que fosse. Primeiro, eu fui abandonada pelo meu pai, eu ainda nem tinha nascido. Minha mãe estava grávida quando ele nos deixou. Minha irmã tinha dois anos nesta época. Passamos a viver nós três: eu, minha irmã e minha mãe, em um lugar bem pequeno,

uma meia-água, sobrevivendo como a gente podia. Minha mãe trabalhava, então a gente não tinha ela perto de nós. Quem cuidava mais da gente era minha avó, que morava na frente da nossa casa. Minha mãe acabou casando de novo, e teve meu irmão, que é mais novo. Logo depois, a gente resolveu sair desta meia-água, porque minha mãe conseguiu uma casa pela Prolar⁶, mas na verdade ainda não tinha a casa lá, era só o lote mesmo. Aí a gente dormia em umas ripas. Foi difícil, a gente passava fome, sofria bastante. E o marido da minha mãe era bêbado, sabe? Ele queria trocar nossa casa por bebida. Quando minha mãe viu que isso ia acontecer, acabou largando dele e nós voltamos para a casa da minha avó. Essa época eu devia estar com uns cinco anos e nós paramos de estudar. Minha avó ajudou a gente como podia. Ela trabalhava como babá, como empregada, não ganhava muito, mas o suficiente pra dar de comer pra gente...nós nunca tivemos tudo de bom, nossas roupas eram de doação, sabe?

Aí quando eu tava com oito anos, minha mãe conheceu um cara mais velho, ele tem uns 60 e poucos anos hoje e ela uns 40, e nós fomos morar com ele. Já deve fazer uns dez anos que nós estamos morando com ele. A partir do dia que fomos morar com ele melhorou tudo. No dia que nós chegamos ele já comprou fralda pro meu irmão, roupa pra nós. Naquele tempo ele trabalhava na Wosgrau. Ele vivia bem. Tudo que a gente queria ele dava, ajudava. Daí com o tempo a empresa faliu e ele começou a trabalhar como autônomo. Desde então, tem mês que ele recebe bem, tem mês que recebe pouco. Agora minha mãe está trabalhando na Sadia. Ela conseguiu uma casinha pela Prolar de novo, está tentando se erguer, aumentar esta casa. Como meu padastro é bem mais velho, ele sempre fica doente. A mãe disse que ele pode morrer e a gente vai ficar sem nada, mesmo porque ele tem dois filhos da mulher legítima. Nós não temos direito a nada... e a família dele vive falando bobagem. Falam que a mãe tá com ele por causa de dinheiro, que ela quer tomar as coisas dele, mas claro que não.

E como era teu relacionamento com teus irmãos, com a tua mãe?

Ah...com os meus irmãos...a gente fazia bastante bagunça. Mesmo quando a gente tava arrumando a casa, a gente tava brincando. Um jogava coberta no outro,

⁶ Companhia de Habitação de Ponta Grossa (Prolar), vinculada à Prefeitura Municipal.

essas coisas. Quando a gente lavava roupa sempre aproveitava pra brincar um pouco na água. Já com a minha irmã eu brigava bastante, principalmente depois que ela casou. Ela sempre falava que tava certa, mas na verdade sempre tava errada. Tudo que acontecia com ela sobrava pra nós, que nem agora. Minha irmã tá casada hoje, não mora mais com a gente, mas tudo que acontece ela liga chorando e quer que a gente resolva.

E com a tua mãe, como era a relação?

Teve um tempo, na minha infância principalmente, que a gente não era tão ligada, porque a gente ficava junto só no domingo mesmo. Daí eu fui crescendo, e quando eu comecei a sair, a curtir, a gente só brigava. Uma não podia olhar para a outra e já dava briga! Ela implicava muito com meus amigos. “Eles são isso, são aquilo”, e eu não admitia ela falar essas coisas. Teve um tempo que eu não conseguia ficar em casa, porque eu chegava e ela já me xingava. Às vezes não tinha lugar pra eu ir, mas eu pegava e ia pra esquina de casa, sentava e ficava lá...só pra não ficar com ela. Quando eu via que ela ia dormir, eu voltava pra casa. Mas agora tá bem melhor nossa relação. Agora a gente fica mais perto, convive mais. Como minha irmã casou e saiu de casa, é só nós duas. Ela sempre pede minha ajuda: pra fazer alguma coisa, pra cuidar do meu irmão. Melhorou bastante a nossa relação, aonde uma vai a outra sempre vai junto.

E o teu padastro, vocês se dão bem?

A gente se dá bem sim. Minha mãe até não gosta, mas a gente brinca muito um com o outro. Ele diz que tem arma em casa, e num sei o quê. Mas na verdade ele só tem um ferro de serviço. Aí ele diz: “Se alguém entrar aqui eu arrebento”. Daí eu falo: “Quem que vai ter medo de você?”. A gente fica brincando, sabe? Eu considero ele como um pai. Eu não chamo ele pelo nome, só chamo ele de pai. Às vezes a gente briga e eu falo: “Você não é meu pai mais”. Mas um minuto depois já estou chamando ele de pai. Tudo que eu preciso eu peço pra ele, porque se eu peço pra minha mãe ela sempre diz que tem que economizar. Às vezes pra sair, pra ir em um show, eu peço dinheiro primeiro pra ele. Que nem...eu já perdi sete celulares, porque eu saía e esquecia nos lugares. Aí eu sempre pedia um outro pra ele: “Pai,

mas eu tô precisando de um celular”, e ele sempre dava. Mas agora ele disse que não vai mais me dar celular. *(Alice ri, como quem sabe que o pai tem razão)*. Já com meu pai biológico eu não tenho muito contato. Quando minha irmã fez quinze anos a gente foi levar um convitinho da festa pra ele. Daí a gente ficou sabendo que ele tava com Aids, tava bem mal, sabe? Mas ele nunca deu nem uma bala pra gente.

Mas ele ia visitar vocês?

Não, porque ele sempre quis piá, nunca quis menina. Diz que ele tem um monte de filho espalhado por aí, mas eu nem considero como meus irmãos, porque a gente não tem contato. Na verdade a gente sempre foi atrás dele, mas ele nunca deu valor. A última vez que eu fui ver ele já faz quatro anos. Eu fui na casa dele, mas sei lá...às vezes a gente fica sabendo que ele voltou a beber. Como ele toma remédio controlado ele não pode beber. Aí ele bebe e passa mal. Eu fico triste porque sei que ele vai morrer, e ele é meu pai né... mas é difícil se aproximar dele. É que nem meu avô. Eu considerava meu avô como um pai, porque ele sempre cuidou da gente. No ano passado ele e minha avó morreram. Foi muito difícil pra gente. Ele era meu pai, né...foi quem sempre cuidou de mim, quem me criou desde criança. *(Alice fica em silêncio, tenta conter as lágrimas, mas não pode. Chora por alguns minutos)*.

Eu não quero que você fique triste, Alice.

É que eu amava muito ele. Quando meu avô morreu, minha avó entrou em depressão, começou a passar muito mal. Ele morreu no dia 19 de setembro e ela dia 16 de outubro. Meu avô e minha avó eram bem liberais, davam muita risada. Da família era só com eles mesmo que a gente tinha essa proximidade. Eu e minha mãe, a gente ia todo dia lá ver eles, aí a gente ficava lá cuidando deles...era muito bom. Meu avô entrou no hospital tossindo muito, ficou uma semana na UTI. No dia que eu fui lá visitar ele, os médicos falaram que ele tava com 20% do pulmão só. Não tinha nem como respirar. Uns três dias depois ele morreu. Mas a vó não quis acreditar. Ela falava assim: “não, ele vai sair daqui, ele tá bem, ele vai ficar com nós”. No dia que ele morreu deram um monte de remédios pra ela. Então na hora não caiu a ficha. Demorou dois dias pra ela acreditar. Aí ela chorou muito. Ela entrou

em uma depressão muito forte, ela sentava e não conseguia mais se levantar. Começou a usar fralda, porque nem conseguia mais ir no banheiro. Aí não deu muito tempo e a vó morreu. Foi bem triste...

Alice, eu queria que você me falasse um pouco sobre a escola, sobre seus amigos...

Ai, a escola...(Alice ri ironicamente). Eu gosto mais pelos meus amigos, né? Desde a quinta série eu estudo na mesma escola, mas no ano retrasado eu parei de estudar. Parei porque eu ficava mais na esquina, conversando, que propriamente dentro da escola. Aí aconteceu que minhas amigas passaram, e eu fiquei. Quando tinha prova elas não me avisavam, e eu ficava lá fora. No fim, acabei repetindo o segundo ano. No primeiro ano eu também parei de estudar, parei por causa do meu namorado. Eu entrei em depressão. Fiquei uns três meses sem ir pra escola. Mas acabei voltando, pra turma da noite, aí foi melhor. Eu não gostava muito da turma da manhã. Na turma da noite eu fiz vários amigos, é bom.

Me fala um pouco sobre esse teu relacionamento.

Ah...eu conheci ele com treze anos. Eu era bem briguenta, sabe? Minha irmã estudava de noite, aí um dia eu fui levar ela na escola, pra ver quem que eram as meninas que estavam encarando ela. Nesse dia acabei conhecendo ele, e a gente começou a ficar. Ele me pediu em namoro. A gente tava sempre junto. Até teve uma semana que eu fiquei morando com ele, mas não deu certo...eu não consigo ficar longe de casa. Mas eu ficava o dia todo fora de casa. Minha mãe ia lá e xingava ele, falava um monte. (Alice ri ao lembrar esta experiência). A minha mãe é dessas sabe... fala tudo na cara. Às vezes ela chegava na mãe das minhas amigas e falava: "sua filha é isso, isso, isso...não vai andar com a minha filha".

Esse meu namorado era bem mais pobre do que eu, não tinha muita coisa. No dia que ele foi embora, eu que paguei a passagem pra ele. Ele tava jurado de morte aqui em Ponta Grossa por causa de briga de vila. Ele tinha que ir embora. Mas agora ele tá bem, diz que tem moto, carro. Depois que ele foi embora a gente continuou junto por uns cinco meses, mas aí foi melhor parar. Eu achei melhor parar, porque eu ficava só em casa, falando com ele por telefone, e fui entrando em depressão. Aí eu voltei a sair com minhas amigas, conheci outras pessoas. Se eu

não tivesse feito isso ia estar até agora em depressão. Mas foi o meu primeiro amor, e primeiro amor a gente nunca esquece. Mas eu não tenho coragem de largar tudo e ir viver com ele. De vez em quando a gente se fala pelo orkut, troca recados. Às vezes ele manda aqueles desenhos, sabe... “eu te amo” e tal. Até esses tempos ele tava namorando e eu peguei e mandei um recado pra ele, mas como amiga mesmo. A namorada dele respondeu me xingando, que não era pra eu conversar com ele. Eu só disse: “então, fala pra ele me esquecer”. Um tempo depois ele terminou com ela, veio me pedir desculpas, disse que nunca ia me esquecer, que sempre me amou. Só que não dá certo.

Quando a gente tava namorando, no final, era muita briga. Eu ia na casa dele, e sempre tinha umas meninas atrás dele, aí eu batia nas meninas (*risos*). Daí eu pensei...ficar brigando por causa de homem, Deus me livre! Eu não vou deixar minha casa por causa de namorado. Que nem minha irmã... casou, descasou, só sofrimento. Prefiro mesmo ficar aqui, porque aqui eu sei que eu tenho de tudo. A hora que eu precisar eu tenho. Eu não quero casar não. Até tô pensando bem antes de arrumar namorado (*risos*).

Mas depois dele você teve algum namorado?

Ah, tive...mas durava um mês, uns dias...nenhum foi como ele, porque era amor mesmo. Mas agora eu estou sossegada com essa coisa de namoro. Eu tô aproveitando. Eu gosto de sair, gosto de ir na Magic⁷. Eu gostava de ir pra avenida, mas daí eu vi que dava muita briga, muita confusão, porque a polícia aparece lá e já vem implicar com a gente, chega e vai direto na gente. Teve uns amigos meus que acabaram no Cense⁸, porque um dia lá na avenida agrediram um policial. É complicado... a minha mãe até prefere que eu vá na Magic, porque lá é menos perigoso. Já teve tiroteio e tudo lá. Que nem quando mataram um cara lá na frente... eu tava lá, mas eu não vi, porque eu saio da Magic e vou direto pro terminal, e do terminal direto pra casa. Não fico marcando lá. Mas eu me dou bem com o pessoal. Eu tenho amigo carçudo⁹, tenho amigo boyzinho; mas o que eu mais me dou bem é com os amigos carçudo, porque eles moram lá perto de casa. A gente sai tudo junto.

⁷ Casa noturna.

⁸ Centro de Sócio-Educação de Ponta Grossa, administrado pelo Governo do Estado do Paraná.

⁹ Refere-se aos manos.

Quando eles se envolvem em briga eu saio de perto. Já os boyzinho é complicado... porque eles só vêm conversar com a gente quando querem outra coisa. Os carçudo conversam por amizade mesmo. Mas eu tenho bastante amigos. Que nem tem minha vizinha...nós somos melhores amigas. Onde uma vai, a outra vai. Às vezes uma não tá a fim de sair, daí a outra já nem vai. É bom isso...

Alice, o que aconteceu pra você estar aqui no Programa hoje?

Ah, foi por causa de briga, né? *(Alice fica em silêncio)*. Briga na escola? É. Tinha uma menina que estudava à noite, que começou a falar mal de mim porque ela anda com um grupo e eu ando com outro. Se a gente coloca uma roupa diferente, o outro grupo já olha e fala um monte de coisa. Ficam falando... “nossa, olha o jeito que ela se veste”. Essas coisas, sabe? Mas eu não falo das outras pessoas, porque pra mim cada um anda do jeito que quer. Mas eles não! Eles ficam reparando, comentando. Aí eu cheguei perguntar pra ela qual era o problema. Ela começou a gritar, a falar alto comigo. Eu fiquei louca, dei um tapa na cara dela. Aí uma outra menina, que andava comigo, já tinha implicância com ela.. aí entrou no meio e bateu também. Eu peguei e fiquei olhando, sabe? Mas essa minha amiga falou pra mim: “Fala que foi só você que bateu, porque se me envolver eu vou direto pra delegacia”. Aí por ela ser maior eu peguei e falei que fui só eu que bati. Essa outra menina, que foi na verdade quem bateu pra valer, não deu nada pra ela...porque o pai dela é policial...isso eu acho discriminação. Depois da audiência eu parei pra pensar que isso não é ser amiga, porque ela deixou cair tudo nas minhas costas. Se fosse amiga mesmo não deixaria isso acontecer. Como eu já tinha mais de uma passagem, ela nem ligou, deixou tudo pra eu assumir.

Essas outras passagens foram por causa de briga também?

Sim, tudo por causa de briga na escola. É que eu era bem ruim, sabe? Não podiam nem me olhar que eu já ficava louca. Mas hoje eu tô mais sossegada. Que nem essa menina que eu bati...esses dias ela parou na minha frente e começou a falar um monte. Eu só disse “aham” e nem fiz nada. As pessoas podem falar o que quiser de mim que eu nem ligo mais. Por mim tanto faz, não tô nem aí.

E você já sentiu algum tipo de preconceito?

Ah, então... às vezes eu sinto sim. Eu presto o serviço comunitário lá na escola, né? Às vezes eu tô limpando a escola e vem alguma criança conversar comigo. As funcionárias da escola já ficam brava, como se eu fosse perigosa, como se eu fosse fazer alguma coisa pra criança. Esses dias eu tava varrendo o pátio e comecei a conversar com meu irmão, que estuda lá de tarde. Nisso já veio a funcionária falar pra ele: “Tua aula não é aqui, menino. Não é pra você ficar conversando com ela não. Vai pra lá”. Aí eu dei uma encarada nela e virei a cara. Depois ela veio me perguntar o que eu tava falando com ele... aí eu disse que ele era meu irmão. Ela ficou sem jeito e disse: “Ah tá”. Eu achei uma discriminação isso. Mas com os professores e com o diretor da escola é tranquilo. Eu sempre converso com eles. Às vezes alguém chega e fala assim pra mim: “Você, uma menina tão bonita, ficar brigando, não faça assim”. Mas sei lá...

E tua mãe, o que ela fala dessas brigas?

Da primeira vez ela ficou bem brava. Falou que não queria nem saber, que ia deixar eu me ferrar. Ela chegou a dizer assim: “Tomara que eles levem você pro Conselho¹⁰”. Mas daí ela viu que também ia ter que responder, por eu ser menor, né? Ela tinha vontade de me colocar no internato, ou alguma coisa assim, porque eu era muito revoltada. Mas isso ia acabar destruindo nossa família. Eu sou muito apegada com meu irmão e minha irmã. Não iria conseguir ficar longe deles. Eu estou sempre tentando proteger eles, principalmente o meu irmão, que é menorzinho. Eu vou cuidar dele o quanto eu puder, porque não quero que nada de mal aconteça. Não quero que ele fique viciado. Eu já vi isso acontecer com vários amigos... se perderem por causa de drogas e essas coisas.

Tem uma menina lá na escola, bem maior que meu irmão, que se implica com ele. Ela fica dando tapa nele, ofendendo. Esses tempos eu fui reclamar lá na escola sobre isso, mas eles nem deram bola, disseram que não podiam fazer nada. E a menina tava bem do lado da porta. Daí eu peguei, olhei pra ela e disse: “Então pode deixar que eu mesma resolvo. Não é por acaso que eu fico aqui limpando a

¹⁰ Refere-se ao Conselho Tutelar.

escola”. (*Alice ri e demonstra ter certo orgulho de sua fama de briguenta*). A menina abaixou a cabeça e foi pra sala. Mas sabe... eu nunca apanhei. Eu não me envolvo se for pra apanhar (*risos*). Uma vez um piá veio pra cima de mim, mas não me machucou não. Eu não deixei. Mas tem uma amiga minha, lá do Boa Vista¹¹... ela vive apanhando do marido. Ele já errou parece que dois ou três tiros nela...é porque ele fuma¹², sabe? E eles vivem desse jeito. Eu sempre falo pra ela se separar: “Fica aí apanhando, tá sempre roxa, sai disso”. Mas ela continua lá. Diz que ama ele. Eu não saio da minha casa se for pra apanhar de homem. Isso pode ter certeza.

E hoje, Alice, como tá a tua vida, o que você pensa daqui pra frente?

Ah...eu estou feliz. Me chamaram pra fazer parte daquele programa *Jovem Aprendiz*. Eu fiquei bem feliz. Já tava levando currículo pra tudo quanto é parte, aí me chamaram. Eles vão encaminhar minha carteira de trabalho pra Curitiba e tal. Pelo que eles me falaram vão mandar meu currículo pra Copel.

Meu padrasto quer que eu continue estudando, quer que eu faça Enfermagem. Ele falou que paga tudo, porque ele quer ver eu me formar. A filha dele engravidou com quinze anos, então ele quer dar um futuro diferente pra mim. Que nem...eu não tive aniversário de 15 anos. Agora que eu vou fazer 18. Ele quer fazer festa e tal. Ele falou que quer ver eu casar... mas eu não quero casar (*risos*). Se for pra eu casar, quero casar na igreja, bem bonitinho... não que nem minha irmã. Mas eu queria sim fazer uma faculdade, mas é tudo muito caro. Esse negócio de bolsa, por exemplo, tem que concorrer com muitas pessoas. Aí fica difícil né...

Alice, tem mais alguma coisa que você queira me falar, me contar?

Não, acho que já falei até demais (*risos*).

Ao final da entrevista, pedi para que ela escrevesse um pouco sobre si: “Sou uma menina que adora curtir a vida, mas com moderação. Moro com minha família e sou muito feliz e não vivo sem ela. Não penso em passado, vivo o momento e o

¹¹ Bairro de Ponta Grossa.

¹² Refere-se ao crack.

futuro. Estudo. Tenho amigos que os amo. Tenho o bem mais precioso que é o meu sobrinho”.

2.3.2

Sofia

Sofia atirou a mala da escola para um canto e pôs um prato com comida de gato para Sherekan. Depois, foi sentar-se num banco da cozinha, com a misteriosa carta na mão.

Quem és tu?

Se ela soubesse! Era obviamente Sofia Amundsen, mas quem era Sofia Amundsen? Ainda não tinha descoberto totalmente. E se tivesse outro nome? Anne Knutsen, por exemplo. Seria então uma outra pessoa?
(O Mundo de Sofia – Jostein Gaarder)

Sofia, tal como a personagem de Jostein Gaarder, se descobre como personagem e protagonista de uma história. Uma história composta de várias outras histórias. Personagens e protagonistas, são meninas que se arriscam, aceitam com intensidade o desafio de desvendar o mundo. Sofia tem 14 anos, tem olhos inquietos, curiosos, expressivos. Fala rápido, bem rápido, por vezes é difícil acompanhá-la. Sua fala é enfática. É uma menina muito extrovertida e também divertida. Em vários momentos da entrevista gargalhamos juntas.

Sofia, eu queria que você me contasse um pouco da sua história, sua infância...

Ai, como que eu posso começar? (Sofia permanece em silêncio por alguns segundos). Eu vou começar desde o começo então (risos). O primeiro marido da minha mãe morreu e ela casou com meu pai. No começo meu pai era bem legal, bem gente boa com ela, mas com o passar do tempo ele foi mudando bastante. Ficou bem difícil a relação. Eu não lembro de muita coisa, mas pelo que a minha mãe conta...era tenso. Eu particularmente não sofri com isso. A minha mãe tinha mais quatro filhos, só que de outro homem. Eu sempre fui a única dele, né? Então ele sempre me tratou muito bem. Ah, eu não lembro de muita coisa boa de quando

eu era menor. Eu lembro de bastante briga. Minha mãe sofreu muito. Mas meu pai, agora ele tá velho e tudo mais...nossa, ele se arrepende muito de tudo que fez.

Quando minha mãe separou, eu fui morar com ele; mas eu nem tinha noção que eles tinham separado. Eu não entendia muito bem o que tava acontecendo. Eu lembro que um dia eles me perguntaram com quem eu queria morar, eu disse que queria morar com ele. Eu não sei bem porque fiz esta escolha, mas acho que sempre tive dó dele, por ele ser muito sozinho. Ele nunca se deu bem com ninguém, sabe? Mas foi falta de noção minha porque morar com a minha mãe era bem melhor pra mim... mas eu gostava de morar com ele.

E como foi esse tempo que você ficou com ele?

Ah, era mais eu e ele. Ele sempre me tratou muito bem, por isso que às vezes é difícil pra mim ouvir as histórias que a minha mãe conta. Eu nem acredito que meu pai era daquele jeito, não parecia ser ele. Ele não batia nela, mas meus irmãos sofreram bastante, e a minha mãe é muito brava, tava sempre tentando defender meus irmãos. Ela partia na porrada com ele, sabe? Minha mãe é baixinha, bem loucona, você tinha que conhecer ela. Mas aí um dia ela se cansou de tudo isso, dessa violência... Pra mim ele sempre foi muito bom, sempre me deu de tudo, apesar de ter pouco e ter parado de trabalhar por problemas de saúde. *(Sofia fica em silêncio)*. Esqueci o que eu tava falando, eu falo muito rápido, aí eu me perco *(risos)*.

E quanto tempo você ficou com teu pai?

Eu fiquei seis anos morando com ele. Ah, tá, era isso que eu tava falando... agora lembrei. Então, por causa desse problema de saúde, meu pai só fica em casa agora. Ele recebe uma comissão, mas que é muito pequena, não dá nem um salário mínimo. Aí tem um tio meu que meio que banca ele. Mas esse meu tio é super estúpido, não conversa. Ele trata meu pai sempre com agressividade. Ele fica falando um monte pro meu pai, que o que ele tem é porque ele sempre batalhou, já o meu pai nunca quis saber de nada...essas coisas. Aí como meu pai já não tem mais tanta condição de me ajudar, de ficar pagando o ônibus pro colégio e tal...eu meio que me divido, fico um pouco com minha mãe, um pouco com meu pai. Eu

acabo ficando mais com a minha mãe mesmo, porque agora ela pode me ajudar. Ela tá trabalhando...ela faz o que pode por mim, me dá de tudo. Desde criança eu sempre entendi que não é questão de querer dar as coisas ou não, é questão de poder mesmo, de ter condições pra isso.

E como que é tua relação com ela?

A gente é amiga. Só que agora com meu pai a relação mudou bastante...ele tá totalmente diferente comigo. Ele mudou o jeito dele. A gente vive discutindo. Ele não era assim, não tem mais como a gente conversar. Eu vou pra casa dele e a gente só briga. Agora, na páscoa, eu fui pra casa dele passar a semana toda. A gente brigou bem no dia da páscoa e eu voltei pra casa da minha mãe. *Mas porque que vocês brigam?* É porque você não conhece meu pai (*risos*). Ele é muito chato, implicante, e eu me irrita muito fácil. Pra me tirar do sério é muito fácil, e ele consegue. Já com a minha mãe eu não brigo muito. A gente até tava comentando semana passada que já faz um tempão desde a nossa última briga. A gente brigou porque eu fui na casa de um namorado meu e ela não queria que eu fosse, por bobagem mesmo...

E você tem namorado hoje?

Hoje não, mas já tive. Até não gosto muito de falar sobre isso, mas eu vou falar. *Se você não se sentir à vontade não tem que falar, Sofia.* Não, não, eu vou falar. É que até hoje eu gosto muito, muito dele. Só que ele tá na cadeia. Ele começou a usar crack e desandou, sabe? Largou tudo... a família, tudo, tudo, por causa do crack. Eu conheci ele com 11 anos, ele tinha uns 15. A gente era amigo. Quando a gente começou a namorar eu estava com 13 anos. A gente ficou uns seis meses juntos. Mas aí ele começou a mudar por causa de droga. Um dia a gente brigou, ele falou que não queria mais nada, que a vida dele era outra, mas tudo por causa do crack. Mas hoje a gente tem se falado. Eu mando carta pra ele, ele manda carta pra mim, a gente tá meio que junto, mas sei lá...tem que ver quando ele sair, né?

Ele foi preso por porte de arma e assalto. Ele já tava na etapa de assaltar pra conseguir dinheiro pra comprar droga. Ele caiu duas vezes já. Só que na

primeira, por ser menor, ele foi pro Cense. Aí agora tá preso mesmo. Quando ele saiu do Cense ele mudou, não queria saber de droga, mas aí pelas companhias acabou voltando a usar. Ele sempre foi de dentro da minha casa. Era amigo do meu irmão. Minha mãe conhece ele desde criança. Minha família é amiga da família dele. Quando a gente começou a namorar minha mãe nem ligou, porque conhecia ele e tudo, mas hoje ela meio que se preocupa. Esses dias ela veio me perguntar dele, como ele tava. Daí eu disse: “Ué, tá preocupada?”. Ela respondeu: “Não estou preocupada com ele, estou preocupada com você”. Minha mãe não é muito carinhosa, de vir abraçar e tal. Ela é mais na dela. Mas quando a gente terminou o namoro, ela viu que eu tava bem mal, ela me abraçava, queria conversar. Ela mesma percebeu que eu tava precisando de ajuda. Foi nesse tempo que a gente ganhou mais intimidade.

Mas ele me fala um monte de coisa nas cartas. Na última carta que mandou ele disse que lá na cadeia é o lugar que mais dá pra pensar. Disse que o que ele fez comigo, não deveria ter feito. Dá pra ver que ele se arrependeu mesmo...ele sempre diz que vai mudar, que não quer saber mais de droga, que agora a vida dele é outra, essas coisas...Nossa, mas quando eu fiquei sabendo que ele tava usando drogas, eu fiquei muito triste. Meu irmão que me contou. Às vezes ele sumia, nem a família sabia dele, ficava três dias direto na rua só usando droga...foi bem difícil. Teve até uma vez que eu tava na frente da casa dele, conversando com a irmã dele, quando de repente ele começou a quebrar tudo dentro da casa. Quebrou a porta do quarto dele, de desespero. A mãe dele falou pra ele conversar comigo, ele saiu, esbarrou em mim e nem olhou na minha cara, de vergonha, sabe? Ele tava com o olho roxo, mas não por briga nem nada, pela falta do crack mesmo. Eu saí correndo, fui atrás dele, deixei a irmã dele falando sozinha e fui...mas ele não queria me olhar. Ele tava transtornado. Falou que ia descer pra usar crack, me pediu dinheiro. Nossa, foi muito tenso...

Você ficou com medo dele?

Olha, um pouco...porque eu nunca vi ele ser violento com ninguém, e nesse dia ele ergueu a mão pra mãe dele. A mãe dele é evangélica e tava escutando música gospel. Ele foi lá e quebrou o rádio. Meu... ele ameaçou bater na mãe, sendo que ela é tudo pra ele. De vez em quando eu tinha medo... quando ele tava desse

jeito, não quando ele tava normal. Mas uma vez que usa, né? E ele sempre foi um piá muito vaidoso, do tipo que passa creme, perfume. Ele parecia até uma menina, sabe? (*risos*). Quando ele começou a usar droga, meu deus, ele secou, emagreceu não sei quantos quilos. O rosto dele mudou completamente. Eu lembro quando ele ia no terminal. Ameninada ficava em cima dele. Ele sempre foi bonito...mas aí chegou uma época que ele nem ligava mais pra ele mesmo. Esses dias eu tava vendo uma carta que ele mandou pra mãe, porque eu sempre vou lá visitar a mãe dele, e na carta ele assinou: João¹³ gatão gostosão. (*Sofia se diverte com a história*). A gente se matou de dar risada, porque é a cara dele. Ele vive falando “eu sou lindo”, “eu sou gato”. (*Ela gargalha*).

Mas tá sendo difícil a vida dele na cadeia. Ele sempre fala que consegue ficar lá até dois anos, mas o ruim é ficar sem ver as pessoas, não poder sair, e lá dentro sempre tem as brigas, né? Fora isso, corre droga lá dentro, mas ele sempre fala que não tá usando. Eu queria muito ir visitar ele lá, mas pra conseguir visita tem que ser ajuntado. Tem que comprovar que mora junto, aí fica difícil... (*Sofia fica em silêncio*).

Sofia, o que aconteceu que você tá aqui na instituição hoje?

Foi por vandalismo no colégio. Um amigo meu colocou palito de fósforo na fechadura de uma porta. Eu dei cobertura pra ele, aí pegaram a gente. A diretora chamou a patrulha. Teve também desacato meu com a diretora, porque ela começou a gritar comigo, e eu falei com ela no mesmo nível. Falei pra ela não gritar porque ela não era ninguém pra mim. Nossa, e eu fiquei de cara, porque a hora que ela saiu da sala ela falou assim pra uma outra professora: “Entre lá antes que eu tenha que sentar a mão na cara de alguém”. Só que eu sou tão boba que eu não falei isso no Fórum nem nada, devia ter falado. Sabe, eu nunca tinha tido esse tipo de problema, de ter que responder processo. A minha mãe ficou muito brava na época. Ela ficou no veneno (*risos*).

E você continuou estudando no mesmo colégio?

¹³ Nome fictício.

Continuei. Os professores não mudaram comigo. Mas a minha relação com a diretora é péssima, com a pedagoga é horrível também. Aliás, muito pior com a pedagoga. É porque todo mundo me conhece no colégio, aí qualquer coisa que eu faço já é motivo. Se eu vou sem uniforme, eu tenho que descer falar com a pedagoga. As outras meninas vão sem uniforme e aí não tem problema. Ela implica comigo mesmo. Pra você ter idéia, no começo do ano, meu irmão tava estudando lá e a gente ficava sempre junto, se abraçava, ficava de mão dada. Ela foi reclamar sobre isso com a minha mãe. De certo ela queria que a gente ficasse brigando. É muita perseguição... As duas [*diretora e pedagoga*] só estão esperando uma oportunidade pra me tirar de lá. *Mas você pensa em sair de lá?* Eu NÃO! Eu vou ficar lá. (*Eu e Sofia rimos juntas por um tempo, e fica transparente que temos a mesma opinião, ou pelo menos a mesma característica – teimosia*).

E fora a escola, o que você costuma fazer, gosta de sair?

Ah, eu saio com meus amigos lá da vila, em umas festas. Meu irmão tá sempre junto com a gente. De vez em quando eu vou pro shopping ou pra avenida. Mas agora eu nem tô mais saindo, por causa do João que tá na cadeia. Faz dois meses que eu não saio, por causa dele, sabe? Eu quero mostrar pra ele....assim...eu quero que ele veja que eu tô....(*Sofia tem dificuldades para se expressar nesse momento*). Ah, quero mostrar que eu me importo com ele. Ele mesmo falou pra mim que não era mais pra eu sair, que não era pra eu mancar com ele...aí eu tô nessa, sabe? Ele manda eu ficar mais na minha, e eu entendo. Às vezes ele liga pra mãe e eu tô lá com ela, porque os fiscais facilitam pra ligar de lá de dentro da cadeia. Esse lance mesmo que tem droga lá dentro, ele não me contou por meio de carta, ele me contou no telefone. Só que diz que droga pesada não entra, só maconha e haxixe. O X¹⁴ que eles tão lá é só piazada. Parece que tem 14 no X. Antes eles estavam em 16, mas aí uns saíram. Mas ele também não pode ligar toda hora, porque se pegarem, ele fica lá mais tempo ainda.

Mas quando o João foi preso, ele tava namorando uma outra menina, super de família, bem mimada. Essa menina começou a encher o saco dele, por ele trocar cartas comigo, falar comigo no telefone. Ela e a mãe dela começaram a azucrinar

¹⁴ Cela.

minha vida. Hoje acho que eles nem tão juntos mais. Mas pra você ter idéia a mãe dessa menina veio me ameaçar. Falou que ia mandar um policial corrupto que tem lá na minha vila atrás de mim. Esse cara é bandidão mesmo, sabe? Diz que ia mandar o cara me pegar e fazer o que quisesse, fazer uma torturinha básica. A mãe do João ficou sabendo dessa história e foi falar com a mãe da menina, que também é evangélica. Aí perguntou pra ela: “Que tipo de crente que é você, ficar ameaçando os outros?”. Mas eu fiquei com medo, porque esse policial aí que ela falou, ele faz de tudo mesmo. Lá em casa a polícia já baixou duas vezes e esse policial tava pro meio.

Porque a polícia baixou na tua casa?

Ah, um piá lá da minha vila, que até foi pro Cense, pegou e caguetou todo mundo. Falou pra polícia quem que era traficante, quem que não era, quem que andava com traficante...falou tudo. O meu irmão tava pro meio, foi apontado como traficante, sabe? Aí a polícia desembocou lá em casa atrás de droga...mas não tinha. Lá em casa não tem nada dessas coisas. Meu irmão usa maconha, mas não é traficante. Nesse dia que a polícia invadiu lá em casa, eu não tava. Eu tava posando na casa de uma amiga minha. Eles chegaram dando chute em tudo, arrebetando mesmo. Eu bem tonga até perguntei pra minha mãe: “Mas eles bateram palma?” (*Sofia gargalha*). E minha mãe: “Que bateram palma nada! Quando eu vi tinham três aqui dentro já”. Mas minha mãe leva tudo na brincadeira, quando ela sabe que não envolve a gente. Ela falou tirando sarro de mim: “Mexeram até nas tuas calcinhas, Sofia”. Ela ficou assustada, mas não deu nada porque meu irmão não tava envolvido mesmo. Nesse mesmo dia eles ainda voltaram em casa, pra procurar mais coisa.

Minha irmãzinha tem quatro anos e na primeira vez que eles entraram ela tava no colo do meu padrasto...na segunda vez, quando ela viu eles entrando, ela se escondeu atrás da cortina e falou assim: “Eu vou dormir pai”. (*Sofia ri da atitude inusitada da irmã*). *Tadinha*. Aham, ela se assustou. Eles reviraram tudo lá. Minha mãe falou pros policiais: “Podem entrar, revirar o que vocês quiserem, que aqui não vão encontrar nada”. Não foi só lá em casa que a polícia baixou, porque o cara que

caguetou deu o nome de um monte de gente, deu endereço, deu o vulgo¹⁵ da piazada. Ele passava dentro do carro com os policiais, de casa em casa, apontando e dizendo quem era traficante.

Mas esse cara tá marcado pelo resto da vida agora lá na vila?

NOSSA, você não tem noção. Os caras da vila não são pra brincadeira. Lá, como é vila pequena, todo mundo sabe de todo mundo... quem trafica, quem dedura. As coisas correm rápido. Esse cara ficou 45 dias no Cense, mas já saiu de lá. Dizem que ele tá morando em outra vila. Mas a piazada vai cobrar, não agora, mas com certeza vai cobrar... Nossa, esse cara que caguetou ferrou com um monte de gente. Tem um amigo nosso, que nem usuário de droga é, não fuma nem cigarro, e a polícia invadiu a casa dele também. Colocaram um saco plástico na cabeça dele, torturaram o cara, que nem nesses filmes americanos que eles colocam um saco plástico na cabeça da pessoa. *Gente...* Torturaram, bateram, e ele não tinha nada a ver, por isso que os piá lá da vila tão na sede desse cagueta aí. Você não tem noção das coisas que a autoridade faz. Esse sábado agora meu irmão tava numa festa, em uma vila. Os caras chegaram, mandaram as minas embora, e dá-lhe porrada. Meu irmão tá cheio de vergão. Os caras fazem a troco de nada, não tem flagrante nem nada, é tudo por baixo dos panos. É um absurdo as coisas que acontecem. Fora das vilas nem ficam sabendo.

Sofia, pra gente finalizar eu queria saber o que você pensa daqui pra frente, o que planeja pra sua vida.

Ah, eu sempre penso sobre isso, mas eu sou uma pessoa bastante indecisa. Uma hora eu quero uma coisa, outra hora quero outra. Sei lá, é tão difícil, sabe, definir alguma coisa agora. Eu já pensei para o futuro assim... eu queria ser advogada. *(Eu me atenho um tempo nesta frase sutil, e percebo quão simbólico é seu desejo, porque ser advogada poderia ser uma forma de fazer justiça diante das tantas injustiças que ela ousou relatar).* Ah, eu também quero casar e ter vários filhos...

¹⁵ Apelido.

Sobre si, Sofia escreveu: “Eu me acho uma pessoa divertida, gosto de sair, mas também de ficar com minha família. Tenho muitos planos para o futuro, para que ele seja repleto de amor, alegria etc., sem lembranças de momentos tristes”.

2.3.3

Flora

*Deus não podia acreditar no que ouvia.
Talvez criar o mundo não fora uma idéia tão boa.
Provavelmente continuaria ouvindo reclamações até não poder mais.
(Que mundo maravilhoso! – Julius Lester)*

Esta importante obra da literatura negra faz uma releitura da criação do mundo. Para criar o universo, Deus recebe ajuda de seu anjo preferido, Flora - o anjo encarregado de tudo. Flora é inteligente e divertida. Não poupa críticas nem a Deus e questiona: Isto é o melhor que você pode fazer? Tal como o anjo, nossa Flora é muito sagaz. Com muita sinceridade, nos conduziu por sua história. A partir de suas experiências, olha criticamente para o mundo ao seu redor e para si mesma. Flora tem 17 anos, é confiante e corajosa. Não gosta de demonstrar fraqueza, pois a ousadia é a sua forma de estar no mundo.

Flora, me fale um pouco de você, da sua história...

Ah, os meus pais são pessoas bem simples. Nunca foram ricos. Antes a gente passava fome, mas agora já não passa mais. Eu tinha um irmão maior, de 21 anos, que trabalhava junto com a minha mãe, mas ele foi assassinado em Castro há uns oito anos. Depois da morte dele começou tudo de novo...a gente voltou a passar fome e tudo. Agora, um ano e meio atrás, meu outro irmão também faleceu, de acidente de moto, ele e a minha cunhada. Ela morreu na hora. Ele ficou 15 dias na UTI.

Você tem quantos irmãos?

Vinte. Não! Na verdade não é vinte. É que é assim...minha mãe teve três maridos: com o primeiro marido ela teve meu irmão que faleceu; com o segundo ela teve minha irmã, que tem 25 anos e tem cinco filhos; e com o terceiro ela teve eu e mais três, inclusive esse meu outro irmão, que faleceu mais recentemente. Então, no total, são seis irmãos. Só que daí, meu tio (que mora do lado da minha casa) casou com uma mulher e teve um monte de filhos com ela. Aí aconteceu que essa mulher foi embora e deixou os filhos. Meu tio foi atrás dela e deixou os filhos também. Aí minha mãe pediu a guarda e adotou eles. Aí no total deu 12. Aí minha irmã casou, engravidou e teve mais cinco filhos. Aí já deu 17. Aí meu irmão casou também agora, teve filho. Minha prima também engravidou agora. Enfim, no total, a gente mora em 21 pessoas lá em casa hoje. Com a minha mãe e meu pai...23. É muita gente... (risos).

E como é pra você conviver com tanta gente em casa?

Eu nem sei direito como que a gente faz pra conviver em tanta gente, porque a casa não é muito grande, tem quatro quartos só. A gente se vira como pode. Teve um tempo que eu saí da minha casa e fui morar sozinha, com uma amiga. Eu saí porque era muita briga lá em casa. Eu brigava demais com a minha mãe, porque ela tirava as coisas dos filhos pra dar pros primos, e eu tinha ciúmes. Eu e minha irmã tinha que usar as mesmas roupas porque a gente não tinha nada. Já pros meus primos minha mãe ia na loja, comprava roupa, comprava um monte de coisa...e meu tio nunca deu um centavo pra minha mãe, nem pra ajudar na conta de luz, de água. Teve um tempo que chegou a dar 500 reais de água em casa. É muito desperdício também. Por exemplo, eles fazem feijão, arroz e carne na hora do almoço...eles comem e o que sobra eles não guardam pra janta, entende? Eles pegam e jogam fora, porque eles não conseguem ver isso...que não é sempre que a gente vai ter aquela comida pra comer. Eu sempre fiquei com raiva disso, e eu falava pra minha mãe. Aí aconteceu que um dia eu peguei, arrumei minhas coisas e fui embora.

Com quantos anos você estava?

Eu tava com 15. Não, não, eu tava com 14 anos. Essa amiga eu conheci através de um piá que eu namorava. Eu namorei com ele durante um ano e pouco,

aí eu casei com ele e me separei ...e voltei a morar com minha amiga, não deu certo com ele, sabe? *O que aconteceu que não deu certo?* Não sei. Minha mãe ia lá e ficava brigando com ele. Ficava perturbando nossa vida. Isso porque sempre que a gente podia a gente ajudava ela... levava leite, levava um monte de coisas pra ela dar pros sobrinhos. Eu tirava de dentro da minha casa pra dar pra eles, entende? Mas ela não reconhecia isso. Ia lá e ficava falando: “faça isso”, “faça aquilo”. Aí meu marido começou a encrencar com ela, e a mãe dele começou a encrencar comigo. Dor de mãe, né? Ele xingava a minha mãe e eu xingava a mãe dele... e ficava nisso. Aí eu acabei voltando a morar com a minha amiga. Nesse tempo eu comecei a trabalhar em uma loja pra poder me manter, né? Um tempo depois essa minha amiga ficou grávida e foi embora pra Santa Catarina. Aí ficou complicado pra mim, eu não tinha como pagar tudo sozinha...aluguel, água, comida, luz...aí eu comecei a fazer coisa errada. Eu comecei a fazer só coisa errada...vendia droga, buscava droga, levava droga.

Mas como que começou tudo isso?

Começou com uns parentes meus dentro da cadeia, porque nessa época minha irmã tava presa. A minha mãe já ficou presa também. Minha mãe foi presa em 2005, por formação de quadrilha. Minha irmã foi presa por tráfico. Aí de lá de dentro minha irmã ligava pra mim ou passava meu telefone pros caras lá. A maioria dos caras que ligam pra gente de dentro da cadeia é pra pedir crédito de celular. (*Flora ri*). Uma vez um cara me ligou e falou “vamos fazer isso, isso, aquilo...” e eu comecei a levar e buscar droga. Eu ganhava uns dois, três mil reais por viagem que fazia. Eu comecei a viajar pra todo lugar levando e buscando droga. Passei por tantos lugares que eu nem lembro mais. *Mas você ia como?* Eu ia de ônibus. Já fui até pra Bolívia.

E como que foi esse tempo?

Ah, pra mim era mil maravilhas, eu tava ganhando dinheiro. Aí eu fui presa em Foz do Iguaçu. Me pegaram com a mala cheia de drogas. Tinha 13 kg de maconha, 50 gramas de pó, uma 357 e 21 balas. Eles me prenderam lá e me levaram pra um abrigo. Lá eu fiquei 25 dias. Lá você tinha cinco minutos pra tomar banho, cinco minutos pra comer, você tinha que limpar onde dormia, você tinha que

dormir no chão, tomava um banho por dia, não saía da cela, se saía era de algema...era igual uma cadeia. Não era muito bom não...luz do sol você não via. Não faz tanto tempo isso. Eu fui presa em 17 de dezembro. Aí em 11 de janeiro eu consegui a transferência aqui pra Ponta Grossa. Agora to terminando de cumprir a medida aqui no Pemse.

Você já tinha respondido processo antes?

Já, bastante, por causa de briga na escola. Acho que eu já fui expulsa de uns quatro colégios por causa de briga. Uma dessas brigas foi quando meu irmão morreu, há oito anos. Eu era bem apegada ao meu irmão, sabe? Ele me levava pra tudo quanto é parte. Ele me dava banho, me levava pra escola, me levava no bar com ele. Ele me ensinou a jogar bolinha de gude, pipa...tudo que eu sei hoje foi ele quem me ensinou. Quando ele morreu eu fiquei completamente perdida. Eu era bem pequena, tava com oito ou nove anos. Eu me lembro que eu cheguei na aula e a professora (Ai, como eu queria bater naquela professora!) falou bem assim: “Não adianta você ficar chorando, teu irmão já morreu”. Falou bem assim pra mim. Eu levantei bem louca, perguntei: “O que você tá falando aí mulher?” e parti pra cima dela. Tiveram que me tirar de cima dela. Essa foi uma das vezes que me expulsaram da escola.

De lá eu fui pro Instituto de Educação e lá no Instituto eu tive problemas com uma aluna. Uma menina, que mora na minha vila, pegou e começou a falar do meu irmão, que meu irmão tinha morrido porque tinha ido pedir trocadinho...falou um monte do meu irmão pra escola inteira. Eu peguei e bati nela, aí também me expulsaram do Instituto. Aí eu fui pro colégio Senador Correia. Lá uma menina começou a falar mal de mim, que eu não tinha família, que minha mãe tava presa e meu irmão tava morto, aí eu bati nela. Depois eu também tive outros problemas em outros colégios...

No ano retrasado eu tava estudando, mas parei porque meu outro irmão morreu no acidente de moto...ele morreu no dia primeiro de ano. Eu também era bem apegada com ele. Eu era muito apegada com esses meus dois irmãos que faleceram. Meu irmão mais velho morreu em Castro. Ele trabalhava como segurança em uma casa noturna lá. Minha mãe sempre falava pra ele não ir trabalhar lá, mas ele tirava 500 reais por noite, então sempre ia. Um dia teve uma briga dentro do

clube, meu irmão levou o cara pra fora e bateu nele. Só que o cara voltou e deu um tiro bem no meio do peito dele. Dizem que meu irmão continuou batendo nele, mesmo depois de baleado. O hospital era bem perto de onde eles estavam, que nem daqui até ali na rodoviária, mas não levaram meu irmão pro hospital. *Por quê?* Porque a dona lá do clube não deixou ninguém levar ele pro hospital. Ela chegou e falou “ninguém encosta nele, ele é meu segurança. Vamos chamar a polícia e a ambulância”. Só que em Castro não tem ambulância, tem uma Kombi só e essa Kombi nem tava lá no dia. Ela deixou ele morrer na frente do clube. Minha mãe tem ódio dessa mulher, já falou que quando achar vai matá-la.

Flora, como está sua vida hoje, você voltou a morar com a tua mãe, né?

Eu tenho bastante autonomia da minha mãe. Eu não peço nada pra ela. Se ela grita comigo, eu grito com ela...só que ela não tem o direito de gritar comigo. Eu nunca tive muita intimidade com ela, tipo sentar e conversar. Nem com a minha mãe, nem com meu pai. Só tive isso com meus irmãos. Minha mãe nunca tava em casa e meu pai eu via de quinze em quinze dias, porque ele trabalhava em uma fazenda. Aí eu pensei... vou me apegar nos meus irmãos. Me apeguei no meu irmão mais velho...e ele morreu. Com as minhas irmãs eu não converso, é muito difícil. Aí eu pensei, vou me apegar no meu outro irmão...e ele também morreu. Aonde meu irmão ia, eu ia junto com ele. Mas agora, depois que ele morreu, eu pensei: “Eu me apego com meus irmãos e meus irmãos morrem”. *(Flora chora, mas não quer chorar. Fica incomodada por estar chorando. Parece considerar o choro um sinal de fraqueza).*

Teve uma época que eu fiquei muito mal mesmo. Eu sentia muita falta do meu irmão. Eu tentei me matar, tomei tudo os remédios que tinha em casa, aí tiveram que fazer lavagem em mim, sabe? O médico falou que se eu tivesse ficado mais cinco minutos com os remédios dentro de mim eu podia ter morrido...e ele falou também que por causa disso eu talvez não possa ter filhos. Acho que eu não posso engravidar. Foi meu irmão que me socorreu, que me levou pro hospital. Foi uma época difícil. *(Flora fica em silêncio por alguns segundos).*

E agora, tá sendo melhor pra você?

Tá, tá sim. Eu estou namorando, estudando, fazendo o CEEBJA¹⁶. *E tá gostando de voltar a estudar?* Eu não! Tem que levantar cedo, no frio (*risos*). Até estou querendo transferir pro turno da tarde, porque tá fazendo muito frio de manhã (*risos*). *E o namoro, como que está?* Tá legal. Eu conheci ele quando eu trabalhava de motoboy. Eu fui fazer uma corrida ali pra baixo do shopping e tava passando na rua e vi um piá. E já pensei: “Nossa, que piá bonito” (*risos*). Daí um dia, por acaso, eu tava na rua e vi ele de novo. Mas nem conversamos, nem nada. Um tempo depois na Avenida Munchen eu vi ele conversando com um amigo meu. Aí eu falei pra esse meu amigo que queria conhecer o piá. Pedi o telefone dele. Mas daí meu celular era Tim e o dele era Claro. Eu pensei: “Eu não vou ligar nada, vai ficar muito caro” (*risos*). Passou um tempo e uma amiga minha começou a namorar com um amigo dele. Aí a gente acabou se conhecendo. A gente ficou, começou a namorar e tá até hoje junto. Eu não sei direito há quanto tempo a gente tá namorando, mas faz um tempinho já...porque quando eu fui presa no final do ano eu já tava com ele.

E o que você pensa pro teu futuro, Flora?

Ah, sei lá, às vezes eu queria me mudar, ir pra outros lugares. Eu não quero casar, nem ter filhos. Ah, mas eu tenho filhos sim....a minha ratinha hoje deu cria, deu um monte de ramisters bem pequenininhos...agora eu tô com um monte de filhos pra cuidar. (*Flora ri de si mesma*). Ah, mas eu penso em sair da casa da minha mãe, porque é complicado. Sempre que eu vou procurar algum objeto, ou alguma coisa minha, nunca tá onde eu deixei. Meus sobrinhos pegam minhas coisas pra brincar. Minha maquiagem, sabe? E maquiagem é caro, não é barato. Quebram minhas coisas, rasgam minhas roupas...eu fico com raiva. Minha irmã nem liga, não fala nada. Meu cunhado pior ainda. Meu cunhado trabalha, mas ele é drogado. Ele gasta todo o dinheiro dele em droga. Ele ganha 100 reais por dia e gasta tudo em droga.

Flora, você chegou a ter problemas com drogas?

Já tive. Eu já usei um pouco de tudo. Mas agora não uso mais. Nem cigarro

¹⁶ Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos.

eu fumo. Antes de eu fazer viagem, eu usava droga. Daí quando eu comecei a viajar parei de usar, porque se não todo o dinheiro que eu ganhava ia ficar nisso, né? Mas agora eu não uso droga, não bebo, não saio de casa. Eu não to trabalhando agora, mas às vezes faço umas corridas de motoboy pra tirar uma grana. Mas meu sonho mesmo é me formar em Agronomia. Depois que eu terminar os estudos, vou atrás disso...

Flora preferiu não escrever sobre si.

2.3.4

Coraline

Coraline despertou com o sol do meio da manhã em cheio sobre o seu rosto.

Por alguns momentos sentiu-se totalmente deslocada. Não sabia onde se encontrava, nem estava totalmente certa de quem era. É surpreendente o quanto do que somos dependentes da cama onde acordamos pela manhã, e é surpreendente o quanto isso é frágil.

(Coraline – Neil Gaiman)

“[...] é surpreendente o quanto isso é frágil”... A obra de Gaiman nos leva a questionar aquilo que tomamos como certeza. Faz perceber quão frágil é a realidade. Nossa Coraline tem apenas 14 anos. Passou por experiências inimagináveis para alguém de tão pouca idade. É bastante tímida, fala baixinho e olha para baixo. Expressa muita dor em sua fala.

Eu queria que você me contasse um pouco da sua história, sua infância...

Da minha infância, o que eu me lembro é que minha mãe não vivia muito bem com meu pai. Ele tinha umas cinco mulheres, e por causa disso minha mãe começou a beber. Eu ficava na rua, sabe? Aí eu comecei a aprontar, brigar na escola. Comecei a ser bem ruim. Eu não gosto da minha madrasta, sabe? Aí eu brigo com ela, ela briga comigo, meu pai briga comigo por causa dela. Na verdade eu vim parar aqui porque eu briguei com o diretor da escola, xinguei ele...aí eu fui chamada no Fórum. Tive que cumprir seis meses aqui no PEMSE. Só que aí teve

outra coisa...eu achei um celular na rua, e a mulher (a dona do celular) falou que a gente tinha assaltado ela. Minha irmã tava junto comigo. Aí aconteceu que eu fiquei mais seis meses aqui na instituição por causa disso também, né? Eu já fui presa. Fui três vezes pro abrigo feminino, por causa dessas coisas.

Porque você foi pro abrigo?

A primeira vez foi por sair pra rua de noite, com as meninas e a piazzada, e por causa de bebida eu fui parar lá. A segunda vez foi por causa do celular que eu achei. E a última vez agora foi por eu brigar com meu pai... depois da briga, eu fui morar na casa de uma mulher que eu conhecia, mas como eu tava em situação irregular na casa dela, acabei indo pro abrigo de novo. *E a tua mãe?* Pois é...agora tão falando que minha mãe se jogou ali do viaduto da Santa Paula. Só que ninguém sabe se ela se jogou de verdade. Mas ela tá sumida. Ninguém consegue provar. Quando a gente foi ver o corpo, já tinham enterrado como indigente. Outros também falam que minha mãe foi atropelada no centro e morreu no hospital, e a gente não sabe. Isso foi no começo do ano passado. Sei lá, ficar sabendo de tudo isso, acho que foi aí que eu fiquei mais revoltada.

Como era tua relação com ela?

Era boa. A gente vivia junto, mas eu brigava com ela às vezes, por causa dela beber. Ela ficava pra rua e eu não podia ficar com ela. Ela brigava na rua. Os outros batiam nela, se aproveitavam dela, por ela estar bêbada. Ela casou com um homem e eu tinha que bater nele, por causa dele ficar batendo nela. Eu não ia ficar vendo isso. Ela saía e bebia muito, demais, jogava pedra na casa dos outros, gritava, xingava... e agora eu tenho que aturar minha madrastra. Meu pai quer me mandar pra morar com meu tio em Reserva, mas eu não tô querendo ir. Estou com um pouco de medo. Hoje eu ainda continuo morando com meu pai.

Você tem irmãos?

Tenho. Sete da parte do meu pai e cinco da parte da minha mãe. Mas só um dos meus irmãos mora com a gente. *E como são as relações na tua casa?* Ah, sei

lá, por causa de eu ser adolescente eu implico bastante...meu pai já tem 60 e poucos anos e implica demais comigo... e eu, como não fico quieta, acabo brigando com ele. É uma coisa bem estranha de conviver, sabe? A minha madrasta fica controlando muito a gente, querendo se por no lugar da minha mãe e isso causa uma confusão.

Financeiramente a gente tem uma condição boa. Meu pai é aposentado ferroviário. Ele ganha um pouco bem, nunca faltou nada e a casa é boa. Que nem ele sempre diz: não somos ricos, mas também não somos tão pobres. Ele até comentou com o assistente social daqui que poder me criar ele pode, o problema é eu ser muito desobediente. *Mas você se vê como uma pessoa desobediente?* Um pouco sim. *(Nós duas rimos)*. Ele me manda estudar e eu não estudo. Eu parei de estudar na metade do ano passado, mas agora eu vou começar a fazer o EJA.

E como é teu relacionamento com teus irmãos?

Os da parte da minha mãe eu não sei nem onde eles moram. Os da parte do meu pai não gostam de mim, por causa de eu ser filha de outra mãe. Esses dias eu fui num casamento de uma das filhas dele e ela veio querer me xingar. Aí eu peguei e briguei com ela, no casamento. Eles não gostam de mim mesmo, mas só por causa disso, por ser filha de outra mãe. Apesar disso meu pai ajudava minha mãe. Ele ia lá e ajudava ela a se manter.

Você morou com a tua mãe por quanto tempo?

Isso eu não me lembro. Faz tempo já que moro com meu pai. Foi bem menos com ela do que com ele. Na verdade eu fui morar com ele porque era muito ruim ficar na rua, e com ele é bom. Minha mãe não tinha casa, ficava pra rua...aí ela bebia e eu tinha que ficar na casa dos outros. Aí é ruim, né? Tinha um barraco que ela ficava, mas não tinha a menor condição de viver lá. Desde pequena eu ficava na rua.

Na verdade foi assim...quando ele e minha mãe se separaram, eles fizeram um trato...eu ficaria com ela e minha irmã ficaria com ele. Mas eu ficava na rua. Até que um dia uma vizinha fez uma denúncia e meu pai foi me buscar. O complicado é que minha mãe às vezes sumia... três, quatro dias, e eu ficava sozinha. Mas mesmo

assim eu gostava dela, né? Era minha mãe. Comida eu conseguia com os vizinhos. Eu meio que me criei assim. Não que eu me criei assim, mas eu via o mundo dessa forma. Depois que eu fui morar com meu pai ele não me deixa faltar nada. Ele me dá de tudo...até me mima demais.

Eu na verdade não queria parar de morar com ele. O problema é a minha madrasta. A gente tá numa situação que é insuportável pra mim e pra ela também. Meu pai é de idade já. Ele quer paz e a gente não consegue se acertar na casa. É só briga. Eu me sinto mal por ele. Ele sempre me cuidou, mesmo quando eu morava com minha mãe. Às vezes ele percebia que eu tava largada e ia me buscar, aí eu passava um tempo na casa dele.

Como é a tua vida hoje?

Na verdade eu não saio muito de casa. Meu pai não deixa, porque ele não confia em mim. Ele também não me deixa namorar, porque ele fala que eu não tenho juízo...e é verdade, né? Essas coisas que a moçadinha faz, tipo ir em shopping, de vez em quando ele deixa. Mas não é sempre, porque ele não confia mesmo em mim. Ele me deixa mais ficar pela vila mesmo. Todo dia eu dou uma volta, converso com meus amigos. Esses tempos eu tava cuidando de uma menininha que mora do lado de casa, porque a mãe dela trabalha fora e precisava de alguém pra cuidar. Eu fico mais por ali mesmo. Se divertir, se divertir mesmo, não!

E qual medida você tá cumprindo aqui na instituição hoje?

Na verdade eu nem sei mais porque que eu tô aqui. Acho que foi por causa de eu brigar com o diretor da escola. O diretor se implicava comigo, por eu ser muito bagunceira. Eu batia nas alunas mais novas, sabe? Eu e uma amiga minha. Aí ele veio me xingar, e eu quis pular nele, pra brigar. Mas nem briguei, só xinguei ele um monte. Falei um monte de nome feio...acho que deve ser por isso. Mas eu nem sei direito porquê que eu tô aqui. Eu só sei que eu fiquei seis meses, e quando eu tava terminando a juíza me mandou ficar aqui mais seis meses. É tanta coisa que eu aprontei que eu já nem sei mais. (*Coraline ri*).

Teve o rolo do celular também. Eu e meu amigo fomos chamados para depor na delegacia por causa disso. Na verdade foi assim...eu e minha irmã, a gente tava subindo a rua pra buscar leite pra vizinha e eu vi um celular no chão. Na frente da casa em que eu achei o celular, tinha uma mulher e um homem. A mulher ficou olhando, viu eu pegar o celular. Um tempo depois a dona do celular ligou, pedindo pra devolver o aparelho, mas a gente falou que queria uma recompensa. Aí a gente marcou e foi devolver pra ela. Foi quando dois policiais prenderam nós, eu e um amigo. Ela falou pra polícia que foi uma gangue que assaltou ela, mas era mentira dela. Ela falou que foi assaltada às duas e meia da tarde, sendo que eu achei o celular não era nem uma e meia. E ela viu eu pegar o celular, se ela tivesse sido assaltada mesmo, nossa senhora...Aí eu fiquei presa por causa disso, passei uma noite presa, eu e meu amigo, sendo que nós dois somos de menor. Chegaram a falar que nós dois era chefe de quadrilha. Imagine... os dois, de menor, chefe de quadrilha em Ponta Grossa. Eu fiquei indignada, mas...tô aqui. Meu amigo não deu nada pra ele, porque ele nunca tinha tido problema na escola. Já eu...tinha um monte de briga na ficha, né?

E porque aconteciam essas brigas na escola?

Ah, eu não gostava de estudar e eu andava com um monte de piá. Aí as meninas do colégio tinham um pouco de inveja, por eu andar com os meninos. Elas vinham querer me falar as coisas. Aí eu pegava e batia nelas. Eu ia todo dia pra diretoria. Agora eu vou voltar a estudar. A escola que meu pai quer me colocar é bem calma. É um pessoal mais velho que estuda lá...então acho que não vou mais ter problemas desse tipo. E agora eu tô com vontade de voltar a estudar, sabe? Eu tenho 14 anos já e estou na quinta série ainda...vou fazer quinze anos agora e ainda estou na quinta série. É complicado, porque eu entro na sala e só tem menininha de dez anos, daí eu faço bagunça com elas...não tem gente grande pra fazer bagunça. Eu só reprovó, reprovó, ou paro no meio do ano. Agora eu quero estudar, porque eu vou fazer a quinta, a sexta e a sétima série em dois anos e quatro meses. Vai ser mais fácil pra eu terminar, e são só três dias por semana no EJA.

O que você pensa pro teu futuro, Coraline?

Eu penso em morar com a minha irmã daqui um tempo. Só eu e ela. Ela tá pra fazer 18 anos. Depois pensar em casar. Queria terminar os estudos, apesar que é difícil, né? Mas eu queria terminar. Eu queria ser médica, sei lá...

Ao final da entrevista, pedi para que Coraline escrevesse um pouco sobre si. Ela preferiu não escrever, por ter muitas dificuldades com a escrita.

2.3.5

Isabel

E então eu soube, eu descobri. Assim de repente. Descobri que nada é de repente. [...] Olhando para trás e andando para frente, tropeçando de vez em quando, inventando moda. É que eu também sou inventora, inventando todo dia um jeito novo de viver.

(Bisa Isa, Bisa Bel – Ana Maria Machado)

Isabel, personagem de Ana Maria Machado, em uma jornada por diferentes gerações vai descobrindo o caminho para sua liberdade. Nossa Isabel, tal como a personagem, expressa um desejo de liberdade. Desejo que teve que conciliar com as responsabilidades que a vida precocemente lhe trouxe. Isabel foi mãe aos 14 anos e aceitou com maturidade as mudanças que a maternidade trouxe. Hoje, com 17 anos, procura inventar seu jeito de viver.

Isabel, eu queria que você me contasse um pouco de sua história.

Bom, quando eu tinha dois anos, minha mãe e meu pai se separaram. Ele foi embora pra São Paulo e eu não vi mais ele, sabe? Ele veio pra cá algumas vezes, mas eu nunca convivi com ele. Mas não teve nada de muito especial na minha infância. Eu sempre vivi aqui em Ponta Grossa, nasci aqui. Morei oito meses com meu pai em Santa Catarina, quando eu tinha 13 anos. Mas acabei voltando pra cá. Eu fui pra lá porque eu nunca tinha convivido muito com ele. Eu queria experimentar pra ver como que era. Não gostei muito e voltei.

Você tem irmãos?

Tenho. Quando eu tinha nove anos minha mãe casou e engravidou do meu irmão. Meu irmão tá com oito anos. Recentemente, minha mãe engravidou de novo e agora eu tenho mais um irmão, que tá com dois meses. *E como é teu relacionamento com teus irmãos e com teus pais?* Meu relacionamento com a minha mãe é bom. A gente sempre teve uma intimidade, sempre esteve próxima. Com meu irmão também, apesar que sempre tem brigas de irmão, né? Meu pai era difícil quando eu via ele. Eu era muito criança quando ele e minha mãe separaram. Eu não lembro direito como que foi essa separação. Mas quando eu cresci e vi, foi fácil de aceitar. Logo ele casou também. Eu fui no casamento dele e tudo.

Você tá estudando?

Não. Eu parei de estudar na sexta série. Parei porque engravidei da minha menina, aí não teve mais como estudar. Era difícil estudar. Aí agora, quando eu pensei em voltar a estudar, eu engravidei de novo. Mas eu penso em voltar pra escola, quem sabe mais pra frente. *Você tem dois filhos então?* Não, meu segundo ainda não nasceu. Eu estou grávida! *(Isabel sorri e olha para a barriga, com ar de expectativa)*. Meu primeiro filho eu tive com 14 anos.

E como foi pra você? Você se sentia preparada pra ser mãe? Me conta um pouco.

Na verdade eu casei primeiro. Depois de um ano engravidei. Engravidar era algo que eu queria muito. Eu me sentia preparada. Era loucura, mas eu queria. Mas agora, depois de ter ela, eu vejo que não era a hora....e agora, grávida de novo, também vejo que não era a hora. Minha menina tá com um ano e meio. Foi um pouco difícil esse tempo, mas foi bom. É bom ser mãe! Meu marido é mais velho já. Ele tem 22 anos. A gente mora só nós mesmo, mas eu sempre vou visitar minha mãe.

A principal coisa que muda em ser mãe é a liberdade, né? Principalmente pra sair. Antes eu e meu marido sempre saía, ia pra algum lugar. Agora a gente não pode ir mais, tem que ficar em casa. Acho que isso foi o mais difícil pra acostumar, mas agora já acostumei. Quando eu engravidei, eu e meu marido não tava morando junto. A gente tava separado. Eu morando com a minha mãe e ele com a mãe dele. Mas aí quando eu contei que tava grávida, no mesmo dia a gente já voltou a morar

junto. Ele é um bom pai e bom marido também. Tudo que ele pode ele dá pra gente, tá sempre presente. A gente acabou se aproximando bastante por causa da nossa menina. No começo ele era mais piá, ele queria sair, fazer folia...e agora não. Agora ele vai do trabalho pra casa. A gente tem novos amigos, que estão sempre na nossa casa. Assim, não precisamos sair pra se divertir. Mas mudou muita coisa na nossa vida, mudou praticamente tudo! Antes eu estudava, aí não estudei mais. A responsabilidade também mudou bastante.

E como tá sendo a gravidez agora?

Então, na verdade eu não sabia que tava grávida. Eu tava em casa e começou a me dar hemorragia muito forte. Eu fui pro hospital e o médico disse que era ameaça de aborto. Eu fiquei internada dois dias, mas aí consegui segurar o nenê. Mas agora tá tranquilo. *Quantos meses já?* Tô de quatro meses. Eu não sei ainda se é menino ou menina, mas podia ser um piá, porque eu já tenho uma menina, né? Eu me considero uma boa mãe, se você for ver as meninas da minha idade. O dia que eu fui pro hospital, com hemorragia, eu falei pro médico que já tinha uma filha, e ele me perguntou se era minha mãe que cuidava. Eu falei: “não, eu que cuido, né?!” (*Isabel fica brava ao lembrar da situação*). Geralmente, na minha idade, as meninas dão os filhos pra mãe cuidar... é difícil menina que cuide.

Então, eu me vejo como uma boa mãe. Até pra eu vim aqui na instituição é um sufoco. Eu não gosto de ficar longe dela. Ela não gosta de ficar com ninguém, sabe? Eu senti bastante preconceito do médico falar assim comigo, mas não só dele, sabe? Bastante gente tem preconceito com isso...por causa da idade, acha que a gente não vai cuidar. Eu acho que nem todas as meninas são assim. Da primeira vez que eu engravidei, várias pessoas chegaram me perguntar se eu ia tirar, se eu ia dar a criança, se ia dar pra minha mãe cuidar...e eu falava: “não, eu que vou cuidar!” . Porque num foi uma coisa que veio de repente. Eu queria ter, sabe? Mas a gente acaba sofrendo esse preconceito, né? Minha mãe, da primeira vez que eu engravidei, não gostou muito. Ela achava que era loucura. Até quando eu fiquei junto com meu marido ela achava que era loucura. Ela não gostou muito, mas depois ela aceitou. O meu pai só ficou sabendo que era avô quando minha filha já tinha um ano.

E as dificuldades?

Bom, eu tive dificuldades, principalmente no começo, mas eu sempre tive minha sogra por perto. Ela me ajudava em tudo. Quando eu tava de oito meses eu tive dilatação, então eu tive que parar, não podia fazer nada, pra não ter risco...aí minha sogra me ajudava a fazer tudo. Ela sempre esteve por perto. Ela me ajudou bastante, e eu fui aprendendo a me virar sozinha.

E o que aconteceu que você tá aqui na instituição hoje?

Foi por causa que eu peguei a moto da minha mãe, sem carteira, e de menor, né? Aí agora tenho que cumprir medida. Minha mãe sempre falava pra eu não sair com a moto, porque era perigoso. Até que me pegaram. Antes eu prestava serviço em escola, mas pra mim era ruim ter que ficar saindo, por causa da minha filha. Aí a juíza mudou a medida... determinou que eu poderia vir uma vez por mês na instituição, e eles fazerem visita também na minha casa.

E como é teu relacionamento com teus pais hoje?

É bom. No começo foi meio difícil pra minha mãe aceitar meu relacionamento. Ela não gostava muito do meu marido. Mas hoje ela gosta, é tranquilo. A relação mudou bastante com o nascimento da minha menina. Porque minha mãe gosta demais da minha menina. Elas são bem apegadas uma com a outra. Como a gente mora perto, eu sempre vou pra casa da minha mãe, então elas estão sempre juntas. Minha mãe liga todo dia pra dar boa noite pra ela, e ela chama pela avó, chora.

Já com meu pai o relacionamento é mais distante, porque ela viu meu pai uma vez só. Foi no aniversário de um ano dela. Na verdade ele não veio por causa do aniversário dela. Ele veio por causa do problema da pensão. Minha mãe tá na justiça por causa de pensão. Ele nunca pagou, sabe? Eles iam prender ele por causa disso, aí ele veio pra cá pra negociar isso com a minha mãe. Ele já foi preso uma vez por não pagar pensão. Ele morava em São Paulo quando foi preso. Eu não lembro direito disso, porque eu era bem nova. Acho que eu tinha uns dez anos. Depois de um tempo ele veio morar pra cá, em Ponta Grossa... foi quando eu fui

embora com ele, que eu passei um tempo em Santa Catarina. Mas não deu certo morar com ele.

Na verdade eu nunca tinha saído de perto da minha mãe, sabe? Ele não queria que eu viesse embora. Até tive que brigar com ele... pra ele me dar dinheiro e eu poder vir embora. Ele me tratava bem. Eu é que não queria ficar lá. Porque eu não convivi com ele, né? Até os dez anos ele vinha me visitar de vez em quando... uma vez por ano. Às vezes eu ia pra casa dele em São Paulo, ficava seis dias e voltava. Mas a partir dos dez anos a gente se afastou...e aí ele teve uma outra filha. Acho que foi isso que mais afastou a gente. Essa minha irmã eu vi só uma vez. Quase não tem contato. Meu pai e minha mãe não conversam. Quando ele veio pra cá ele nem ficou, veio num dia e voltou no outro.

Ele veio pra cá porque o advogado chamou pra resolver esse negócio da pensão. Ele também veio pra pedir pra gente parar com o processo. Aí eu aceitei um acordo. Ele tinha que me dar dez mil reais, porque era muita coisa atrasada. Ele nunca pagou, né? O certo era dez mil reais. Aí ele fez um acordo de mil e quinhentos reais. Eu falei pra mãe: “Ah, mãe, deixe. Vamos aceitar, fazer o quê. Porque ele não vai pagar mesmo”. Aí foi feito o acordo e acabou que ele não pagou nem o acordo, não pagou nada... *Mas porque será? Ele não teve condições de pagar?* Não, na verdade eu acho que ele não teve interesse mesmo. Condição de pagar eu acho que ele tem sim....não digo os dez mil, mas pelo acordo que a gente tinha feito ele podia pagar sim. Agora ele tá sendo procurado. Mas sabe...ele vive fugindo. Já aconteceu isso, uma vez, duas vezes, e ele vive fugindo. Ele alega que tá doente.

E como você se sente com relação a isso?

Ah, às vezes dá raiva, mas eu nem ligo muito. *(Isabel demonstra tristeza)*. No começo eu fiquei com dó. Falei até pra minha mãe: “Ah mãe, vamos deixar quieto, não vamos deixar prender e tudo”. Mas depois disso... imagine, ele pegar e não pagar. A gente deixou de receber um dinheiro bom pra fazer acordo com ele...pra depois ele pegar e sumir e não pagar nada. Aí eu falei: “Agora não vou me envolver mais. Vou deixar a justiça que resolva”.

E como foi quando ele esteve aqui?

Quando ele veio, já tava sabendo que eu tinha uma menina, mas não por mim. Acho que alguém da família contou pra ele quando eu fiquei grávida. Mas a gente nem conversou, nada. Ele só abraçou minha menina e deu um presente de aniversário pra ela, e só. Agora nem sei se ele sabe que eu estou grávida de novo. Talvez ele saiba, porque a família toda sabe. Alguém pode ter contado pra ele. Na verdade eu não sei. Meus parentes não contam pra mim se conversam com ele ou não. Eu diretamente não tenho contato com ele, nem tenho o número dele.

E o que você planeja pro teu futuro?

Por hora, eu planejo ter meu nenê, com saúde...e estar sempre perto da minha família. E quando as coisas tiverem mais tranquilas, eu penso talvez em retomar os estudos. Acho que é isso...

Ao final da entrevista, Isabel escreveu: “Quando eu tinha 13 anos engravidei da minha filha que agora tem um ano e oito meses, e agora estou novamente grávida. Descobri porque fui ao médico com muito sangramento e ele me contou que eu estava grávida de três meses, penso que não vai ser fácil cuidar de dois filhos mas vou conseguir, tenho bastante saúde pra isso”.

2.3.6

Yvaine

*Ela não diz nada, mas olha simplesmente para o alto, para a escuridão do céu,
e observa, entristecida,
a lenta dança das estrelas sem fim.
(O Mistério da Estrela – Neil Gaiman)*

Tal como a personagem de *O Mistério da Estrela*, nossa Yvaine é uma menina doce e encantadora. Olha para o mundo com calma e leveza. Mas carrega algo de triste em seu olhar. Yvaine tem 17 anos. Sonha em ser mãe.

Yvaine, me fale um pouco sobre você...

Eu tenho 17 anos. Moro com a minha mãe, meu esposo, minha irmã, meu cunhado e o nenê deles. Já terminei os estudos. Sou casada há um ano e três meses. Não tenho filhos ainda, mas quero ter.

E como foi sua história, sua infância...

Minha infância...eu não tenho o que reclamar. Foi boa. Tive que apanhar um pouquinho, pra aprender. Me criei com minhas primas e minha irmã. Minha mãe sempre me deu uma boa educação. Meu pai sempre compareceu em casa...e eu não tenho do que reclamar. Às vezes tem desavença, às vezes eu faço coisas erradas...mas eu tenho muito orgulho dos pais que eu tive, porque me deram uma boa educação.

E com a tua irmã, como é teu relacionamento?

Antes a gente vivia brigando. Agora ela já é casada também, aí a gente se acerta muito mais. *E com teus pais, como é o relacionamento?* Bom, a minha mãe...a gente sempre teve junto. O que eu precisava contar pra minha mãe ela tava sempre ali, fosse certo ou errado. Ela me xingava, brigava comigo, mas sempre me dava um conselho bom pra eu melhorar. Mas brigar mesmo, de sair de casa, nunca aconteceu. Com meu pai também, apesar que minha intimidade sempre foi mais com a minha mãe. Não tinha muito o que conversar com meu pai, mas ele é muito bom pra gente, apesar de não morar junto.

Eles são separados?

São...na verdade não é que eles são separados. Assim...a gente já esperava, porque eles brigavam muito. Aí saiu uma casa para eles em outro lugar, e ele foi morar pra lá e ela ficou. Só que ela tá sempre indo visitar ele, sabe? São meio que namorado ainda. *(Yvaine ri)*. Faz pouco tempo que eles separaram. Foi em dezembro, eu acho. Agora eles nem brigam mais. *Por que eles brigavam?* Ah, tinha uns dias que meu pai pegava o dinheiro dele e saía tomar uma cerveja, chegava um

pouco mais tarde, e ela já ficava brava. Ela tava sempre trabalhando, e ele reclamava disso, que ela não tinha tempo pra ele, que pra ela era só serviço. Era mais isso mesmo.

E como é a convivência em casa?

É tranquilo. Eu me dou bem com meu cunhado. Antes eu brigava com ele, mas agora a gente se dá bem. Meu marido é irmão dele. Somos todos parentes. *(Ela sorri)*. Um sempre conta as coisas pro outro. É uma convivência boa. Financeiramente, cada um ajuda um pouco. Então, o que precisar, se um não tem o outro ajuda, e é assim.

E como você conheceu teu marido?

Eu conheci ele...ele gostava da minha irmã. Eu queria arrumar os dois. Minha irmã não namorava ainda, nem conhecia o irmão dele. Mas aí minha irmã conheceu o irmão dele. Ele gostou dela, falou que queria ficar com ela. Aí depois foi através do meu cunhado que eu acabei me aproximando do meu marido. A gente namorava, brigava, separava; namorava, brigava, separava. A gente namorou em torno de uns três anos...pra daí casar. Mas eu tive uma perda, eu perdi um bebê dele. Nessa época a gente não tava casado, nem morando junto. Uns dois meses depois dessa perda a gente casou.

Se quiser falar um pouco mais sobre isso...

Ah, na verdade a gente não tava esperando, sabe? Mas, eu queria! *(Yvaine fala enfaticamente)*. Eu não tinha medo de como ia ser ou do que iam falar. Só que eu não sabia que tava grávida. Eu tava de três meses e eu andava a cavalo, carregava meu sobrinho nas costas, fazia de tudo...aí tive um aborto espontâneo. *Com quantos anos que você tava?* Tava com 15 anos na época. Aí chegamos no hospital e o médico falou que eu tinha tido uma hemorragia e tinha perdido o nenê. Aí eu meio que entrei em depressão...eu ficava pensando que se eu tivesse me cuidado mais eu podia ter o meu filho. Hoje ele estaria com dois anos. Às vezes eu

paro e fico pensando nisso...eu queria ter esse nenê, mas como Deus não permitiu...(Triste, Yvaine fica em silêncio).

Às vezes eu penso também que eu era muito nova. Talvez não fosse o momento certo pra ter um filho. *E teu marido, como reagiu?* Ele ficou triste. Ele tava com 17 anos. Ele sentiu, sentiu bastante. Mas entendeu. Sempre que eu tava triste, chorando, ele vinha falar comigo, me dava conselho, falava que se eu perdi é porque era pra nós ter uma vida melhor, que quando Deus permitisse iria vim. Ele ficou abalado, mas me ajudou bastante. E hoje ele quer um filho. Quer muito. É tudo que ele mais quer...só que não vem. A gente não consegue. Eu não sei se é algum problema. Eu fiz alguns exames, estou esperando os resultados, e conforme for vou iniciar um tratamento se precisar.

O que significa pra você ser mãe?

Ah...eu acho que mãe é tudo. Pros meus filhos eu quero passar o que minha mãe passou pra mim. Sem dúvida é uma responsabilidade que a gente carrega, mas é uma coisa que a maioria quer ter. Eu penso muito nisso...

E o que aconteceu que você tá aqui na instituição hoje?

Eu tava na minha casa e meu cunhado emprestou a moto. Eu e meu marido fomos para casa de uma prima minha. Chegando lá, nós convidamos eles pra dar uma volta. Ela foi com o namorado em uma moto e eu fui em outra. Aí fomos no posto, fomos no mercado, hora que a gente tava chegando na casa dela a Polícia parou. Uma esquina antes eu e ela pegamos as motos pra dirigir. Aí a Polícia abordou e viu que era menor dirigindo. Aí a gente teve que ir lá pra 13ª. Eu e minha prima tivemos que responder na Justiça, por ser menor, né?

Mas eu nunca tinha tido esse tipo de problema, nunca tinha cumprido medida. Eu fiquei bem triste, sabe? Principalmente porque foi bem no dia do aniversário da minha mãe. Mas eu acho que se eu fiz errado eu tenho que reparar o meu erro. Minha mãe ficou muito nervosa, falou que foi muita irresponsabilidade minha ter feito isso. Falou que não era pro meu marido ter me dado a moto. Ela ficou bem nervosa, mas depois entendeu.

E você faz prestação de serviço?

Agora eu parei já. Eu tava fazendo um dia por semana, quatro horas, em uma escola. Aí eu ajudava as tias a lavar os pratos, enxugar a louça, varrer o pátio, lavar o banheiro, e foi bom...não tem do que reclamar.

E os estudos, você pretende continuar?

Depois que eu terminei o colegial eu fui ver pra fazer o magistério, mas já tinha completado as vagas. Aí a secretária falou que ia abrir vaga pra um nova turma depois de julho. Eu estou esperando.

O que você planeja pro futuro?

Eu tenho vontade de ter uma casa com meu marido, ter a nossa vida...porque a mãe é muito boa mas é melhor a gente ter a vida da gente, né? Sem ninguém pra atrapalhar ou pra ficar dando palpite. Eu quero trabalhar, ter um serviço bom, construir minha casa, ter filhos... Eu planejo bastante coisa pro futuro. Hoje eu fico mais em casa, dormindo, assistindo TV, cuidando do meu sobrinho...porque minha irmã tá estudando ainda. Ela vai pra escola cedo, aí eu que fico cuidando dele.

Eu adoro ficar cuidando dele, é uma boa criança....de vez em quando fica agitadinho, mas eu adoro ele. *Quantos anos sua irmã tem?* Ela tá com 16 anos e meu sobrinho com dez meses. Ela teve nenê bem nova também, tava com quinze anos quando engravidou. É meio de família engravidar com pouca idade. Minha mãe engravidou de mim com 17 anos, e quando eu tava aprendendo a andar, veio minha irmã.

Sobre si, Yvaine escreveu: “Eu sou uma pessoa com boas expectativas de vida, tive uma boa infância. Meus pais me ensinaram e deram o melhor deles pra mim, eu tenho muito orgulho deles e quero ensinar para meus filhos o que eles me ensinaram. Tenho um relacionamento bom com minha irmã, meus pais e meu marido. Para o meu futuro quero um bom emprego, continuar a estudar pra ter uma boa formação e ter minha própria casa, para construir e aumentar minha família”.

CAPÍTULO 3

VIOÊNCIA E JUVENTUDE: UM OLHAR PARA ALÉM DAS ESTATÍSTICAS

Trinta raios rodeiam um eixo mas é onde os raios não raíam que a roda roda. Casam-se as paredes e se encaixam portas mas é onde não há nada que se está em casa. Falam-se palavras e se apalavram falas mas é no silêncio que mora a linguagem.

(Lao Tsé)

O terceiro capítulo constitui-se em uma análise das entrevistas, tendo a violência como categoria central de estudo. A violência é percebida como elemento que atravessa as histórias, para além de sua dimensão mais visível – a prática do ato infracional. Articulam-se as discussões em torno de juventude e violência, esta entendida como violência estrutural, prática da violência e violência institucional.

3.1 A CONSTRUÇÃO DA JUVENTUDE

Neste estudo optamos por trabalhar com o conceito de juventude. Juventude e adolescência são termos comumente utilizados como sinônimos. Porém, têm significados diferentes. De acordo com Corti e Souza (2005), a Organização Mundial de Saúde (OMS) entende a adolescência como um *processo biológico*, que vai dos 10 aos 19 anos de idade. Já a juventude é considerada uma *categoria sociológica*, que vai dos 15 aos 24 anos. Ou seja, juventude e adolescência são diferentes não apenas em termos etários, mas em termos conceituais também, pois têm naturezas distintas.

A juventude costuma ser uma categoria social representada pelo vínculo entre indivíduos de uma mesma geração, que formam um segmento social específico, e a adolescência, um processo mais individual e subjetivo, ligado às transformações físicas e psíquicas dos indivíduos. Disto deriva a maior ênfase da Sociologia na categoria juventude e a maior preocupação da Psicologia com o período da adolescência. (CORTI;SOUZA, 2005, p. 12).

Segundo as autoras, outra definição usada pelos pesquisadores é a adolescência como uma primeira fase da juventude. É importante perceber que estes termos, ora utilizados como sinônimos ora como conceitos distintos, constituem-se em um campo aberto de significados, sujeito a variações temporais e

culturais, sendo, pois, uma construção social. De acordo com Corti e Souza (2005) é necessário perceber que juventude, ainda que possa ser considerada uma categoria social, contempla uma ampla gama de experiências. O conceito de juventude é múltiplo. Para Abramo e León (2005), a definição de juventude pode ser feita a partir de diferentes perspectivas, seja como faixa etária, geração, período de vida, categoria social etc. Para estes autores, a concepção sociológica clássica marca o fim da juventude a partir de cinco dimensões: terminar os estudos, sair da casa dos pais, tornar-se responsável por uma moradia, casar e ter filhos. Estas condições, claro, devem ser relativizadas, e não bastam para caracterizar a juventude.

Um jovem de uma zona rural não tem a mesma significação etária que um jovem da cidade, como tampouco os setores marginalizados e as classes de altos ingressos econômicos. Por esta razão, não se pode estabelecer um critério de idade universal que seja válido para todos os sectores e todas as épocas: a idade se transforma somente em um referente demográfico. (ABRAMO; LEÓN, 2005, p. 13).

Corti e Souza (2005) concordam com este ponto de vista. Para as autoras não há como falar de uma mesma experiência juvenil para um morador do sertão nordestino e um morador de um grande centro urbano, por exemplo. Vários fatores diferenciam internamente aqueles que abrigamos sob um mesmo termo – juventude: as condições de classe, gênero, ocupação profissional, escolarização, local de moradia, situação familiar, entre outros. Também se diferenciam a partir das expressões culturais, tribos urbanas, práticas e símbolos que compõem sua identidade.

Cada jovem, ainda que compartilhe um mesmo cotidiano, possui uma forma peculiar de ver e estar no mundo, uma forma marcada pelo peso das próprias experiências, das relações que estabelece e do contexto em que está inserido. Dayrell (2002) defende que o jovem deve ser visto justamente a partir desta diversidade/pluralidade, por isso devemos falar em juventudes, no plural. Para o autor, falar em juventudes é reconhecer o jovem como um sujeito social.

[...] entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem suas especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona [...]. É nesse

sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes. (DAYRELL, 2002, p. 24).

Dayrell (2002) reconhece que a juventude está envolta em uma série de estereótipos. Para o autor, uma das concepções mais arraigadas no imaginário social é a juventude como condição de transitoriedade. Ou seja, o jovem é entendido como alguém que ‘ainda não chegou a ser’. Suas ações no presente são apenas uma preparação para a vida adulta. Para o autor, esta é uma visão extremamente simplista e marcada por negatividade. Corti e Souza (2005, p.23) afirmam que: “Mesmo concordando haver um caráter de transitoriedade na experiência juvenil, como em todas as outras fases da vida, fica claro que ela não se limita à expectativa de um tempo futuro”.

Outra visão tradicional que se tem sobre a juventude é a idéia de uma fase de liberdade, prazer, hedonismo e irresponsabilidade, caracterizando-se como uma visão romântica. Por outro lado, há também arraigada a idéia de juventude como um momento de crise, dominado por conflitos e problemas. Essas perspectivas muitas vezes são interiorizadas e reproduzidas pelos próprios jovens, a exemplo de Coraline, que diz em certo momento da entrevista: “[...] *por causa de eu ser adolescente eu implico bastante*” (p. 75).

Rompendo com estas visões clássicas, os estudos contemporâneos sobre a juventude vêm enfatizar a multiplicidade de modos de ser jovem. De modo algum a juventude se reduz a uma simples passagem para a vida adulta. Corti e Souza (2005) defendem que os jovens estão em um momento de descoberta de si e do mundo, vivendo seu próprio tempo e construindo sentidos para a vida no presente. Neste trabalho, defendemos a ‘juventude’ como uma categoria aberta, em constante transformação. Reconhecemos a existência de diversas maneiras de viver este momento da vida. Concordamos com Dayrell (2002) ao falar em *juventudes*, no plural, referindo-se à diversidade de modos de ser jovem. Porém, como enfatiza Sposito (2003), politicamente, como categoria social, a juventude traz singularidades.

[...] políticas voltadas para os momentos do ciclo da vida – velhice, infância e juventude – sustentam-se no pressuposto de que cada um desses momentos encerra singularidades que demandam modos diversos de intervenção do Estado e de constituição de suas ações. (SPOSITO, 2003, p. 61).

Neste trabalho, grosso modo, refletimos sobre uma juventude marginalizada, periférica, distante dos centros hegemônicos de poder. Uma juventude marcada pelo estigma da infração da lei. Ao romper um importante contrato social, estes jovens passam a ocupar um lugar controlado. Controlado pelo poder institucional e controlado socialmente, porque cada jovem, de alguma forma, carrega essas marcas/estigmas, como veremos mais adiante. Para além das particularidades das experiências vividas, a juventude em pauta nesta pesquisa traz certas marcas comuns. A mais evidente delas: a violência.

A violência é reconhecida como elemento comum que perpassa as histórias de vida trabalhadas. A violência está presente de diferentes formas. Está presente como *violência estrutural* que incide sobre as jovens (através da pobreza, exclusão, pouca escolarização etc.), está presente como *prática* (através dos atos infracionais cometidos) e está presente como *violência institucional* (através da repressão institucional/policial e a dificuldade de traçar perspectivas sobre o futuro). É o que abordaremos nos próximos tópicos.

3.2 VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

Para Minayo (2002) a violência contra crianças e adolescentes é o ato de omissão dos pais, parentes, ou outras pessoas e instituições, capaz de causar danos físicos, sexuais e/ou psicológicos à vítima. Para a autora, implica, de um lado, “uma transgressão no poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos [...]”. (MINAYO, 2002, p. 95).

A violência, defende a autora, é um fenômeno de difícil apreensão, pela subjetividade, polissemia e controvérsia que carrega. É um fenômeno que está presente sob diferentes formas e expressões. De acordo com Minayo (2002, p. 99), “os diversos tipos de violência costumam se expressar de forma associada, conformando uma rede onde aquelas que expressam os conflitos do sistema social se articulam nos níveis interpessoais”.

Uma das formas de violência que a autora reconhece é a violência estrutural. A violência estrutural está relacionada às decisões histórico-econômicas e sociais. Para a autora:

Por ter um caráter de perenidade e se apresentar sem a intervenção imediata dos indivíduos, essa forma de violência aparece “naturalizada”, como se não houvesse nela as ações dos sujeitos. Entretanto, é necessário desvendá-la e a suas formas de reprodução por meio de instrumentos institucionais, de relacionamento e culturais. (MINAYO, 2002, p. 99).

A violência estrutural está ‘visível’ em nossa sociedade de várias formas. Minayo (2002) cita como exemplo a situação dos meninos e meninas de rua, o trabalho infantil e a condição de crianças e adolescentes institucionalizados. É possível dizer que esta forma de violência está no cerne da sociedade brasileira, desde a maneira como se estabeleceu a colonização no país. Hoje esta violência está refletida na ausência do Estado na garantia de políticas públicas para alguns setores sociais e na condição de não-cidadania que as populações marginalizadas (sobre)vivem. A democracia aparente em que estamos inseridos garante apenas a alguns a liberdade, igualdade e o gozo dos direitos. Assim, entende-se que a violência tem raízes também nas estruturas sociais, econômicas e políticas.

3.2.1 Pensando democracia e cidadania no Brasil

Sales (2004) em sua tese *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência* realiza uma profunda contextualização da violência e da cidadania em nossa sociedade. Começa resgatando um pouco da história de movimentos políticos e sociais de cunho liberal, tal como a Revolução Francesa, que fizeram surgir declarações em busca da cidadania, como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). Estes movimentos tiveram ampla influência nas constituições de vários países, inclusive na Constituição Brasileira de 1988. Porém, a autora destaca que muitas conquistas são de caráter formal, já que não se concretizam efetivamente no social. Ela ressalta que, apesar das normas legais, persistem na contemporaneidade problemas desde a garantia dos direitos individuais até necessidades sociais básicas, a citar o trabalho escravo, a prostituição, a prática da tortura, a violência policial, a fome entre outros problemas.

Neste contexto, Sales (2004) destaca que a história dos direitos é também uma história das classes sociais, de forças históricas em confronto. A autora destaca que no Brasil, país que não passou por uma revolução em torno dos direitos, diferentemente da Inglaterra, França e EUA, o processo de construção da cidadania e o aprendizado democrático é ainda mais lento. Nossa sociedade não conseguiu

fazer as rupturas necessárias para a garantia da cidadania e, por isso, prevalecem traços fortes de um passado oligárquico-escravista. Esta não é uma característica apenas brasileira, mas de boa parte dos países da América Latina, que viram a eclosão de golpes militares no século XX, o que prejudicou ainda mais o processo democrático.

Sales (2004) aponta que a violência aparece como um produto dessa *cidadania* escassa. E o tratamento aos adolescentes infratores reflete uma cultura violenta e punitiva, marcada pelo sentimento de vingança. Sobre a constituição dos direitos da juventude no Brasil, Sales aponta que até o início do século XX, o Estado relegou a atenção aos pauperizados e excluídos para a Igreja Católica, que colaborou para instituir as bases de uma pedagogia do medo, com claro enfoque punitivo e correccional. A visão recorrente à época era: “Jovens e adolescentes como idade perigosa e ingrata”.

O processo de industrialização, ou modernização conservadora, sob dominação burguesa, com marcas de um coronelismo sobrevivente, complexifica ainda mais este cenário. A autora destaca que há uma cultura da violência que atravessa nossa sociedade como um fio condutor invisível, criador de sentidos e práticas. Há o emprego da violência para a solução de conflitos, ou ainda, nas palavras da autora: “em lugar do antídoto, o veneno”. (SALES, 2004, p. 49).

O estudo aponta que em 500 anos o Direito teve pouca influência transformadora das condições sociais brasileiras. A maior parte das lutas foi conduzida por interesses particulares, e não contaram com a participação efetiva da população. Esta realidade está refletida hoje. A autora destaca que a partir dos anos 90 o cenário se torna ainda mais dramático, com a gigantesca concentração de renda, a vulnerabilização das famílias das classes trabalhadoras, a redução dos investimentos sociais e a ausência de políticas públicas integradas.

Realidade acirrada pela ascensão do neoliberalismo: “Às famílias brasileiras cabe mover-se entre uma dilacerada rede de proteção social e múltiplas e exaustivas estratégias de sobrevivência”. (SALES, 2004, p. 59). Esta é uma realidade paradoxal: um país tecnologicamente moderno que convive com uma situação de pobreza e miséria enorme, em que pequena parcela da população usufrui de seus direitos.

Em 1990 surge o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), lançando um novo olhar sobre a criança e o adolescente, não mais como sujeitos

incapazes/incompletos, mas como sujeitos de direitos. Porém, são muitas as resistências à implantação do ECA, as quais coincidem com processos políticos e econômicos que dificultam a consolidação de uma cidadania no país. O ECA surge em um cenário de contradições, sob a égide do neoliberalismo, e nas palavras de Sales (2004, p. 79): “O custo do passaporte para a globalização é, pois, o de aprofundar processos de desigualdade seculares, reatualizando a condição do Brasil de vanguarda do atraso”.

3.2.2 Direitos da Infância e Adolescência

Este tópico pretende aprofundar a discussão sobre a construção de direitos e políticas públicas para a infância e adolescência. Como foi destacado, nem sempre as crianças e os adolescentes foram compreendidos como sujeitos de direitos. Durante muitos séculos foram tratados pelo viés do assistencialismo e da repressão, de acordo com os autores pesquisados e citados no texto.

Faleiros (2004) busca compreender como as crianças e os adolescentes deixam de ser tratados como objeto para tornarem-se sujeitos. O autor conta que no Brasil Colônia as leis e ordens relativas às crianças vinham da metrópole portuguesa. É importante destacar que muitas crianças índias foram separadas de sua cultura pelos cristãos. Neste período a mortalidade infantil era muito alta entre as crianças escravizadas. Além disso, muitas crianças eram abandonadas, principalmente aquelas nascidas de relações entre os senhores e as escravas. O autor destaca o surgimento da chamada “Roda dos Expostos”, um cilindro giratório instalado na parede da Santa Casa para recolher crianças. A primeira roda foi criada na Bahia, em 1726.

Em meados do século XIX, vários asilos, casas correccionais e orfanatos são criados com intenção de recolher meninos e meninas que vagavam pelas ruas. O olhar repressor e assistencialista se alia ao olhar higienizador. Em 1927 essa lógica é sistematizada no Código de Menores. Segundo o autor, o Código de Menores tratava das questões de higiene para a infância, ao mesmo tempo em que estabelecia uma vigilância pública sobre as crianças. Para Giaqueto (2006, p.06):

[...] a situação de dependência desses “menores” ainda não era atribuída aos fatores estruturais, mas sim interpretada como uma consequência

natural da orfandade, ou vista como resultado da incompetência das famílias pobres de cuidarem dos seus filhos.

Na Era Vargas, com a implantação de um estado autoritário, legitima-se com ainda maior força o olhar repressivo/disciplinador e assistencialista sobre as crianças e os adolescentes. Alia-se a isso uma moral higienista de preservação da raça, eugenia e moralização do meio e da família.

Em 1941 o Estado cria o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), substituído em 1964 pela FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, no período militar. Segundo Giaqueto (2006) a FUNABEM herdou do SAM as péssimas condições de higiene, uma estrutura precária, um ensino deficiente e uma pedagogia repressiva, que incluía muitos castigos físicos. Foi a direção da FUNABEM que criou o sistema de internatos FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor). A política de bem-estar do menor, atrelada a um Estado autoritário e repressivo, não mudou a realidade das crianças e adolescentes brasileiros. Aliás, segundo Faleiros (2004) a ditadura militar acentuou a exclusão social no país.

Em 1979 foi criado um novo Código de Menores, baseado na doutrina da situação irregular. O Código trouxe poucas mudanças, já que mantinha a mesma lógica do anterior, de culpabilizar as famílias pela situação de pobreza em que viviam. É importante destacar que:

Da mesma forma que o Código substituído (o de 1927), o código de 1979 não foi uma lei de proteção genérica, isto é, dirigida a todos os adolescentes e crianças brasileiros; visava apenas àqueles que se encontravam nas situações descritas como irregulares: carentes, abandonados, inadaptados, e infratores (como os critérios que norteavam essas classificações eram subjetivos, isso implicava, obviamente, em discriminação). Os Juízes de Menores, responsáveis por decisões e encaminhamentos, eram investidos de um imenso poder, por vezes utilizado ideologicamente, para criminalizar e penalizar a miséria e a pobreza. (GIAQUETO, 2006, p.08).

A década de 80 foi marcada por intensas mobilizações sociais no sentido de garantir direitos e proteção às crianças e adolescentes. Em 1985 é fundado o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR). Neste contexto, em oposição à doutrina da situação irregular, surge a doutrina da proteção integral: uma nova forma de entender a infância e a adolescência. Finalmente as crianças e os adolescentes passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos. Esse novo paradigma vai ser sistematizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em julho de 1990.

Para Costa (2008) as principais mudanças trazidas pela doutrina da proteção integral são: todos os direitos das crianças e adolescentes são considerados como dever das gerações adultas (representadas não só pela família, mas também pela sociedade e pelo Estado); as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, cujo atendimento deve ser encarado como prioridade absoluta; além disso, são direitos universais, pois contemplam todas as crianças e adolescentes, sem exceção; e são direitos indivisíveis, pois não podem ser aplicados parcialmente.

A doutrina da proteção integral divide-se em quatro grandes linhas de atuação: políticas sociais básicas, políticas de assistência social, políticas de proteção especial e política de garantia de direitos.

De acordo com Giaqueto (2006) além de uma mudança profunda de conteúdo (de objeto a sujeitos de direitos), o ECA também trouxe importantes mudanças de gestão, entre elas a descentralização político-administrativa e a participação popular por meio de organizações representativas, atuantes na construção de políticas públicas e no controle social das ações do Estado. Porém, como alerta a autora, apesar da garantia legal, ainda há muito a ser feito para que as crianças e os adolescentes possam realmente usufruir de seus direitos. Ela destaca que não basta a existência de uma legislação, é preciso instalar um processo cultural.

Santos (2006, p.02) concorda: “Quando se trata de avaliar o ECA, parto do princípio de que por mais avançada e humanista que seja uma Lei ela, por si só, jamais poderá dar conta de transformar a realidade sócio-cultural de um país”. Neste mesmo sentido, Sposito (2003) alerta que questões culturais podem até mesmo ocasionar retrocessos nas garantias legais, a exemplo da pressão de alguns setores pela redução da maioridade penal. Outro exemplo de retrocesso que podemos citar foi a recente extinção da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, no Paraná.

No que se refere aos adolescentes autores de atos infracionais, Santos (2006) destaca que as unidades socioeducativas previstas pelo Estatuto não foram construídas e a semiliberdade e os programas de liberdade assistida, em sua grande maioria, não funcionam como deveriam. Apesar da doutrina da proteção integral, muitas instituições continuam a funcionar pelo viés disciplinador/repressivo. Muitas mudanças ainda se fazem necessárias na realidade brasileira, e como alerta Santos (2006, p.18): “É imprescindível, ainda, que a reestruturação do sistema de

atendimento ao jovem autor de infração esteja efetivamente articulada às políticas públicas que devem assegurar as condições básicas de cidadania”.

Por fim, é importante destacar que se reconhecemos a juventude a partir da pluralidade e da diferença é imprescindível que também as políticas públicas sejam múltiplas e contemplem essa diversidade. Mais que isso, como alerta Sposito (2003), é preciso questionar em que medida os jovens têm participado diretamente da formulação destas políticas públicas, ou ainda, se existem constituídos “espaços para sua autonomia enquanto atores coletivos da sociedade”. (SPOSITO, 2003, p. 64).

3.2.3 Pobreza e exclusão social

A pobreza representa uma vulnerabilidade social que acarreta outras formas de vulnerabilidade, entre elas: a exclusão social, a fome, a saúde precária, e muitos outros efeitos. A pobreza é, sem dúvida, uma das expressões mais intensas da violência estrutural, pois é reflexo de um histórico de desigualdades sociais, ligadas diretamente às decisões político-econômicas de cada país.

O último relatório do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), *Situação da Adolescência Brasileira 2011*, traz a público amplo levantamento sobre a realidade dos adolescentes no país. O relatório apresenta, entre várias vulnerabilidades a que os adolescentes estão expostos, dados sobre pobreza, escolaridade, exploração do trabalho, assassinato, gravidez na adolescência, exploração sexual, uso de drogas, DST/AIDS, etc.

A partir de dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o relatório do UNICEF aponta que existem no Brasil 16 milhões de pessoas que vivem com renda mensal per capita de até R\$70, essa é a linha da extrema pobreza definida pelo governo federal. **O relatório aponta que 38% dos adolescentes brasileiros encontram-se em condições de pobreza.** 7,9 milhões de meninos e meninas, entre 12 e 17 anos, vivem em famílias com renda inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita. Destes, 3,7 milhões vivem em famílias extremamente pobres, ou seja, que sobrevivem com até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo por mês. O relatório ainda mostra que quatro em cada dez brasileiros que vivem na miséria têm até 14 anos de idade. Os dados apontados revelam uma realidade que está refletida nas

histórias de vida das jovens, em especial nas experiências de Alice, Sofia, Flora e Coraline. Em várias passagens as entrevistadas enfatizam a questão da pobreza:

“[...] sobrevivendo como a gente podia.” (Alice, p. 51).

“Aí a gente dormia em umas ripas. Foi difícil, a gente passava fome, sofria bastante.” (Alice, p. 51).

“[...] não ganhava muito, mas o suficiente pra dar de comer pra gente...nós nunca tivemos tudo de bom, nossas roupas eram de doação, sabe?” (Alice, p. 51).

“Desde criança eu sempre entendi que não é questão de querer dar as coisas ou não, é questão de poder mesmo, de ter condições para isso.” (Sofia, p. 61).

“[...] meus pais são pessoas bem simples. Nunca foram ricos. Antes a gente passava fome, mas agora já não passa mais.” (Flora, p. 67).

“Comida eu conseguia com os vizinhos. Eu meio que me criei assim.” (Coraline, p.76).

As histórias mostram que a pobreza está associada a várias vulnerabilidades. É importante destacar como ela se relaciona à exclusão social. Sales (2004) aponta que a cidadania hoje está diretamente atrelada ao consumo e ao mercado, já que vivemos em uma sociedade regulada pela lógica do neoliberalismo. A autora aponta que o não-consumo resulta em exclusão e negação da própria cidadania. Esse jogo sutil que constitui a teia da sociedade de consumo está também refletido nas entrevistas. Em certo momento, Flora diz: *“[...] pra mim era mil maravilhas, eu tava ganhando dinheiro”* (p.69), referindo-se às viagens que fez transportando drogas. Para Sales (2004) a cobrança neoliberal por consumo é um estímulo ao ato violento, principalmente para os jovens em situação de vulnerabilidade social.

Neste sentido vale destacar o posicionamento de Demo (2008) a respeito da pobreza. Segundo o autor, quando se fala em pobreza logo se pensa em carência material expressa quantitativamente. Porém, para ele, ser pobre não é apenas não ter certas coisas. A pobreza vai além dos dados mensuráveis. Para Demo (2008, s/n):

É principalmente ser destituído de ter e, em especial, de ser, um tipo de exclusão que tem em sua origem não só em carências materiais, mas mormente em imposições mobilizadas por processos de concentração de bens e poder por parte de minorias. Mera carência não gera pobreza necessariamente. Por exemplo, falta de chuva em certas regiões gera problemas de acesso à água, mas, sendo esta falta comum a todos os habitantes, não origina, por si só, pobres. Pobreza é carência politizada, no

sentido de a carência servir para o favorecimento de alguns em detrimento de muitos.

Demo (2008) destaca a necessidade de um olhar diferente sobre a pobreza. Para o autor, as estatísticas centram-se na chamada “pobreza absoluta”. Ou seja, comparam o pobre consigo mesmo, evitando discutir as relações entre ricos e pobres. “Pobreza não é situação isolada e isolável, que diria respeito apenas aos pobres, mas questão social que reflete a própria dinâmica socioeconômica e política da sociedade”. (DEMO, 2008, s/n). Não ver a pobreza de maneira relacional é, para o sociólogo, o principal entrave para que existam mudanças estruturais efetivas na sociedade brasileira. Nesta perspectiva, Demo (2008) propõe que os estudos enfatizem também o que ele chama *pobreza política*. Sugere assim que a carência de cidadania é possivelmente a dimensão mais grave da pobreza.

3.2.4 Escolarização

O relatório do UNICEF aponta que desde a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente o Brasil fez importantes avanços rumo à universalização do ensino fundamental. O ECA assegura no Artigo 53: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]”. O Artigo 54 complementa afirmando o dever do Estado em assegurar esse direito.

Segundo o UNICEF, 97,9% das crianças e adolescentes de 07 a 14 anos foram matriculadas no ensino fundamental em 2009. Porém, é preciso reconhecer que o acesso não garante a permanência. Por uma série de fatores, desde a má alimentação à falta de estrutura e transporte, muitos alunos acabam abandonando a escola. Dos meninos e meninas entre 15 e 17 anos, o relatório aponta que 85,2% estavam matriculados em 2009. No entanto, apenas pouco mais da metade estava no nível adequado para sua idade – o ensino médio. Além disso, 1,4 milhão estava fora das salas de aula.

É importante reconhecer que o abandono também está ligado a uma trajetória de repetências. Os dados mostram que dos 2,3 milhões de alunos concluintes do ensino fundamental em 2009, mais de 47% tinham entre 15 e 17 anos, ou seja, estavam atrasados em seus estudos. Esta é a realidade de Coraline (p.77): “*Eu tenho 14 anos já e estou na quinta série ainda [...]. É complicado porque*

eu entro na sala e só tem menininha [...]. Eu só reprovado, reprovado, ou paro no meio do ano". Outras falas também revelam as dificuldades enfrentadas pelas jovens no processo de escolarização:

"[...] no ano retrasado eu parei de estudar. Parei porque eu ficava mais na esquina, conversando, que propriamente dentro da escola. Aí aconteceu que minhas amigas passaram, e eu fiquei." (Alice, p. 54).

"Eu parei de estudar na sexta série. Parei porque engravidei da minha menina, aí não teve mais como estudar." (Isabel, p. 79).

Através das histórias é possível notar que para além das dificuldades estruturais há também outro fator: a 'distância' entre alunos e escola. Nas palavras de Dayrell (2003, p. 185) esta é uma realidade preocupante, pois "a escola está distante da juventude, não responde as suas demandas e necessidades, deixando de cumprir uma das suas funções centrais, que é o diálogo entre as gerações". O autor enfatiza que o problema da escolaridade não se reduz ao acesso à escola, mas também diz respeito à qualidade do ensino. Não há como pensar a inclusão descolada da qualidade educacional.

Dayrell (2003) acredita que os projetos político-pedagógicos ainda dominantes não acompanham a mudança de perfil dos alunos, por isso não dão conta dos desafios postos pela juventude contemporânea. Para ele, a juventude hoje demanda uma flexibilidade que não é acompanhada pelo sistema educacional, já que não reconhece a diversidade sociocultural dos alunos.

Ainda predomina uma estrutura rígida, com tempos e espaços segmentados, e uma grade curricular estanque, na qual o conhecimento, materializado nos programas e livros didáticos, se torna "objeto", coisa a ser transmitida. Nessa perspectiva, educar se reduz a transmitir esse conhecimento acumulado. Aprender não será nada além de assimilar esse conhecimento. (DAYRELL, 2003, p. 185).

O pesquisador destaca que um dos problemas da educação no Brasil é a intensa rotatividade de professores, devido às más condições de contratação, o que dificulta o desenvolvimento de projetos a médio e longo prazo. Além disso, para Dayrell (2003) predomina institucionalmente uma visão negativa sobre a juventude. A escola pouco conhece os jovens, suas atividades, suas visões de mundo. Assim fica difícil estabelecer um diálogo entre professores e alunos, o que leva à desmotivação/desinteresse. Para o autor, mais que mudanças estruturais é preciso

também olhar a educação de uma outra forma, não apenas como instrução, verticalizada, mas como um processo de formação humana que deve oferecer ao aluno descobertas e a possibilidade de desenvolver seu potencial.

Esse diálogo necessário é o que Freire (2002) chama, em *Pedagogia da Autonomia*, de respeitar a leitura de mundo do educando. Para Freire (2002, p. 46): “O desrespeito à leitura de mundo do educando revela o gosto elitista, portanto antidemocrático, do educador que, desta forma, não escutando o educando, com ele não fala. Nele deposita seus comunicados”.

A partir destes autores é possível perceber que há uma série de lacunas neste diálogo entre juventude e educação. Essa distância é ainda maior quando se pensa o ensino superior. As entrevistas apontam o ensino superior como uma realidade distante na concepção das jovens:

“[...] eu queria sim fazer uma faculdade, mas é tudo muito caro. Esse negócio de bolsa, por exemplo, tem que concorrer com muitas pessoas. Aí fica difícil né...”. (Alice, p. 58).

3.2.5 Uso de drogas

Com relação ao uso de drogas pelos jovens, existem diferentes abordagens possíveis. A medicina, a psicologia, as ciências sociais e diversos outros campos lançam olhares para o tema. Segundo Abramovay (2010), os estudos realizados na década de 80 entendiam o uso de drogas a partir da perspectiva de fuga dos problemas e incapacidade para resolver conflitos. Hoje o debate se orienta para a questão da subjetividade dos jovens. Os estudos contemporâneos enfatizam que o uso abusivo de drogas é um problema multifatorial. “Isso significa que o uso de drogas deve ser contextualizado para não incorrer em discursos preconceituosos e deterministas”. (ABRAMOVAY, 2010, p. 149).

Carlini-Marlatt (2003) fala de três posturas básicas nas discussões sobre uso de drogas entre os jovens. A primeira é de imobilismo e resignação diante do problema. A segunda postura é a que acredita na educação como caminho/saída. A terceira diz respeito à chamada redução de danos, postura adotada pela autora. A redução de danos procura mostrar que o uso de drogas é um fato social e histórico. Essa concepção “evita advogar a erradicação das drogas [...] e não compactua com a punição e discriminação daqueles que já tiveram contato com drogas ou mesmo

daqueles que as consomem regularmente”. (CARLINI-MARLATT, 2003, p. 192). A redução de danos foca na minimização do uso das drogas e dos problemas advindos desta prática. Uma das principais características da redução de danos é a crítica a rotulações e à patologização do envolvimento de jovens com drogas.

Minayo e Deslandes (1998) consideram que há muita mistificação em torno da questão das drogas. As autoras constroem a pesquisa a partir de alguns importantes pressupostos, entre eles: há diferença entre dependência e uso recreacional/ocasional; é um erro apontar o usuário como dependente potencial e há diferença entre os vários tipos de drogas e os danos que provocam. Para elas é necessário compreender o uso de drogas como um fenômeno histórico-cultural com implicações médicas, políticas, religiosas e econômicas.

Minayo e Deslandes (1998) reconhecem o uso abusivo de drogas pelos jovens como uma prática complexa, que envolve desde o contexto social, a dinâmica da comunidade e as normas culturais historicamente constituídas, fatores de personalidade e individualidade, entre outros. Assumir uma postura unicausal é, para elas, legitimar a criação de instituições inócuas, sem uma lógica compreensiva e sistêmica sobre o tema das drogas. Para Schenker e Minayo (2005, p.709) “o que está em questão não é a droga em si, e sim, a relação que o indivíduo estabelece com ela, que, por sua vez, influencia e é influenciada fortemente pelo universo de interações”. Para elas:

O uso de drogas é uma questão complexa que perpassa inúmeros subsistemas da vida individual e social. As representações sociais que levam à adesão ou à condenação dependem do contexto sociocultural. Os constrangimentos impostos numa determinada cultura são diversos em outras. Então, é necessário compreender os códigos do contexto e a rede de significados que envolvem a sociedade em geral, os grupos específicos dentro de determinado tempo histórico. Muitos estudos têm mostrado como a atribuição de valor positivo ou proscritivo dependem de configurações geográficas e históricas. (SCHENKER;MINAYO, 2005, p. 715).

Schenker e Minayo (2005) apontam que os fatores de proteção e também de risco com relação às drogas encontram-se nos mesmos âmbitos: meio familiar (relações familiares e atitudes parentais), escola (clima seguro/inseguro), amigos (envolvimento ou não com drogas), sociedade (tendências econômicas, falta de emprego, problemas estruturais), comunidade (organização/desorganização, facilidade de acesso a drogas) e indivíduo (atitudes e predisposições). Quando a

facilidade da oferta conflui com a desorganização social e com outros elementos predisponentes no âmbito familiar e institucional, há aí uma “sintonia de fatores”.

As autoras destacam o âmbito familiar como célula principal do processo de socialização das crianças e adolescentes. Sendo assim, relações familiares saudáveis são apontadas como importante forma de proteção. Estudos evidenciam que entre os fatores familiares que podem contribuir para o uso abusivo de drogas por parte dos jovens estão: ausência de vínculos entre pais e filhos, práticas disciplinares coercitivas, excessiva permissividade, conflitos familiares, entre outros. Lembrando, claro, que a dependência química não é resultado de um único e decisivo fator, mas de uma interação entre diferentes elementos.

No âmbito escolar, as autoras entendem que:

[...] a escola é o espaço privilegiado dos encontros e interações entre jovens. No entanto, mesmo no âmbito educacional, existem fatores específicos que predispõem os adolescentes ao uso de drogas, como por exemplo, a falta de motivação para os estudos, o absenteísmo e o mau desempenho escolar (Kandel *et al.*, 1978); a insuficiência no aproveitamento e a falta de compromisso com o sentido da educação; a intensa vontade de ser independente, combinada com o pouco interesse de investir na realização pessoal (Friedman, 1989); a busca de novidade a qualquer preço e a baixa oposição a situações perigosas; a rebeldia constante associada à dependência a recompensas (Swadi, 1999). (SCHENKER; MINAYO, 2005, p. 710).

Se o uso de drogas é um fenômeno complexo, ainda mais complexo é o vínculo que se pode traçar entre o consumo de drogas, álcool e violência. As drogas, tanto as lícitas quanto as ilícitas, causam nos indivíduos mudanças bio-psico-sociais. Alguns estudos apontam que o uso de álcool pode ser responsável pelo aumento da agressividade. Apesar de evidências empíricas, há muita incerteza quanto às explicações dos efeitos do uso de drogas em relação a eventos violentos, como apontam Minayo e Deslandes (1998). Porém, é certo que a dependência de álcool e drogas tem influência destrutiva no funcionamento familiar. Isto está refletido nas histórias de vida trabalhadas nesta pesquisa. Alice fala da ameaça representada pelo vício: *“E o marido da minha mãe era bêbado, sabe? Ele queria trocar nossa casa por bebida”* (p. 51). Referindo-se ao irmão menor, ela diz: *“Não quero que ele fique viciado. Eu já vi isso acontecer com vários amigos...se perderem por causa de drogas e essas coisas”* (p. 57). Coraline evidencia a desestruturação familiar devido ao álcool: *“Da minha infância, o que eu lembro é que minha mãe não vivia muito*

bem com meu pai. Ele tinha umas cinco mulheres, e por causa disso minha mãe começou a beber. Eu ficava na rua, sabe? Aí eu comecei a aprontar [...]” (p. 73).

Em alguns depoimentos a violência é apontada pelas entrevistadas como uma consequência da dependência química. Alice diz: *“Mas tem uma amiga minha, lá do Boa Vista...ela vive apanhando do marido. Ele já errou parece que dois ou três tiros nela...é porque ele fuma, sabe?”* (p. 58). Sofia, por sua vez, relata em detalhes as mudanças vividas pelo namorado devido ao uso de crack: *“Ele começou a usar crack e desandou, sabe? Largou tudo...a família, tudo, tudo, por causa de crack”* (p. 61). Sofia relata as mudanças de físicas e psicológicas vividas pelo namorado. Em sua fala, a violência também aparece como uma consequência do vício: *“Ele foi preso por porte de arma e assalto. Ele já tava na etapa de assaltar pra conseguir dinheiro pra comprar droga”* (p. 61); *“[...] eu nunca vi ele ser violento com ninguém, e nesse dia ele ergueu a mão pra mãe dele [...] De vez em quando eu tinha medo...quando ele tava desse jeito”* (p. 61/62). A fala de Sofia também revela desesperança: *“Mas uma vez que usa, né?”* (p. 63).

Ao discutir os vínculos entre drogas e juventude é preciso também colocar em pauta o tema tráfico de drogas. Minayo e Deslandes (1998, p. 38/39) mostram que o crime organizado se institucionalizou no Brasil a partir da década de 80, “espalhando o medo, aumentando as estatísticas de homicídio, e tornando-se uma verdadeira resposta social, como mercado de trabalho, sobretudo para os jovens pobres das periferias e favelas”. As autoras alertam que diante da dificuldade de empregos formais, o tráfico acaba sendo uma saída encontrada pelos jovens para saciar seus sonhos de consumo e também para obter reconhecimento social.

Desta forma, ao mesmo tempo em que a situação de violência e drogas reflete a questão do *status* legal das substâncias, reflete também as chances e oportunidades que a economia formal deixa de oferecer, circunstância sob a qual o mercado das drogas floresce. Por outro lado, o mercado formal apenas aparentemente não compartilha do comércio ilegal de drogas, pois é de domínio público o envolvimento, em redes nacionais e internacionais, de instituições políticas, financeiras e empresariais com o capital gerado e em circulação proveniente dessa peculiar fonte de riqueza. O comércio ilegal também está muitas vezes ligado ao tráfico de armas, misturando-se constantemente a negócios oficiais de importação e exportação. (MINAYO; DESLANDES, 1998, p. 39).

Essa realidade discutida pelas autoras está na história de Flora, detida em Foz do Iguaçu com drogas e armas. A jovem conta que foi a irmã quem a conduziu

para dentro da rede do tráfico. Ela ressalta que recebia dois, três mil reais por viagem que fazia. Mas para quem é viciado todo o dinheiro recebido acaba voltando para a rede do tráfico: *“Eu já usei um pouco de tudo. Mas agora não uso mais. Nem cigarro eu fumo. Antes de eu fazer viagem, eu usava droga. Daí quando eu comecei a viajar, parei de usar, porque se não todo o dinheiro que eu ganhava ia ficar nisso”* (p. 73). A partir desta fala é possível reconhecer o tráfico como uma rede que se retro-alimenta.

3.2.6 Estrutura Familiar

Schenker e Minayo (2004, p. 657) defendem que “a linguagem familiar imprime a sintaxe, a semântica e a pragmática de como se relacionar, interagir e se comportar no seio da cultura”. Ou seja, a família é uma célula de socialização que imprime referenciais e visões de mundo que constituem a subjetividade dos indivíduos. As histórias trabalhadas nesta pesquisa revelam uma série de problemas familiares: o abandono paterno, no caso de Alice¹⁷ e Isabel; abandono materno, no caso de Coraline; a morte dos irmãos (tidos como referenciais) e a prisão da mãe e da irmã, no caso de Flora; além dos relatos de experiências de violência familiar e conjugal, física e psicológica, em várias histórias.

Assis (2002) acredita que o convívio em meio à violência traz mudanças significativas no potencial relacional e ontológico da criança. Para a autora, convivendo em um ambiente atravessado pela violência “o binômio proteção e segurança, é substituído pelo da instabilidade e vulnerabilidade”. (ASSIS, 2002, p. 115). A violência transtorna e transforma os rumos infantis e, em muitos casos, a violência familiar é apenas mais uma peça dentro de uma multiplicidade de violências vivenciadas pelas crianças e pelos adolescentes. Assis (2002) evidencia que a violência, para além de seu caráter objetivo/concreto, tem potencial subjetivo, que diz respeito ao modo como cada indivíduo processa/compreende/reage a ela. A autora exemplifica:

¹⁷ No caso de Alice, o abandono paterno coloca em evidência as estruturas hierárquicas de gênero enraizadas por uma sociedade fundamentalmente patriarcal. A jovem aponta como motivo para o abandono o fato de que o pai *“[...] sempre quis piá, nunca quis menina”* (p. 53).

Estudo com jovens infratores e seus irmãos não-infratores (Assis, 1999) mostra que embora eles vivam em um ambiente com múltiplos fatores de risco para a violência, a forma de compreender os eventos é muito distinta, influenciada pelo modo como vivenciam as situações violentas, pelos distintos atributos de personalidade e pelo tipo de relação estabelecida da criança com os responsáveis [...]. Além da forma como os jovens captam, significam e elaboram seus traumas, outra questão de fundamental importância para se compreender como a criança sobrevive à violência depende de sua relação com os pais (cuidadores). Essa ligação é um importante fator de risco, quando esses falham em prover segurança e laços afetivos constantes e estáveis, sobretudo para a criança pequena. (ASSIS, 2002, p. 118/119).

Alguns relatos da pesquisa também colocam em evidência a questão da violência conjugal, em especial Sofia, que descreve a violência entre os pais: “*Ela partia na porrada com ele, sabe? [...] Mas aí um dia ela se cansou de tudo isso, dessa violência*” (p. 60). Lamoglia e Minayo (2009) afirmam que a violência conjugal é um fenômeno que se expressa de várias formas, seja através de abuso psicológico, maus tratos físicos, abuso sexual, entre outras. De acordo com as autoras: “A violência conjugal ocorre com casais de todas as classes sociais, raças, idades, etnias e orientação sexual e, embora os motivos sejam os mais variados possíveis, sua raiz é o poder patriarcal” (LAMOGLIA;MINAYO, 2009, p. 597).

O poder patriarcal, para elas, promove a desigualdade de gênero e a dominação do homem nas relações. Apesar das mulheres também serem agressoras, Lamoglia e Minayo (2009) enfatizam que os casos de violência de homens contra mulheres costumam apresentar maior crueldade e gravidade. O convívio em meio à violência imprime marcas nas histórias de vida das crianças e adolescentes, tendo conseqüências no desenvolvimento e nos processos de socialização vivenciados nesta etapa da vida e nas posteriores.

Outro importante dado no que se refere à estrutura familiar é o fato de que é cada vez maior o número de adolescentes chefes de família. De acordo com o relatório UNICEF, esta é uma realidade em 132 mil domicílios brasileiros, onde meninos e meninas de 10 a 14 anos são os principais responsáveis pela casa (dados do Censo 2010, IBGE). Outros 661 mil domicílios são chefiados por adolescentes entre 15 e 19 anos. De acordo com o relatório, este número mais que dobrou em relação ao Censo anterior, realizado no ano 2000. Neste contexto, é importante enfatizar a questão da gravidez na adolescência.

A questão da gravidez na adolescência é controversa, mesmo entre aqueles que pesquisam juventude, pois é uma discussão permeada por uma série de

discursos, em especial o discurso médico, o psicológico e o sociológico. Para Castro, Abramovay e Silva (2004) há duas principais perspectivas interpretativas: olhar a gravidez na adolescência como um problema que exige políticas públicas ou, como defendem as autoras, olhar a gravidez a partir do reconhecimento das diversidades de sentidos e de experiências, das diferenças das trajetórias de vida, evitando generalizações e buscando perceber os códigos simbólicos implícitos, “inclusive de valores contraditórios – como, por exemplo, dispor de mais informações sobre reprodução e não recorrer a métodos de prevenção, assumindo o risco”. (CASTRO;ABRAMOVAY;SILVA, 2004, p. 129).

As autoras enfatizam a necessidade de um debate crítico e profundo sobre gênero, classe, valores culturais e significados diversos que a gravidez pode assumir no imaginário juvenil. Para elas, evidenciar o caráter de problema e relacionar a gravidez na adolescência a “indesejada”/ “não planejada” é passar por cima de todos os significados simbólicos que a gravidez e a maternidade/paternidade podem assumir para os jovens.

Importante frisar que a literatura crítica [...] não necessariamente descarta o caráter de problemático que, possivelmente, assume um grande número de gravidezes ocorridas entre jovens, e sua influencia e possibilidade de reprodução de relações de gênero tradicionais, assim como jogo em uma trama de vulnerabilidades sociais. O que se frisa é o cuidado com análises funcionalistas, dicotomias e associações empobrecedoras da complexidade compreensiva sobre o tema e seus múltiplos significados, inclusive de poder, mesmo que, em muitos casos, ilusórios para os jovens [...]. (CASTRO;ABRAMOVAY;SILVA, 2004, p. 135).

A partir da perspectiva sociológica crítica coloca-se em pauta a necessidade de pensar a gravidez na adolescência não mais a partir de posições maniqueístas (bom/mau, certo/errado), mas sim a partir de uma contextualização, que é necessariamente histórica, social e política. É preciso compreender que ser mãe, para muitas jovens, é uma das poucas formas que elas possuem para se colocar no mundo como um sujeito social. A maternidade é, em muitos casos, símbolo de poder e respeito. Neste sentido, é importante pensar as idealizações que “ser mãe” pode assumir no imaginário social. A idéia da maternidade como parte da “essência” feminina está refletida na fala de Yvaine, quando ela diz: “Ah...eu acho que ser mãe é tudo” (p. 86). Isabel também expressa idealizações sobre a maternidade, mas enfatiza as dificuldades e as mudanças conseqüentes: “Engravidar era algo que eu queria muito. Eu me sentia preparada. Era loucura, mas eu queria. Mas agora,

depois de ter ela, eu vejo que não era hora...e agora, grávida de novo, também vejo que não era a hora” (p. 79).

Castro, Abramovay e Silva (2004) falam da pertinência de compreender que a gravidez pode ser uma decisão dos jovens pela maternidade e pela paternidade. Porém, o discurso que se reproduz está permeado por estereótipos. Segundo as autoras, existe entre alunos, pais e professores um discurso culpabilizante dos jovens, considerando a gravidez na adolescência como irresponsabilidade. Este discurso acaba por reproduzir uma idéia essencialista de juventude, que tem como características “naturais” a pressa, a imaturidade etc. Junto a esta visão também se alia a tese da falta de informação sobre sexualidade por parte dos jovens, algo questionado pela literatura especializada.

Castro, Abramovay e Silva (2004) evidenciam, em pesquisa realizada no contexto escolar, que a responsabilidade pela gravidez recai majoritariamente sobre as meninas. Outro dado que a investigação aponta é que são as meninas que mais defendem que *ter um filho é uma felicidade*, reafirmando a idéia de maternidade como uma “benção para a mulher”, nas palavras das autoras. O estudo ainda explicita que tanto os homens quanto as mulheres compartilham o princípio de que *ter um filho é uma obrigação*. As pesquisadoras identificam a vigência de posturas preconceituosas com relação às mães adolescentes. Esses preconceitos são trazidos à tona na história de vida de Isabel:

“O dia que eu fui pro hospital, com hemorragia, eu falei pro médico que já tinha uma filha, e ele me perguntou se era minha mãe que cuidava[...]. Eu senti bastante preconceito do médico falar assim comigo, mas não só dele, sabe? Bastante gente tem preconceito com isso...por causa da idade, acha que a gente não vai cuidar. Eu acho que nem todas as meninas são assim” (p. 80).

Heilborn (2006) defende que ao se debater a gravidez na adolescência é necessário reconhecer e desconstruir uma série de discursos arraigados no imaginário social. Além disso, para a autora, é preciso perceber as relações de poder que permeiam o debate e analisar o processo de construção social do tema. O discurso hegemônico médico define a gravidez na adolescência como um problema, um risco à saúde, porém, segundo a autora, em diversos países foi demonstrado que os riscos estão mais relacionados a características sociais que à idade. O discurso da Psicologia, por sua vez, pende muitas vezes ao debate moral, segundo Heilborn (2006). Para ela, que parte de uma perspectiva sócio-

antropológica, é preciso desconstruir o “problema”: apresentar as condições sociais e históricas de sua emergência e enfatizar que a generalidade com que o debate é feito escamoteia realidades distintas. Para ela, a hegemonia de certos discursos

[...] remete para a gramática das relações entre grupos e atores sociais que desfrutam de posições que lhes permitem definir o que é adequado e moralmente aceitável e entre aqueles que dispõem de condições menos favoráveis para sustentar seus pontos de vista ou escolhas. Esse fenômeno só pode ser analisado considerando-se a distribuição desigual de poder entre as diversas leituras dos sistemas realizadas por diferentes grupos. Tais leituras, divergentes pela posição dos grupos, estabelecem fronteiras cuja transgressão cria o comportamento desviante. (HEILBORN, 2006, p. 31/32).

Brandão (2006) também critica o conteúdo normativo do discurso médico. E acrescenta: “Tal enfoque abriga uma visão negativa do exercício da sexualidade na adolescência, que é então estreitamente associada à função reprodutora”. (BRANDÃO, 2006, p. 69).

É importante, como destaca Heilborn (2006), que não se trata de negar que jovens que engravidam precocemente suscitam preocupações, em especial no que diz respeito ao desenvolvimento da trajetória de vida e as possíveis consequências da gravidez. No entanto, o que a autora enfatiza, é que o fato não pode ser previamente enquadrado em concepções generalizantes, em muitos casos dramatizado ao extremo.

Concordamos com esta forma de pensar a questão, reconhecendo a diversidade das trajetórias e os porquês de determinadas escolhas. Isto está refletido na história de duas das jovens participantes da pesquisa que, apesar da pouca idade, desejam/desejaram a maternidade. Porém, o discurso hegemônico as vê como vítimas e não como sujeitos capazes de fazer escolhas e tomar decisões. Brandão (2006) coloca que a gravidez na adolescência está diretamente relacionada aos símbolos e significados atribuídos socialmente à sexualidade, maternidade/paternidade, identidade de gênero e relações sociais e culturais, estas bem expressas na fala de Yvaine: “*É meio de família engravidar com pouca idade. Minha mãe engravidou de mim com 17 anos [...]*” (p. 87).

Como já foi discutido anteriormente, a idade é muitas vezes apenas um referencial cronológico, que não reflete as experiências das trajetórias, as escolhas e a subjetividade de cada jovem. Certas falas revelam a maturidade das jovens

entrevistadas para lidar com situações difíceis, tal como a carência material. Destacamos aqui duas delas:

“Desde criança eu sempre entendi que não é questão de querer dar as coisas ou não, é questão de poder mesmo, de ter condições para isso”. (Sofia, p. 61).

“[...] eles fazem feijão, arroz e carne na hora do almoço....eles comem e o que sobra eles não guardam pra janta, entende? Eles pegam e jogam fora, porque eles não conseguem ver isso...que não é sempre que a gente vai ter aquela comida pra comer”. (Flora, p. 68).

3.3 DA VIOLÊNCIA VIVIDA À PRÁTICA DA VIOLÊNCIA

No tópico anterior discutimos a violência estrutural, que está refletida sob diversas formas nas experiências e trajetórias de vida das jovens. Cada jovem, a partir de sua subjetividade, elabora essas vivências de maneira peculiar. Porém, acreditamos, a violência estrutural vivida está relacionada à prática do ato infracional. Neste tópico discutiremos as relações entre juventude e violência, violência e gênero.

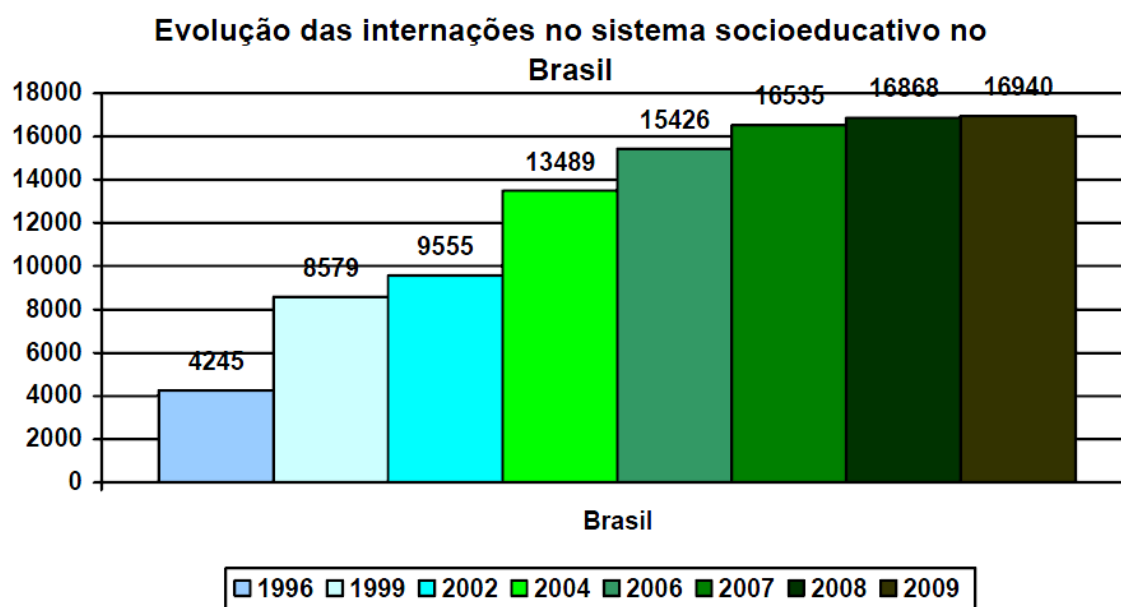
3.3.1 Juventude e Violência

Vivemos em uma sociedade violenta, estatisticamente, socialmente e simbolicamente. Essa violência se expressa de várias formas na contemporaneidade. O relatório UNICEF aponta que, ao contrário da maioria dos outros países, no Brasil os homicídios superam os acidentes de trânsito como principal causa de mortalidade na adolescência. O relatório aponta que, em média, a cada dia, 11 adolescentes (de ambos os sexos) são assassinados no Brasil. Pode-se dizer que as principais vítimas da violência brasileira são os jovens, do sexo masculino, moradores das periferias. Minayo (2009) mostra que, durante os últimos 25 anos, cerca de 70% dos homicídios foram de adolescentes e homens jovens, em sua maioria pobres, com baixa escolaridade e vivendo nas periferias das regiões metropolitanas das grandes cidades. O segmento de 15 a 19 anos é o que teve maior crescimento (33, 8%) quando comparado às médias das taxas de homicídio em outros períodos.

A região sudeste é a que concentra os maiores números. Na região sul, observa-se, segundo a autora, um persistente crescimento dos homicídios a partir do ano 2000. Minayo (2009) acrescenta que é impossível falar em homicídio no Brasil sem pensar na disseminação das armas de fogo pelo território nacional. As estatísticas sugerem que 60% dos homicídios ocorridos em áreas urbanas brasileiras foram cometidos com uso dessas armas.

Se, por um lado, a população masculina jovem protagoniza como vítima as estatísticas de homicídio no país, por outro lado, também aparece como autora desta mesma violência. Os últimos dados do *Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - 2009*, divulgados pela Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, informam um total de 16.940 adolescentes de ambos os sexos em cumprimento de medidas de internação, internação provisória e semiliberdade (Anexo 1). Destes, 732 são do sexo feminino e 16.208 do sexo masculino. Essa diferença surpreendente por gênero será discutida no próximo tópico *Violência e Gênero*. É importante destacar o número excessivo de internações por todo o território brasileiro. O gráfico abaixo mostra a evolução no número de internações, de 1996 a 2009. Esta é uma preocupante realidade, pois em apenas uma década (1999 – 2009) o número de internações quase dobrou.

GRÁFICO 1



Fonte: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei – 2009.

No Paraná são 968 meninos e meninas nas instituições de socioeducação. Mas este número refere-se apenas às internações em instituições estaduais. O número de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas é maior, se considerarmos as instituições municipais, tal como o PEMSE, que executam medidas em meio aberto¹⁸. As instituições estaduais paranaenses têm priorizado majoritariamente medidas em meio fechado, ao contrário do que recomenda o CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Priorizaram-se as medidas em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) em detrimento das restritivas de liberdade (semiliberdade e internação em estabelecimento educacional, haja vista que estas somente devem ser aplicadas em caráter de excepcionalidade e brevidade). Trata-se de estratégia que busca reverter a tendência crescente de internação dos adolescentes bem como confrontar a sua eficácia invertida, uma vez que se tem constatado que a elevação do rigor das medidas não tem melhorado substancialmente a inclusão social dos egressos do sistema socioeducativo. (CONANDA, 2006, p. 14).

No *Relatório de Gestão 2003 – 2010* da extinta Secretaria de Estado da Criança e da Juventude (SECJ) afirma-se:

O Paraná conta hoje com um dos mais modernos modelos de atendimento ao adolescente em conflito com a lei de todo o Brasil. Atualmente existem 19 Centros de Socioeducação para a execução das medidas socioeducativas de privação de liberdade, distribuídos em 15 municípios. Em 2003, o Estado contava com apenas 520 vagas para atendimento a esses adolescentes. Ao final de 2010, o número de vagas teve um crescimento de 121%, chegando a 1.150 vagas. (SECJ, 2010, p. 09).

Este pequeno trecho do relatório é suficiente para mostrar como a questão da criminalidade juvenil tem sido encarada no Brasil. Os dados mostram que vivemos em um país cada vez mais violento, que “precisa” cada dia mais de aparatos policiais e instituições de privação de liberdade. Isto não é um dado positivo, a nosso ver. O aumento de jovens na socioeducação não é reflexo de um Estado mais seguro, é reflexo de uma cultura punitiva enraizada no cerne da sociedade brasileira. É reflexo de um processo histórico de repressão e

¹⁸ Medidas em meio aberto têm sido preconizadas pelo SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo). O SINASE foi regulamentado pelo governo federal em 2006, visando diminuir as lacunas entre o que prevê o ECA e a realidade da socioeducação brasileira. O SINASE objetiva a construção de uma rede de apoio integrada, possibilitando diálogos e ações conjuntas em prol da infância e adolescência, em nível nacional, estadual e municipal.

discriminação. O Estado brasileiro cada vez mais tem se armado (no duplo sentido da palavra) contra os efeitos visíveis e politicamente incômodos da criminalidade, mas não contra suas raízes, origens e causas.

Os problemas sociais brasileiros tem sido invisibilizados por soluções policiais. O armamento e reforço policial, a construção de instituições de privação de liberdade, a pressão em torno da redução da maioria penal não são, para nós, avanços sociais. São antes reflexo de uma sociedade paradoxal, que combate a violência fazendo uso da própria violência. Uma sociedade que humaniza suas leis, mas não suas práticas. Os dados sobre rebeliões e mortes nos centros de socioeducação, levantados pela própria SECJ (Anexo 2), são apenas reflexo de um sistema falido, que se apoia no discurso da ressocialização, mas opera dessocializando, tirando do convívio aqueles que deveriam ser reinseridos.

O que se nota na realidade social brasileira são violações cotidianas da lei dentro das próprias instituições. Estas violações estão refletidas na entrevista de Flora, que descreve o centro de socioeducação em Foz do Iguaçu: “[...] *era igual uma cadeia. Não era muito bom não...luz do sol você não via*” (p. 70). Claro, nem todos os centros de socioeducação funcionam da mesma forma. Mas defendemos que as medidas em meio aberto devem ser priorizadas pelo Estado brasileiro, já que possibilitam um tratamento mais digno e humano.

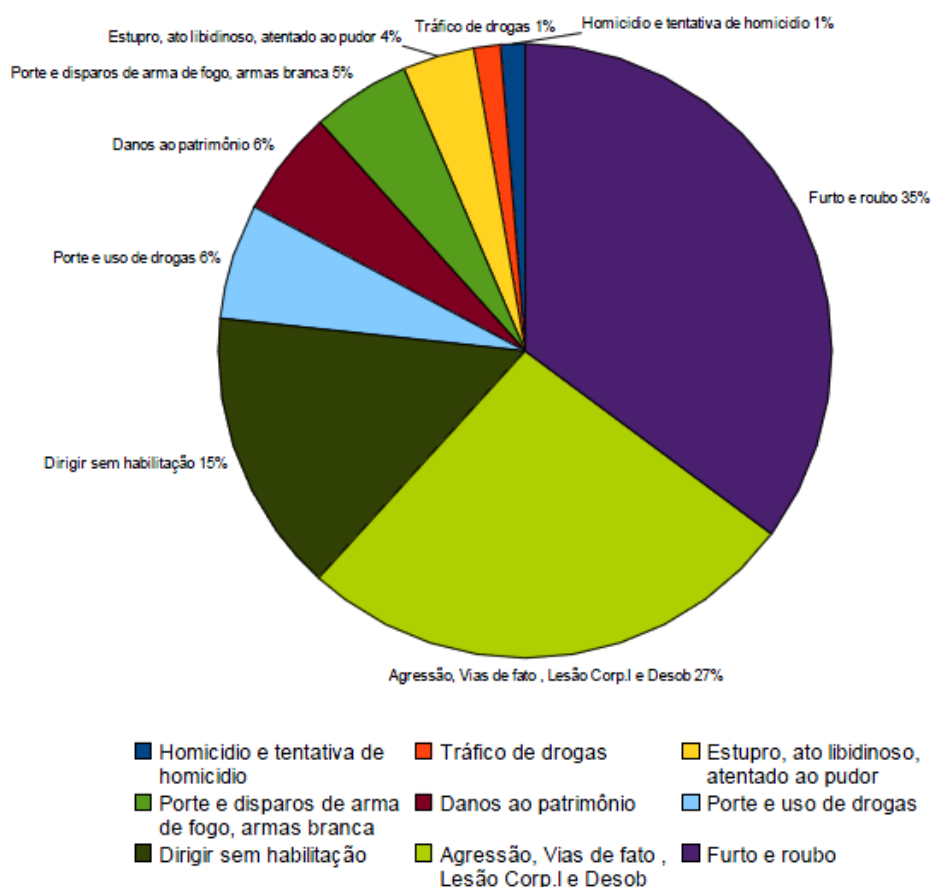
No que se refere à criminalidade juvenil em Ponta Grossa, Rossi (2010) resgata dados levantados pelo Grupo de Estudos Territoriais - GETE junto à Delegacia do Adolescente e Anti-Tóxico da Polícia Civil. O pesquisador aponta que entre 2005 e 2007 houve um crescimento de 50% dos atos infracionais cometidos por adolescentes na cidade. Os dados locais reforçam os mesmos aspectos evidenciados em nível estadual e nacional – a presença majoritária de jovens, do sexo masculino, moradores de regiões periféricas nas estatísticas de criminalidade. De acordo com o pesquisador, cerca de 97% dos autores de atos infracionais são moradores de áreas precárias em serviços e infraestrutura, e apresentam baixos índices de renda.

Com relação ao tipo de ato infracional praticado, há predominância de furto e roubo. Ele ainda destaca que referente à configuração espacial dos atos infracionais praticados nota-se que: atos como furto, roubo, assalto, estupro e perturbação da tranquilidade ocorreram com maior frequência nas áreas de moradia dos adolescentes (periferias), ao passo que agressão, lesão corporal e tráfico ocorreram,

em sua maioria, nas áreas centrais da cidade. Há na cidade, como destaca Rossi (2010), uma espécie de disputa entre grupos pela apropriação/conquista/domínio do território central.

GRÁFICO 2

Tipos de atos infracionais cometidos por adolescentes em Ponta Grossa - PR entre 2005 e 2007



Fonte: Delegacia do Adolescente e Anti-Tóxicos da Polícia Civil de Ponta Grossa-PR, 2005 – 2007.
Organização: GETE, 2009.

A partir dos dados levantados pelo pesquisador é possível enfatizar as conexões entre as diferentes formas de vulnerabilidade social (pobreza, marginalidade e exclusão, uso e tráfico de drogas, baixa escolarização) e a criminalidade juvenil urbana. Com isso, não estamos afirmando a criminalidade como uma consequência da pobreza. Longe disso! É de conhecimento comum a milionária rede de corrupção e criminalidade existente nas classes mais privilegiadas

economicamente neste país. O que se está dizendo é que milhares de jovens brasileiros estão envolvidos em uma rede de vulnerabilidades, violências, estigmas e marginalidade. Muitos respondem a essa violência através da própria violência, a partir da subjetividade e das experiências que carregam. A violência posta em prática por estes jovens não tem uma motivação única. Ela pode ser uma forma de sobrevivência, uma busca por poder e reconhecimento em uma sociedade de consumo, pode ser uma resposta, uma revolta contra o sistema ou pode mesmo ser a única forma como que os sujeitos encontram para estar no mundo.

Essa multiplicidade de motivações para a infração está refletida nas histórias de vida. O peso das experiências é elaborado subjetivamente. A violência vivida deixa marcas, sem dúvida. Coraline, em certo momento da entrevista, conta sobre a morte da mãe, enterrada como indigente. Ela nos diz: *“Sei lá, ficar sabendo de tudo isso, acho que foi aí que eu fiquei mais revoltada”* (p. 74). Questionamos: Como não levar em conta as trajetórias de vida?

3.3.2 Violência e Gênero

São extremamente complexas as relações que se estabelecem entre violência e gênero. O fato é que, ao longo da história e em diferentes países, os índices de crimes e atos infracionais praticados pelos homens é espantosamente maior que os praticados pelas mulheres. A instituição em que a pesquisa foi realizada (PEMSE) reflete esta diferença - são 381 adolescentes do sexo masculino atendidos e 76 do sexo feminino. Também o levantamento nacional reflete esta realidade - são 16.208 do sexo masculino para 732 do sexo feminino. Por quê? Na tentativa de responder a esta questão complexa, resgataremos algumas concepções sobre gênero e como esta categoria tem sido trabalhada e discutida por alguns pesquisadores.

Giddens (1995), ao discutir o conceito de gênero, fala que em geral os sociólogos distinguem sexo e gênero. Sexo seria o termo utilizado para se referir às diferenças fisiológicas, anatômicas entre homens e mulheres, ao passo que gênero diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais. O gênero estaria vinculado às noções socialmente construídas em torno da masculinidade/feminilidade, não sendo necessariamente um correspondente direto do sexo biológico.

O autor fala de três principais abordagens/paradigmas existentes nos estudos de gênero. O primeiro deles tem base argumentativa na biologia. Para estes estudiosos são os aspectos biológicos, previamente dados, que definem sexo e gênero. Aspectos tais como cromossomos, hormônios, herança genética etc. Para esta vertente de pesquisa, as desigualdades de gênero são resultado natural das diferenças biológicas entre homens e mulheres. Giddens (1995, p. 105) acrescenta que: “As teorias que apontam que os indivíduos obedecem a alguma espécie de predisposição inata negam a função vital da interação”.

A segunda perspectiva explicativa citada pelo autor diz respeito à socialização de gênero. Nesta abordagem defende-se a importância da aprendizagem dos papéis de gênero, que tem por base uma série de instituições sociais, como a família, a escola, a mídia, entre outras. Esse paradigma faz distinção entre o sexo biológico e o gênero social – nascemos com o primeiro, mas desenvolvemos o segundo. O gênero se constroi a partir da internalização das normas e expectativas sociais correspondentes ao sexo biológico dos indivíduos. As diferenças de gênero não são determinadas pela biologia, mas pelo meio social. Giddens (1995) associa esta interpretação ao paradigma funcionalista. Para ele, “as teorias de socialização ignoram a capacidade dos indivíduos de rejeitar ou modificar as expectativas sociais acerca dos papéis sociais”. (GIDDENS, 1995, p. 105).

A terceira vertente discutida pelo pesquisador diz respeito à construção social do sexo e do gênero. Nesta perspectiva, não só o gênero é entendido como uma criação puramente social, sem uma essência previamente estabelecida, mas também o sexo é considerado uma construção sócio-política-histórica, na medida em que cada indivíduo dá ao corpo significados próprios, construídos a partir das diferentes subjetividades. O autor cita as diferentes possibilidades de construção e reconstrução que o corpo permite, através de piercings, tatuagens, cirurgias, dietas, operações de mudança de sexo e muitas outras formas. Para esta vertente, “[...] o corpo humano e a biologia não estão “dados”, mas estão sujeitos ao agenciamento humano e às escolhas pessoais no interior de diferentes contextos sociais”. (GIDDENS, 1995, p. 106). É nesta perspectiva, e com seus respectivos autores, que trabalharemos o conceito de gênero.

Louro (2008, p. 18) defende que “[...] não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino”. A autora afirma que a construção do gênero e da

sexualidade é um processo infindável, que se dá continuamente ao longo de toda a vida. Sendo assim, é importante perceber que instâncias, que espaços, que discursos inscrevem em nossos corpos marcas e normas. Ela destaca que a construção do gênero e da sexualidade é um processo sutil, sempre inacabado, permeado por infinitos discursos (religiosos, médicos, publicitários, políticos etc.), muitas vezes normativos, coercitivos, engendrados nas disputas e nas relações de poder.

Para a autora, hoje é impossível discutir gênero a partir de esquemas binários (fêmea/macho, masculino/feminino, heterossexual/homossexual). Louro (2008, p. 21) reconhece que:

O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas e - o que é ainda mais complicado - admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. A posição de ambigüidade entre as identidades de gênero e/ou sexuais é o lugar que alguns escolheram para viver.

Louro (2008) enfatiza que, apesar do reconhecimento da multiplicidade das identidades de gênero e das diferentes formas de vivência da sexualidade, ainda hoje, tal como antes, o sexo permanece como alvo privilegiado de controle e vigilância. Sexo e gênero, como destaca Giddens (1995), são também formas significantes de estratificação social. Neste sentido retomaremos aqui um importante trabalho de Bourdieu (2010) - *A dominação masculina*. Neste estudo, o sociólogo busca compreender quais são os mecanismos históricos responsáveis pela eternização das estruturas da divisão sexual. O autor nos alerta para a necessidade de reconhecer que aquilo que aparece na história como eterno não é mais que um trabalho de eternização realizado por diferentes instituições sociais.

Bourdieu (2010) vê na dominação masculina um exemplo da violência simbólica, uma violência “suave”, invisível às próprias vítimas. Por isso a necessidade de desnaturalizar a ordem social, reconhecendo-a como uma construção. Bourdieu (2010, p. 13) diz que “[...] incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina”. E acrescenta: “A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina”. (BOURDIEU, 2010, p. 18).

O sociólogo destaca que é o mundo social que constrói o corpo como uma realidade sexuada e embute nele marcas, características. Historicamente construiu-se sob o corpo masculino manifestações de virilidade, situadas na lógica da proeza, da exploração, daquilo que traz honra. O próprio ato sexual, como enfatiza Bourdieu (2010), constituiu-se para o homem como um ato de dominação, apropriação, posse. Com o tempo, de tal forma se produz e reproduz uma idéia, que ela é naturalizada. O caso da virilidade e brutalidade, marcas “naturais” dos homens, é um exemplo deste processo de biologização daquilo que é social. Assim, cai-se em um processo cíclico, pois **“a visão androcêntrica é assim continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina”**. (BOURDIEU, 2010, p. 44).

O *ethos da masculinidade* constrói-se atrelado ao exercício do poder, da dominação, da valentia, da virilidade, enfim, da violência. Estas marcas são construções sociais de tal forma naturalizadas e engendradas nas mentes e nos corpos que são muitas vezes tomadas como características essenciais, dadas pela biologia. E é neste ponto que queríamos chegar, pois acreditamos que este processo está diretamente ligado ao fato dos homens protagonizarem as estatísticas de violência e criminalidade, como autores e como vítimas.

Masculinidade e feminilidade são construções, por isso há infinitas formas de exercê-las. É importante, como destaca Abramovay (2010, p. 49), que “a violência não antecede o gênero, nem vice-versa”. Porém, historicamente consolidou-se um legado muito forte e duradouro, reproduzido cotidianamente nas relações: o homem como aquele que pode fazer uso legítimo da violência, em nome de sua honra. Minayo (2005, p. 23/24) nos diz:

A concepção do masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como seu objeto é um valor de longa duração da cultura ocidental. Na visão arraigada do patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material: é o “impensado” e o “naturalizado” dos valores tradicionais de gênero. Da mesma forma e em consequência, o masculino é investido significativamente com a posição social (naturalizada) de agente do poder da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas.

Neste sentido é importante falar do conceito de performatividade, proposto por Butler (2003). A performatividade é justamente o reconhecimento do gênero como uma identidade instável, constantemente em processo, sem categorias,

características e papéis fixos. A performatividade nos alerta para as múltiplas possibilidades de configuração das masculinidades e feminilidades. Claro, esta é uma das formas de compreensão da categoria gênero, que vem cada vez mais tomando força no campo da sociologia e da antropologia. Mas não é a única. A perspectiva biológica, por exemplo, interpreta o uso da força física como atribuição natural da masculinidade.

Para nós, as histórias de vida trabalhadas na pesquisa reforçam a compreensão do gênero como uma construção social, não-essencializada, performativa. Se historicamente atribui-se ao homem o uso legítimo da violência e da força, à mulher restaria a passividade e a docilidade¹⁹, sua “essência”. Estas características são desconstruídas pelas jovens participantes da pesquisa. Alice esteve envolvida em várias brigas, se orgulha por nunca ter apanhado, faz uso da violência como forma de poder, respeito e visibilidade. Sofia fala do vandalismo no colégio e do desacato com a diretora: “[...] *ela começou a gritar comigo, e eu falei com ela no mesmo nível. Falei pra ela não gritar porque ela não era ninguém pra mim*” (p.63). Flora foi expulsa de vários colégios por brigas. Coraline também enfatiza as brigas, e perguntada sobre o porquê de estar na instituição, ela responde: “*Na verdade eu nem sei mais porque eu tô aqui [...]. É tanta coisa que eu aprontei que eu já nem sei mais*” (p. 77). A partir destas poucas passagens tendemos a concordar com a afirmação de Abramovay (2010) de que a violência não antecede o gênero.

As trajetórias de vida nos mostram justamente esta pluralidade/ diversidade de modos de viver a feminilidade. Yvaine sonha com o dia de sair da casa dos pais e construir uma vida com mais autonomia ao lado do marido. Alice, por sua vez, nos diz: “*Eu não vou deixar minha casa por causa de namorado [...]. Prefiro ficar aqui, porque aqui eu sei que eu tenho de tudo [...]. Eu não quero casar não*” (p. 55). Isabel assume a maternidade e o casamento como uma escolha, um desejo. Ao passo que Flora afirma: “*Eu não quero casar, nem ter filhos*” (p. 72). Parece-nos sensato considerar que o gênero é uma construção social subjetiva, ainda que permeada por uma série de discursos normatizadores, historicamente e politicamente constituídos.

¹⁹ Essas representações estão fortemente arraigadas no imaginário social. Na entrevista, Alice nos diz que às vezes alguns falam pra ela: “Você, uma menina tão bonita, ficar brigando, não faça assim” (p.57). Esta frase é um forte reflexo das representações construídas em torno da feminilidade, ou do que acredita-se que a feminilidade deveria ser.

3.4 VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

Como foi discutido a partir de Minayo (2002), a violência é um fenômeno polissêmico. Não há uma interpretação/percepção única a respeito da violência, mas uma multiplicidade de significações, que estão diretamente relacionadas ao contexto histórico-político-social e também à subjetividade dos indivíduos. Neste capítulo discutimos inicialmente o que Minayo (2002) denomina violência estrutural, uma violência que se exerce sobre os indivíduos de uma forma quase “invisível”, naturalizada. Este conceito se aproxima do que Bourdieu (1998) chama violência simbólica, aquela que se realizada de maneira tão sutil que muitas vezes não é percebida como violência, que se constrói a partir de tramas/redes de poder. Em um segundo momento, discutimos a prática do ato infracional por parte dos jovens, que ponderamos estar relacionada à violência estrutural/simbólica experienciadas pelos sujeitos. Neste tópico colocaremos em debate uma forma de violência que chamaremos aqui institucional, embora este talvez não seja o termo mais adequado. Entendemos por violência institucional aquela que é usada como resposta para coibir o “desvio”, um tipo de violência que reafirma valores hegemônicos, que reforça o que se prescreve “normal” e “desviante”, um tipo de violência que é tão ou mais intensa que os atos infracionais, uma violência que emerge em uma tentativa cega de coibir a violência, que está expressa nas torturas, nas diversas formas de abuso de poder, nas normatizações que sutilmente cria e nos valores que reproduz.

3.4.1 Violência Policial

“A penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com um “mais Estado” policial e penitenciário o “menos Estado” econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança”. (WACQUANT, 1999, p. 04). Essa frase de Wacquant em *As prisões da miséria* descreve a lógica controversa de funcionamento do Estado moderno. Frente à violência, a resposta institucional que emerge é a própria violência, sob forma “autorizada”, “legítima”. Para o autor o crescimento da repressão policial, no Brasil e em muitos outros países, permaneceu sem efeito, pois não age sobre os motores reais da criminalidade. Para ele, “a insegurança criminal no Brasil tem a particularidade de

não ser atenuada, mas nitidamente agravada pela intervenção das forças da ordem”. (WACQUANT, 1999, p. 05).

Wacquant (1999) afirma que o uso rotineiro da violência pela polícia (as torturas, as execuções, os “desaparecimentos”) banalizaram a brutalidade e o terror no seio do próprio Estado. Para ele, esta violência vem de uma tradição nacional secular de controle dos miseráveis pela força, tradição oriunda de um histórico de escravidão e conflitos agrários, reforçada por anos de ditadura. Tem bases em uma concepção paternalista de cidadania, marcada pelo autoritarismo, construída em cima de oposições (feras/doutores, selvagens/cultos, trabalhadores/criminosos). Wacquant (1999, p. 07) critica também a situação apavorante em que se encontram muitas instituições judiciárias brasileiras, “que se parecem mais com campos de concentração para pobres, ou com empresas públicas de depósito industrial dos dejetos sociais”.

A discussão feita pelo autor reforça a idéia de que há no Brasil uma lacuna gigantesca entre a democracia e as ações de controle social, entre a lei e as práticas institucionais cotidianas. Esta lacuna é evidenciada em algumas entrevistas, em especial na de Sofia, que relata vários casos de violência policial, tortura e abuso de poder. *“Você não tem noção das coisas que a autoridade faz. [...] não tem flagrante, nem nada, é tudo por baixo dos panos. É um absurdo as coisas que acontecem. Fora das vilas nem ficam sabendo”* (Sofia, p. 66). Também Coraline (p. 77) relata a transgressão da lei pelas próprias instituições que deveriam garanti-la: *“[...] passei uma noite presa, eu e meu amigo, sendo que nós dois somos de menor”*. Alice (p.55) ressalta o preconceito existente por parte da polícia: *“Eu gostava de ir pra avenida, mas daí eu vi que dava muita briga, muita confusão, porque a polícia aparece lá e já vem implicar com a gente, chega e vai direto na gente”*.

3.4.2 Perspectivas

É necessário reconhecer que para além das violências estruturais e institucionais que a juventude marginalizada está sujeita, há também uma violência social que os envolve. Ao romper um importante contrato social, os jovens em conflito com a lei passam a ocupar um lugar controlado. Controlado pelo poder institucionalizado, através dos centros de socioeducação e a polícia, e controlado

socialmente, porque cada jovem, de alguma forma, carrega pela vida o estigma da criminalidade.

FOUCAULT (1997) em *Vigiar e Punir* discute o processo de disciplinarização dos corpos a partir do controle e da vigilância. O poder disciplinar que passa a nortear o funcionamento das instituições penais a partir do século XIX tem como objetivo tornar os indivíduos mentalmente dóceis. FOUCAULT (1997) destaca que se antes vigorava a punição física, através dos suplícios, agora a punição vai além do corpo, porque atinge mente e alma dos indivíduos, através do controle e disciplina. O filósofo destaca que um dos mecanismos utilizados para o funcionamento deste poder disciplinar é o panóptico.

O panóptico, modelo arquitetural criado pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham, é uma proposta de estabelecimento circular ou radial, no qual uma pessoa, em uma torre central, pode exercer controle sobre todas as outras, sem ser vista. O panóptico está ligado essencialmente à questão da disciplina. Segundo o autor, seu efeito mais importante é “induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação [...]” (FOUCAULT, 1997, p. 166).

Ainda segundo FOUCAULT (1997, p. 167), “uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia”. Ou seja, o panóptico é para o filósofo uma espécie de “laboratório de poder” que permite incorporar nos sujeitos uma lógica de comportamento, um jeito de ser e agir, que advém justamente do medo e da possibilidade de ser vigiado.

Os conceitos trabalhados por FOUCAULT (1997) em *Vigiar e Punir* são importantes porque ajudam a ler/compreender a realidade e o mundo ao nosso redor. Mais que isso, nos ajudam a compreender o funcionamento de algumas instituições, como as instituições penais. Mas não só elas. O poder disciplinar está presente no cotidiano, na escola, na família, na igreja e em muitos outros contextos. O panóptico, discutido por FOUCAULT (1997), funciona como uma máquina de poder que intenta gerar nos indivíduos normas de comportamento.

Aproximando-se à realidade das jovens em cumprimento de medidas socioeducativas é possível pensar como a infração da lei acaba por se tornar uma marca que repercute em diferentes momentos da vida. O ato de transgredir um código acaba inserindo os sujeitos em uma espécie de panóptico social, pois são

vigiados não apenas pela lei, mas também pela sociedade em geral, mesmo depois de pagar a dívida com a justiça. A infração passa a ser como uma marca permanente reiterada em diversas situações, como algumas participantes da pesquisa apontam em suas falas:

“É porque todo mundo me conhece no colégio, aí qualquer coisa que eu faço já é motivo [...] As duas [diretora e pedagoga] só estão esperando uma oportunidade pra me tirar de lá”. (Sofia, p.64).

“Essa outra menina, que foi na verdade quem bateu pra valer, não deu nada pra ela...porque o pai dela é policial...isso eu acho discriminação [...] Como eu já tinha mais de uma passagem, ela nem ligou, deixou tudo pra eu assumir”. (Alice, p. 56).

“Na verdade eu não saio muito de casa, meu pai não deixa, porque ele não confia em mim”. (Coraline, p. 76).

“Meu amigo não deu nada pra ele, porque ele nunca tinha tido problema na escola. Já eu...tinha um monte de briga na ficha, né”. (Coraline, p. 77).

Miskolci (2005) busca compreender como se estabelecem historicamente os grupos classificados como “desviantes”. Para ele, esse tipo de classificação tem origem em fins do século XIX, quando uma visão biológica da sociedade se alia a projetos de saneamento médico e higienização. O crime, a prostituição, a pobreza se tornam alvo do olhar médico, que estabelece critérios de “normalidade” e “anormalidade”, e classifica o “desvio” como patologia social. Foucault denomina *biopoder* este emaranhado de práticas e discursos normatizadores, ancorados na moral burguesa.

O paradigma explicativo vigente à época apoiava-se na Biologia. Francis Galton, na esteira de Darwin, falava em eugenia. Para Galton, a capacidade intelectual dos indivíduos estava associada à hereditariedade e à raça. No âmbito da Criminologia, imperavam as idéias de Cesare Lombroso. Sob influência positivista, Lombroso publica em 1876 a obra *Tratado Antropológico Experimental do Homem Delinquente*. Nesta obra, ele defende o crime como uma determinação biológica. Lombroso chega a descrever detalhadamente o que considera ser um delinquente nato²⁰.

²⁰ “Fronte esquiva e baixa, grande desenvolvimento dos arcos supraciliais, assimetrias craniana, fusão dos ossos atlas e occipital, grande desenvolvimento das maçãs do rosto, orelhas em forma de

A “ética” burguesa cria sobre os corpos marcas simbólicas. São classificações invisíveis, mas que estão presentes nos olhares, nas mentes. O meio urbano em fins do século XIX e início do século XX vai trazer estas marcas. É um discurso socialmente aceito, reproduzido e alimentado pelo olhar médico, mas que de modo algum se restringe à medicina. Este discurso está nas ruas, nos comentários depreciativos, nos julgamentos, na mídia. Marocco (2004) ao analisar alguns jornais deste período resgata termos utilizados pelos jornalistas para se referirem às chamadas “classes perigosas”: “homens infames”, “tipos sem orgulho”, “filhos do lodo e do mal”, “vagabundos malfeitores”, “tipos esquisitos”, entres outros termos. As prostitutas eram referidas como “crioulas imorais roídas pela sífilis e pelo álcool”, os jogadores chamados de “ratos e ratões das bodegas”.

A sociedade capitalista contemporânea traz em seu cerne este discurso normatizador, carregado de estigmas. Hoje teses como a de Galton ou mesmo a de Lombroso são amplamente refutadas pela ciência. Porém, é inegável que nossa sociedade carrega esse ranço. As antigas “classes perigosas” continuam social, histórica e politicamente excluídas, mas agora este discurso aparece de uma nova forma. Hoje dificilmente a mídia utiliza termos pejorativos como aqueles utilizados pelos jornais do século XIX e XX, porém continua a vigorar (em especial nos meios de comunicação hegemônicos) a mesma lógica, a exemplo da tematização que há alguns anos tem sido feita em torno da redução da maioria penal.

Essas marcas/preconceitos constituídos historicamente são cotidianamente reiterados e reafirmados por diferentes instituições. Isso tem profundas marcas sobre as trajetórias de vida dos grupos marginalizados. Além da dificuldade de inserção social, estas marcas estão refletidas nas dificuldades para traçar e concretizar sonhos e perspectivas, como se vê em algumas falas: “[...] eu queria sim fazer uma faculdade, mas é tudo muito caro” (Alice, p. 58); “Querida terminar os estudos, apesar que é difícil, né?” (Coraline, p. 78).

É importante a observação de Louro (2008, p. 22):

A norma, ensina-nos Foucault, está inscrita entre as “artes de julgar”, ela é um princípio de comparação. Sabemos que tem relação com o poder, mas sua relação não se dá pelo uso da força, e sim por meio de uma espécie de lógica que se poderia quase dizer que é invisível, insidiosa (Ewald, 1993). A

asa [...] uso freqüente de tatuagem, notável insensibilidade à dor, instabilidade afetiva, uso freqüente de determinado jargão [...].” (LOMBROSO, 1897 apud MOLINA, 1992, p.119).

norma não emana de um único lugar, não é enunciada por um soberano, mas, em vez disso, está em toda parte. Expressa-se por meio de recomendações repetidas e observadas cotidianamente, que servem de referência a todos. Daí por que a norma se faz penetrante, daí por que ela é capaz de se “naturalizar”.

Acreditamos que conhecer e valorizar as trajetórias de vida é uma forma de desconstruir as linhas imaginárias constituídas em torno da normalidade/desvio e assim contribuir para a consolidação de uma sociedade mais humana e democrática, na qual a resposta para a violência não seja a própria violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa intenção com este trabalho foi propor um diálogo entre juventude, gênero e violência - três importantes conceitos para as Ciências Sociais, que justamente pela complexidade que apresentam, acolhem múltiplas interpretações. Procuramos compreendê-los como conceitos abertos, interdisciplinares, construídos social e historicamente, sujeitos a variações em diferentes contextos espaciais e temporais.

Há uma pluralidade de estudos contemporâneos em torno destes conceitos. Nossa leitura sobre o tema construiu-se a partir das trajetórias de vida. Acreditamos que a história oral é um importante caminho para ler/compreender este universo. Entendemos que as histórias de vida, ao mesmo tempo em que guardam as particularidades das experiências, possibilitam análises profundas sobre a realidade social. A violência, que se expressa sob diferentes formas, aparece como elemento comum que perpassa as narrativas de vida trazidas nesta pesquisa. A violência, fenômeno de difícil apreensão, é compreendida neste trabalho como um processo social cíclico, utilizada como “resposta” aos problemas sociais que ela mesma produz.



A realidade social brasileira coloca-nos diante de uma situação anacrônica, pois ao mesmo tempo em que temos como garantia legal uma lei avançada e

humana, tal como o ECA, continuamos a conviver em uma sociedade violenta, na qual uma gigantesca parcela está inserida em uma condição de não-cidadania, por ter seus direitos cotidianamente negados e/ou transgredidos. Essa situação é certamente agravada na contemporaneidade pelo neoliberalismo, mas tem suas origens em um passado de escravidão, autoritarismo e exploração do homem pelo homem. Acreditamos que uma transformação real só será possível quando a violência deixar de ser resposta para a violência.

Essa condição de não-inclusão está refletida não apenas nas estatísticas, ela está em todo nosso cotidiano, está nas ruas e também na academia, que legitima um processo de construção de um conhecimento excludente, racista, sexista e elitista. É importante perceber, como pontua Bourdieu (2010), que os atos de violência simbólica, por seu caráter sutil e quase invisível, reforçados por um emaranhado de relações de poder e dominação, muitas vezes não são percebidos por aqueles que lhe estão sujeitos.

Em minha primeira reunião no PEMSE junto às meninas, para apresentação do projeto, uma delas me questionou: Mas porque nossas histórias são importantes? Esta questão me fez perceber a relevância do trabalho com história oral. Acreditamos que esta pergunta, feita com bastante simplicidade, é reflexo de um profundo processo de dominação simbólica, tão engendrado no seio da sociedade, que os sujeitos não se apercebem e, mais grave, não se vêem como sujeitos, protagonistas de uma importante história, que a História esqueceu de contar. Também interpretamos a pouca participação feminina na pesquisa como produto deste processo.

Esperamos que esta pesquisa possa colaborar, de alguma forma, para a desconstrução deste processo histórico de exclusão. Mas não só isso. Queremos enfatizar a necessidade de desconstrução do que compreendemos como ciência (tão afastada da realidade social), desconstrução de nossas velhas categorias dicotômicas e desconstrução do próprio processo de pesquisa.

Este trabalho não finda aqui. Entendemos o conhecimento como um processo aberto e infinito. Que possamos caminhar lado a lado com aqueles que dentro da academia não se esquecem que o conhecimento não tem sentido algum se não para que sejamos cada dia mais humanos. Sem esquecer, claro, que todo texto está atravessado pela subjetividade daquele que o produz. Esse é o nosso

modo de compreender esta questão, nossa forma de ler o mundo...a história, a cultura e a cidadania.

Gostaríamos de “encerrar” este trabalho com duas importantes reflexões:

“Temos o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”. (Boaventura de Sousa Santos).

“Conheço muitos que não puderam quando deviam, porque não quiseram quando podiam”. (François Rabelais).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. e LEÓN, O. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ABRAMOVAY, M. **Gangues, Gênero e Juventudes: Donas de rocha e sujeitos cabulosos**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos – SDH, 2010.

AMADO, J. e FERREIRA, M. **Apresentação. Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FVG, 2006, p. 183 – 191.

ASSIS, S. G. de. **Crescendo em meio à violência**. In: WESTPHAL, M. F. Violência e Criança. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 25 – 57.

BOURDIEU, P. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. (orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FVG, 2006, p. 183 – 191.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRANDÃO, E. R. **Gravidez na adolescência: um balanço bibliográfico**. In: HEILBORN, M. L. (org.). O aprendizado da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei – 2009**. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Disponível em: < <http://www.sedh.gov.br/>>. Acesso em 20 dez. 2011.

BRASIL. **Relatório do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) - 2006**. Secretaria dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/conselho/conanda>>. Acesso em 15 jun. 2010.

BRITO, M. N. C. **Gênero e Cidadania: Referenciais Analíticos**. Revista Estudos Feministas, ano 9, 2º semestre de 2001, p. 291 – 298. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8616.pdf>>. Acesso em 02 fev. 2011.

BURKE, P. **Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro**. In: A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARLINI-MARLATT, B. **Drogas e jovens: abordagens contemporâneas**. In: FREITAS, M. e PAPA, F. Políticas Públicas: Juventude em Pauta. São Paulo: Cortez, 2003.

CARROLL, L. **Alice no país das maravilhas**. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda., 2005.

CASTRO, M. G., ABRAMOVAY, M. e SILVA, L. **Juventudes e Sexualidades**. Brasília: UNESCO, 2004.

CHARTIER, R. **A visão do historiador modernista**. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. (orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FVG, 2006, p. 215 – 218.

CHIZZOTTI, A. **História de Vida**. In: Pesquisa qualitativa em Ciências humanas e sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CORTI, A. P. e SOUZA, R. **Diálogos com o mundo juvenil: Subsídios para educadores**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

COSTA, A. A. **O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política**. IN: Olhares Feministas. Brasília; Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

COSTA, A. C. G. da. Reflexões: **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2008. In: <<http://www.promenino.org.br>>. Acesso em 10 nov. 2011.

DAVIS, N. Z. **Nas Margens: três mulheres do século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DAYRELL, J. T. **O jovem como sujeito social**. Reunião Anual da ANPED, 25, 2002, Caxambu. Anais...Caxambu: ANPED, 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em 10 nov. 2008.

DAYRELL, J. T. **Escola e culturas juvenis**. In: FREITAS, M. e PAPA, F. Políticas Públicas: Juventude em Pauta. São Paulo: Cortez, 2003.

DEMO, P. **Pobreza Política**. 2008. Disponível em: <<http://pedrodemo.sites.uol.com.br>>. Acesso em 11 nov. 2011.

DOSSE, F. **O desafio biográfico. Escrever uma vida**. São Paulo: Editora da USP, 2009.

FALEIROS, V. de P. **Infância e Adolescência: Trabalhar, punir, educar, assistir, proteger**. In: *Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 1, nº1, outubro de 2004. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em 14 set. 2011.

FOUCAULT, M. **A Vida dos Homens Infames**. In: O que é um autor? 7. ed. Lisboa: Nova Veja, 2009.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 16. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

FRIEDAN, B. **A Mística Feminina**. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

GAARDER, J. **O mundo de Sofia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GAIMAN, N. **Coraline**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2003.

GAIMAN, N. **O mistério da estrela – Stardust**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2008.

GIAQUETO, A. **Caminhos para a atenção à infância e adolescência no Brasil: as políticas sociais e as legislações**. In: *Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 2, nº 4, julho de 2006. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em 14 set. 2011.

GIDDENS, A. **Sociologia. Gênero e Sexualidade**. Madri: Alianza Editorial, 1995.

GUARINELLO, N. L. **Breve arqueologia da história oral**. *Revista História Oral*, 1, 1998, p. 61-65. Disponível em <<http://revista.historiaoral.org.br>>.

HEILBORN, M. L. **Experiência da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis**. In: HEILBORN, M. L. (org.). *O aprendizado da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006.

JOUTARD, P. **História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos**. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FVG, 2006, p. 43 – 62.

LAMOGLIA, C. V. A e MINAYO, M. C. de S. **Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2):595-604, 2009.

LESTER, J. **Que mundo maravilhoso!** São Paulo: Editora Brinque-Book, 2000.

LLOSA, M. V. **Em defesa do romance**. *Revista Piauí*, n. 37, outubro de 2009. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-37>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

LOBO, B. **A vida como obra**. *Cadernos Pagu* (12), 1999, p. 55- 58. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/n12a04.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2010.

LORIGA, S. **A biografia como problema**. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p. 225 – 249.

LOURO, G. L. **Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas**. *Proposições*, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

LOZANO, J. E. C. **Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea**. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FVG, 2006, p. 15 – 25.

MACHADO, A. M. **Bisa Bia, Bisa Bel**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1985.

MAROCCO, B. **Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2005, 5 ed.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, J. C. S. B. **Augusto & Lea: uma caso de (des)amor em tempos modernos**. São Paulo: Contexto, 2006.

MINAYO, M. C. de S. **O significado social e para a saúde da violência contra crianças e adolescentes**. In: WESTPHAL, M. F. *Violência e Criança*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MINAYO, M. C. de S. e DESLANDES, S. F. **A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência**. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 14(1):35-42, jan-mar, 1998.

MINAYO, M. C. de S. **Seis características das mortes violentas no Brasil**. *R. bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 135-140, jan./jun. 2009.

MINAYO, M. C. de S. **Laços perigosos entre machismo e violência**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2005, vol. 10, n. 1, p. 23-26.

MISKOLCI, R. **Do desvio às diferenças**. *Teoria & Pesquisa*, 47, Jul/Dez de 2005.

MOLINA, A. G-P. **Criminologia: uma introdução a seus fundamentos teóricos**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.

MOMIGLIANO, A. **The development of greek biography**. Cambridge: Cambridge University, 1993.

MONTENEGRO, A. T. **Rachar as palavras. Ou uma história a contrapelo**. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 37-62, junho 2006. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br>. Acesso em: 18 ago. 2011.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PARANÁ. **Relatório de Gestão 2003 – 2010 da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude**. Governo do Estado do Paraná. Curitiba, PR, dezembro/2010.

PEDRO, M. J. **Os feminismos e os muros de 1968, no cone sul**. Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica, n. 26 – 1, 2008, p. 59 – 82. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/57>>. Acesso em: 20 out. 2011.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru: Edusc, 2005.

PINTO, C. R. J. **Feminismo, História e Poder**. Revista Sociologia & Política, Curitiba, v.18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

PRINS, G. **História Oral**. In: BURKE, P. A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

RAGO, M. **Audácia de sonhar: memória e subjetividade em Luce Fabri**. Revista de História Oral, 5, 2002, p. 29 – 44.

RAGO, M. **Epistemologia feminista, gênero e história**. In: Pedro, J.; Grossi, M. (orgs.). MASCULINO, FEMININO, PLURAL. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998.

ROSSI, R. **“Malucos da Quebrada”: Territórios urbanos na complexidade espacial cotidiana dos adolescentes homens em conflito com a lei em Ponta Grossa – Paraná**. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Gestão de Território, 2010.

SALES, M. A. **(In)visibilidade perversa: Adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Doutorado em Sociologia, 2004.

SALVATICI, S. **Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres**. Revista de História Oral, v. 8, n. 1, p. 29 – 42, jan-jun 2005.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, L. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e a prática social com jovens autores de atos infracionais**. In: *Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 2, nº 4, julho de 2006. Disponível em: <http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em 14 set. 2011.

SCHENKER, M. e MINAYO, M. C. de S. **Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência**. *Ciência & Saúde Coletiva*. 10(3):707-717, 2005.

SCHENKER, M. e MINAYO, M. C. de S. **A importância da família no tratamento do uso abusivo de drogas: uma revisão de literatura**. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 20(3):649-659, mai-jun, 2004.

SHARPE, J. **A história vista de baixo**. In: BURKE, P. A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPOSITO, M. **Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil**. In: FREITAS, M. e PAPA, F. *Políticas Públicas: Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.

TELES, M. A. de A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Tudo é História).

UNICEF. **Relatório - Situação da Adolescência Brasileira 2011. O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades**. Brasília, DF: UNICEF, 2011.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Paris: Raisons d'Agir, 1999.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 - Pré-roteiro das entrevistas

- 1 - Qual seu nome?
- 2 - Onde mora?
- 3 - Estuda? Onde?
- 4 - É casada? Tem filhos?
- 5 - Me conte sobre sua infância.
- 6 - Me conte sobre suas relações familiares.
- 7 - Qual a situação financeira de sua família?
- 8 - Me conte sobre a escola e os amigos.
- 9 - Desde quando está no PEMSE? Por qual motivo?
- 10 - Qual medida socioeducativa está cumprindo?
- 11 - Sente-se discriminada por estar na instituição?
- 12 - Recebe apoio de seus familiares?
- 13 - O que planeja para o futuro?

ANEXOS

ANEXO 1 – LEVANTAMENTO NACIONAL DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI (2009). SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

ESTADO	MEDIDAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE											
	A) INTERNAÇÃO			B) INTERN PROVISÓRIA			C) SEMILIBERDADE			A+B+C	D) OUTRAS	TOTAL GERAL A+B+C+D
	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	TOTAL	TOTAL	
MG	735	29	764	211	11	222	144	10	154	1.140	32	1.172
RJ	293	10	303	167	15	182	139	9	148	633	0	633
SP	4.567	202	4.769	913	44	957	472	28	500	6.226	280	6.506
ES	317	7	324	95	13	108	11	0	11	443	65	508
SUDESTE	5.912	248	6.160	1.386	83	1.469	766	47	813	8.442	377	8.819
RN	134	11	145	34	1	35	19	0	19	199	0	199
AL	79	8	87	26	0	26	16	0	16	129	0	129
SE	72	1	73	43	1	44	19	3	22	139	93	232
PI	47	1	48	31	2	33	15	0	15	96	34	130
PE	965	37	1.002	303	27	330	130	9	139	1.471	176	1.647
PB	214	9	223	16	0	16	8	0	8	247	0	247
MA	45	1	46	34	3	37	19	0	19	102	7	109
CE	600	15	615	237	10	247	73	8	81	943	42	985
BA	182	6	188	108	6	114	7	0	7	309	1	310
NORDESTE	2.338	89	2.427	832	50	882	306	20	326	3.635	353	3.988
GO	142	5	147	107	1	108	9	0	9	264	24	288
MS	138	11	149	46	0	46	10	0	10	205	0	205
MT	181	6	187	41	5	46	0	0	0	233	0	233
DF	372	11	383	139	4	143	73	0	73	599	10	609
C.-OESTE	833	33	866	333	10	343	92	0	92	1.301	34	1.335
PR	670	31	701	186	15	201	57	9	66	968	0	968
RS	824	23	847	111	9	120	42	0	42	1.009	28	1.037
SC*	160	4	164	213	10	223	100	11	111	498	109	607
SUL	1.654	58	1.712	510	34	544	199	20	219	2.475	137	2.612
AP	50	1	51	39	0	39	12	1	13	103	0	103
PA	123	8	131	73	4	77	38	2	40	248	4	252
TO	51	0	51	9	0	9	21	1	22	82	0	82
AC	225	4	229	51	5	56	22	0	22	307	0	307
AM	65	0	65	17	1	18	10	1	11	94	0	94
RO	189	6	195	13	6	19	1	0	1	215	0	215
RR	14	0	14	15	0	15	9	0	9	38	11	49
NORTE	717	19	736	217	16	233	113	5	118	1.087	15	1.102
	11.454	447	11.901	3.278	193	3.471	1.476	92	1.568	16.940	916	17.856

*Santa Catarina considerou como "Outras Situações" adolescentes em permanência em "Clínicas Socioterapêuticas"

ANEXO 2 – REBELIÕES E MORTES NOS CENTROS DE SOCIOEDUCAÇÃO. SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE – PR. DEZEMBRO/2010.

Histórico das Situações de Crises Mais Graves entre 2004 e 2010

Homicídios de adolescentes

2004 – Rebelião no Centro de Socioeducação São Francisco, com a morte de sete adolescentes;

2004 – Tumulto e homicídio no Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu, com o homicídio de um adolescente;

2005 – Rebelião no Centro de Socioeducação São Francisco, com a morte de um adolescente;

2005 - Rebelião no Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu. Educadores sociais foram tomados como reféns e um adolescente morreu;

2005 – Homicídio de um adolescente no Centro de Socioeducação Londrina I;

2010 – Homicídio de adolescente no Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu.

Tumultos, fugas e rebeliões

- ✓ Centro de Socioeducação de Campo Mourão: rebeliões nos anos de 2004 e 2005. Em 2006, em um único episódio, dez adolescentes fugiram ao mesmo tempo.
- ✓ Centro de Socioeducação Cascavel I: tumultos nos anos 2004 e 2005;
- ✓ Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande: tumulto e motim nos anos de 2004 e 2005. Em 2009, quatro adolescentes fugiram, em duas situações distintas;
- ✓ Centro de Socioeducação Fênix: tumultos e rebelião no ano de 2005;
- ✓ Centro de Socioeducação Foz do Iguaçu: Rebelião com educadores sociais tomados como reféns, em janeiro de 2006. Tumulto na ala de internação provisória em 2007. Fuga com agressão a educador social na Horta em 2008;
- ✓ Centro de Socioeducação Londrina I: Rebelião em 2004. Tumultos reiterados em 2004 e 2005. Reiteradas fugas em 2005;
- ✓ Centro de Socioeducação Londrina II: Seis rebeliões e reiteradas fugas entre julho e dezembro de 2004. Rebelião em 2005. Rebelião em 2007 com educadores sociais tomados como reféns e incêndio na unidade .
- ✓ Centro de Socioeducação Paranavaí: Duas rebeliões em 2006;
- ✓ Centro de Socioeducação Ponta Grossa: Tumultos nos anos de 2005 e 2006.

Fugas sete adolescentes em 2009;

- ✓ Centro de Socioeducação Santo Antônio da Platina: Rebelião em 2006;
- ✓ Centro de Socioeducação São Francisco: Rebeliões nos anos de 2004, 2005 e 2006. Rebelião em 2008 com agressões a educadores sociais. Reiteradas fugas nos anos de 2006, 2007 e 2008;
- ✓ Centro de Socioeducação Toledo: Tumultos nos anos de 2004 e 2005;
- ✓ Centro de Socioeducação Umuarama: Tumultos nos anos de 2004, 2005 e 2006.

Suicídios

- ✓ Centro de Socioeducação Pato Branco: um suicídio em 2006;
- ✓ Centro de Socioeducação Cascavel II: um suicídio em 2009.